

@metropolis

18

ano 5 | setembro 2014

**Revista eletrônica de
estudos urbanos
e regionais**



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrôpoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@bservatoriodasmetrolopes.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Ana Carolina Christóvão
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Fernando Pinho
Juciano Martins Rodrigues
Marianna Olinger
Patrícia Ramos Novaes
Renata Brauner Ferreira
Samuel Thomas Jaenisch

assistente

Daphne Besen

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Prof^a Dr^a Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 18 ▪ ano 5 | setembro de 2014

Trazemos aos nossos leitores mais uma edição da revista e-metropolis. Nesse número, passamos por diversas questões concernentes a várias cidades, tanto no Brasil quanto no exterior, na tentativa de acrescentarmos mais informação sobre esse tema tão complexo que é a vida urbana, sua morfologia e sua organização social.

Começamos com o nosso artigo de capa, “Nova política e velhos desafios: Problematizações sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio De Janeiro”, no qual Aduato Lucio Cardoso e Samuel Thomas Jaenisch fazem um balanço crítico sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A partir da identificação dos eixos de expansão do programa, principais áreas de concentração e transformações nas suas dinâmicas ao longo dos últimos anos, são problematizadas questões referentes à inserção urbana dos empreendimentos contratados e aos processos de periferação da população de baixa renda.

No artigo seguinte, “Ambientalismo Urbano Neoliberal e a Cidade Adaptável: por uma Teoria Urbana Crítica e Alterações Climáticas”, trazemos a tradução de “*Neoliberal Urban Environmentalism and the Adaptive City: Towards a Critical Urban Theory and Climate Change*”, de Mark Whitehead. Nele, o autor explora a contribuição potencial da teoria urbana crítica aos debates intelectuais e políticos a respeito das alterações climáticas, demonstrando que a totalidade das suas implicações aos estudos de alterações climáticas ainda precisa ser compreendida.

Whitehead utiliza a teoria urbana crítica como base para analisar as estratégias de adaptação climática urbana que estão surgindo, expondo algumas das principais contradições inerentes às estratégias de adaptação às mudanças climáticas urbanas neoliberalizadas e indicando como seria possível desenvolver regimes de adaptação progressivos.

A incorporação dos conceitos de resiliência e capacidade adaptativa no planejamento urbano com vistas à sustentabilidade das cidades diante das mudanças climáticas é o centro da discussão do artigo de Edinéa Silva, Edneida Cavalcanti e Jaime Cabral, “Resiliência e Capacidade Adaptativa para a Sustentabilidade de Cidades como o Recife”. Para desenvolver o tema, os autores partem do estudo de caso da cidade de Recife, onde as suscetibilidades e vulnerabilidades ambientais têm causado grandes prejuízos ao funcionamento e sustentabilidade da cidade.

Na sequência, temos “O Coque e a convenção urbana no Recife”, texto no qual, através do estudo de caso da Zona Especial de Interesse Social denominada Coque, localizada no centro da cidade de Recife (PE), a autora busca debater as atuais “motivações do capital imobiliário”. Suas conclusões apontam para o risco de expulsão da população que tradicionalmente habitava esta localidade.

Expressão da lógica de expropriações para o processo de valorização do capital, as remoções que ocorreram em Fortaleza por conta da Copa do Mundo são objeto de análise do artigo de Anna Barbosa, “Produção do espaço e remoções: Copa do Mundo 2014 em Fortaleza”, que nos mostra ainda como os atingidos pe-

las expropriações, em geral pessoas de nível socioeconômico mais baixo, têm se organizado na busca por garantir seu direito à cidade.

Por fim, no último artigo dessa edição, “Tectônica e estruturalismo sensorial na urbanística de Jean Renaudie: o caso de Ivry-sur-Seine”, Aristóteles Cantalice II e Ana Holanda Cantalice analisam o trabalho do arquiteto e urbanista francês, contextualizando o projeto de renovação da área central da cidade francesa de Ivry-sur-Seine à luz de duas teorias contemporâneas do campo da arquitetura: a tectônica e o estruturalismo sensorial.

Na resenha, trazemos “Um passeio discursivo pela cidade brasileira: uma perspectiva sobre a construção dos saberes e dos olhares”, texto no qual Fernanda Lunkes trata do livro “Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira” de Carolina Fedatto, oriundo de sua tese de doutorado que foi premiada pela Capes como a melhor tese em Letras e Linguística de 2012. Veremos, portanto, a contribuição que uma pesquisa filiada à análise de discurso francesa, que se interroga acerca dos processos de significação, pode trazer aos estudos sobre a cidade.

Finalizando a nossa revista, trazemos o ensaio fotográfico “Praça Saens Peña, entre a urgência e a quietude”, de Pedro Paulo Bastos. A Praça SaensPeña, um dos espaços mais tradicionais do subcentro da cidade do Rio de Janeiro, foi o cenário desse ensaio. Ao retratar a dinâmica dos ônibus, automóveis e transeuntes que circulam por essa região, o autor nos apresenta como a praça pode ser um limiar entre a urgência e a quietude – do corpo, do espírito e do espaço.

Nos despedimos de você, caro leitor, desejando que todo o conteúdo da revista lhe instigue, mobilize e faça pensar sobre esse assunto que se revela cada vez mais urgente e importante: as nossas cidades. Uma excelente leitura! ■

Índice

nº 18 ▪ ano 5 | setembro de 2014

Capa

- 06 Nova política, velhos desafios: problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro

New policies, old challenges: problematizations on the implementation of the Minha Casa Minha Vida in the metropolitan region of Rio de Janeiro

Por Adauto Lucio Cardoso e Samuel Thomas Jaenisch

Artigos

- 20 Ambientalismo urbano neoliberal e a cidade adaptável: por uma teoria urbana crítica e alterações climáticas

Neoliberal urban environmentalism and the adaptive city: towards a critical urban theory and climate change

Por Mark Whitehead

- 36 Resiliência e capacidade adaptativa para a sustentabilidade de cidades como o Recife
- Resilience and adaptive capacity for sustainable of the cities such as Recife*

Por Edinéa Alcântara de Barros e Silva, Edneida Rabelo Cavalcanti e Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral

- 48 Produção do espaço e remoções: Copa do Mundo 2014 em Fortaleza

Production of space and removals: World Cup 2014 in Fortaleza

Por Anna Emília Maciel Barbosa

- 56 Tectônica e estruturalismo sensorial na urbanística de Jean Renaudie: o caso de Ivry-sur-Seine

Tectonic and sensorial structuralism in Jean Renaudie's urbanistic: the case of Ivry-Sur-Seine

Por Aristóteles Cantalice II e Ana Holanda Cantalice

- 67 O Coque e a convenção urbana no Recife

The Coque and the urban convention in Recife

Por Larissa Rodrigues de Menezes

Ensaio

- 75 Praça Saens Peña, entre a urgência e a quietude
- Saens Peña Square, between the urgency and the stillness*

Por Pedro Paulo Bastos

Resenha

- 79 Um passeio discursivo pela cidade brasileira: uma perspectiva sobre a construção dos saberes e dos olhares

A discursive tour in the brazilian city: a perspective on the construction of knowledge and of looks

Por Fernanda Luzia Lunkes



ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica

Paula Sobrino

paulasobrino@gmail.com

Revisão

Aline Castilho

alinecastilho1@hotmail.com

A Ilustração de capa foi feita por

Diana Helene.

crocomila@gmail.com | crocomila.blogspot.com.br

Colaboraram nessa edição:

**Isabella Franca
Paula Hernandez
Pedro Bastos**

Adauto Lucio Cardoso
Samuel Thomas Jaenisch

Nova política, velhos desafios

UM NOVO PROGRAMA PARA VELHAS QUESTÕES?

Apenas quatro anos após o seu lançamento pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) já suscita um intenso debate sobre suas dimensões políticas, sociais, urbanísticas, econômicas ou construtivas. Algo certamente motivado pela dimensão do programa, que atingiu em junho de 2013 a marca de 2.783.275 unidades contratadas em todo o país (com aproximadamente 45% delas já entregues aos moradores)¹, mas também pela sua importância no âmbito do projeto político iniciado em 2002 com a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República, além de sua capacidade para potencializar dis-

1 Dado divulgado pela Caixa Econômica Federal na página oficial do Programa Minha Casa Minha Vida na internet: <<http://mcmv.caixa.gov.br>>

cussões sobre questões clássicas e temas emergentes das áreas do conhecimento a que se dedicam aos estudos urbanos.

Questões amplamente discutidas pela literatura nas décadas de 1970 e 1980 – como a renda da terra, relações centro/periferia, segregação socioespacial ou a formação de guetos – são recolocadas frente aos padrões de localização e implantação dos empreendimentos já identificados em estudos preliminares realizados por todo o país². Consideradas as variações inerentes às particularidades locais, tem sido uma constante nos grandes centros urbanos a periferização da produção voltada para o programa (na qual

2 Ver, por exemplo, a coletânea recentemente publicada: O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais (CARDOSO, 2013).

problematizações sobre a implementação do programa Minha Casa Minha Vida na região metropolitana do Rio de Janeiro

Adauto Lucio Cardoso

é doutor em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo. É professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles).

adcard.cardoso@gmail.com

Samuel Thomas Jaenisch

é doutorando no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ e pesquisador do Observatório das Metrópoles e do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura.

samueljaenisch@hotmail.com

quanto menor a faixa de renda, maior a distância em relação às áreas mais dinâmicas da cidade) e a concentração de empreendimentos para as faixas de menor renda em áreas da cidade de urbanização rarefeita ou incipiente. Elemento que evidencia uma persistência na hierarquização dos espaços na cidade e de diferenças significativas nas possibilidades de acesso àquilo que a cidade pode oferecer, além de problematizações em torno da mobilidade urbana, do acesso adequado a serviços públicos ou provisão de infraestrutura básica.

Mesmo questões contemporâneas como a realização de grandes eventos esportivos ou os processos de financeirização do setor imobiliário podem ser postas em relação com o MCMV. Estaria sendo o programa um instrumento para viabilizar os reassentamentos impostos pelas obras das cidades envolvidas com a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e na preparação da cidade do Rio de Janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016³? No caso do Rio de Janeiro, pesquisas recentes já vêm identificando a instalação de famílias que passaram por processos de remoção forçada – em função da construção de obras viárias ou grandes equipamentos públicos – em empreendimentos do MCMV. Processos na maioria das vezes conflituosos⁴ e que instrumentalizam a política a serviço de um projeto de cidade no qual habitação de interesse social está longe de ser prioridade.

Não menos pertinente é a dimensão política do MCMV. Explicitamente pensado enquanto estratégia de inspiração nekeynesiana para mitigar os efeitos da crise econômica mundial de 2008, o programa transcende a questão habitacional e insere-se num projeto político mais amplo, que tem na indústria da construção civil elemento-chave para dinamização da economia e o consumo enquanto principal mecanismo de inclusão social. Nesse sentido, uma concepção de política habitacional que compreendia a moradia enquanto um direito social (resultado de um longo processo de luta política ao longo das décadas de 1980 e 1990) passa a ser interpelado por outras concepções que tendem a colocá-la como um produto, um bem de consumo, ou um investimento financeiro.

Disputa que assinala uma série de conexões com as forças em jogo no debate político nacional pós-redemocratização. O MCMV, em grande medida, enfraquece um ciclo progressista de propostas de política habitacional/urbana decorrente das mobilizações políticas pré-Constituinte (particularmente

pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana) e de experiências locais bem sucedidas como o Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre. A consolidação dos debates em torno da Reforma Urbana e do Direito à Cidade através da criação do Ministério das Cidades durante o primeiro mandato do Presidente Lula – e sua materialização em políticas como o Programa Crédito Solidário (2004)⁵, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (2005) ou o Plano Nacional de Habitação (2009)⁶ – rapidamente se esvaiu com a criação do programa em 2009.

O modelo adotado pelo MCMV coloca a iniciativa privada como agente promotor da política, deslocando os interesses envolvidos na produção habitacional para âmbitos nos quais questões de caráter qualitativo associadas à dimensão social da moradia são subordinadas a questões econômicas, seja no sentido do impacto quantitativo do programa, seja através das estratégias empresariais que buscam ampliar ao máximo a taxa de lucro e a produtividade. No desenho institucional adotado pelo programa, quem decide onde o empreendimento será construído, a faixa de renda dos beneficiários e as características construtivas dos imóveis são as empresas incorporadoras, restando às administrações municipais (ou mesmo à sociedade civil) um papel coadjuvante neste processo⁷. Importante ressaltar que a relação política/negócio se potencializa à medida que o MCMV avança. O volume inédito de investimento público realizado em habitação para uma parcela da população que historicamente nunca conseguiu ter acesso ao mercado formal de imóveis, garante às incorporadoras uma demanda cativa para sua produção, e para as administrações a força política (e eleitoral) de estar supostamente combatendo as carências habitacionais existentes.

Cenário que também levanta questionamentos sobre qual vem sendo o papel do programa na reestruturação dos mercados imobiliários locais e nacional⁸. O volume de recursos injetados dinamizou a produção de novas unidades habitacionais e criou – a partir do modelo de subsídio oferecido pelo programa – um novo nicho de mercado em potencial, especialmente entre as faixas mais pobres da população. Processo no qual despontaram incorporadoras que passaram a atuar exclusivamente produzindo para o programa (a exemplo da EMCCAMP); ocorreram uma série de fusões, joint-ventures e a nacionalização

3 Sobre o caso específico da cidade do Rio de Janeiro ver: SANTOS e JUNIOR (2012).

4 Ver: CARDOSO et al. (2012) ou CARDOSO, ARAUJO & JAENISCH (2013).

5 Sobre o Programa Crédito Solidário ver: SILVA (2009).

6 Ver: BONDUKI (2009).

7 Ver: CARDOSO e ARAGÃO (2013).

8 Para análises destes processos de financeirização e reestruturação do setor imobiliário no Brasil ver: BOTELHO (2007), CARDOSO e ARAGÃO (2011); SHIMBO (2011), RUFINO (2013), ROYER (2009) e FIX (2011).

de empresas de atuação regional que já produziam localmente para o segmento popular (como a construtora Tenda e a MRV); além da migração de grandes empreiteiras para o segmento habitacional (caso da OAS e da Oderbrecht). Dinâmicas que não podem ser desconectadas do processo de abertura de capital das empresas do setor ocorrida em 2005 e de fortalecimento do sistema financeiro nacional.

Todos estes elementos apontam para a necessidade de manter uma postura crítica (ou no mínimo vigilante) em relação ao MCMV e à forma como ele vem sendo implementado. No entanto, é também impossível negar que, pela primeira vez na história dos programas habitacionais do país, as famílias com rendimentos mensais abaixo de três salários mínimos estão sendo contempladas em larga escala. Além disso, estudos recentes⁹ identificaram que parte significativa das famílias que conseguiram acessar voluntariamente o programa¹⁰ está satisfeita com a nova condição de moradia, apesar de reconhecer a baixa qualidade construtiva dos empreendimentos e uma série de dificuldades inerentes à mudança para o novo endereço.

Cabe ressaltar que o MCMV cria proprietários: ele possibilita o acesso à propriedade privada (ou à “casa própria”) a uma parcela da população que historicamente teve poucas possibilidades de acessar o mercado formal, sempre conviveu com a insegurança de perder sua residência, e não raras vezes teve seus locais de moradia marcados por carências e estigmatizações de diversas naturezas. Nesse sentido, o programa é legitimado por parte significativa do seu público-alvo que o concebe enquanto uma possibilidade tangível de melhorar objetivamente suas condições de moradia. Algo presente em famílias que usam o MCMV para escapar de áreas de risco, de regiões com altos níveis de violência urbana, ou de situações de coabitação; além daquelas interessadas em obter uma garantia legal definitiva da posse do imóvel, ou mesmo seduzidas pelo desejo de consumir um “produto” imobiliário diferenciado, materializado pela tipologia condomínio-fechado amplamente adotada pelas incorporadoras que produzem para o programa.

Essa adesão ao MCMV é um elemento que não deve ser desconsiderado. Ele indica que um número significativo de famílias segue em busca de soluções para a sua condição habitacional e ainda dependem

de incentivos estatais para efetivá-las, seja de forma direta (através de sorteios ou inscrições nos órgãos municipais responsáveis) ou indireta (através da obtenção de subsídios para compra dos imóveis junto às construtoras ou no mercado). Mas se por um lado o programa vem atendendo aos interesses individuais daqueles que buscam por imóvel residencial, ele ainda não conseguiu se efetivar como uma política habitacional plena.

A dimensão social da moradia segue subordinada à sua dimensão política/econômica, e muitas questões que estiveram presentes em outros grandes programas habitacionais do passado – e que já foram amplamente problematizadas pela literatura – voltam a ser repetidas pelo MCMV. É o caso, por exemplo, da construção de conjuntos de grande escala e baixa qualidade arquitetônica/urbanística, da implantação dos empreendimentos na periferia metropolitana, ou de processos violentos de reassentamento que descontextualizam as famílias atingidas.

Este texto evidentemente não pretende resolver todas estas questões apesar de estar permeado por todas elas. Nosso objetivo central é problematizar algumas dinâmicas que vêm marcando a implantação do MCMV na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, particularmente aquelas referentes à inserção urbana dos empreendimentos contratados. Quais as consequências deste modelo de política que apostou na centralidade do setor empresarial como agente promotor, num contexto de baixa capacidade regulatória por parte do poder público e um controle social praticamente nulo? O volume de unidades habitacionais produzido pelo programa – e o conseqüente número em potencial de famílias que poderão ser deslocadas – certamente trará impactos sobre a configuração do espaço metropolitano. Algumas considerações sobre isso serão aqui apresentadas.

SOBRE A DIMENSÃO QUANTITATIVA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Entre as quinze principais regiões metropolitanas do país, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi a segunda que mais contratou empreendimentos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, ficando atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo¹¹. Até dezembro de 2012 tinham sido contra-

9 Ver: CARDOSO, ARAUJO & JAENISCH (2013) e CARDOSO, JAENISCH & ARAUJO (2013).

10 Neste estamos nos referindo às famílias que adquiriram o seu imóvel por iniciativa própria através dos feirões da Caixa ou de outros canais de compra que possibilitavam o acesso aos benefícios do MCMV. Não é caso das famílias que acessaram o programa de forma involuntária, decorrente de reassentamentos ou remoções.

11 Os dados e considerações aqui apresentados são decorrentes de dois projetos de pesquisa em curso: “Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do

Tabela 1: Impacto do Programa Minha Casa Minha Vida no total de domicílios dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Município	Domicílios Particulares Permanentes 2010	Deficit Habitacional (projeção para 2010)	Domicílios criados pelo PMCMV	Impacto do PMCMV no total de domicílios do município
Rio de Janeiro	2.144.445	134.767	56.733	2.65%
Belford Roxo	145.677	17.332	9.475	6.50%
São Gonçalo	325.882	26.816	6.056	1.86%
Duque de Caxias	269.353	32.522	5.596	2.08%
Nova Iguaçu	248.186	1.284	5.309	2.14%
Queimados	42.209	5.036	3.872	9.17%
Magé	70.394	12.839	2.782	3.95%
Maricá	42.810	4.677	2.079	4.86%
São João de Meriti	147.450	8.863	1.768	1.20%
Niterói	169.237	21.682	1.577	0.93%
Itaguaí	33.910	2.528	1.205	3.55%
Itaboraí	69.422	12.594	1.169	1.68%
Seropédica	24.256	2.491	646	2.66%
Tanguá	9.658	1.297	462	4.78%
Japeri	28.409	7.310	436	1.53%
Nilópolis	50.514	2.190	346	0.68%
Mesquita	53.103	4.486	204	0.38%
TOTAL	3.874.915	321.475	99.715	2.57%

Fonte: Ministério das Cidades; Plano Estadual de Habitação do Rio de Janeiro; Censo Demográfico IBGE 2010
Elaboração: Observatório das Metrópoles

tados 378 empreendimentos que contabilizavam um total de 99.715 novas unidades habitacionais previstas¹², volume que se distribui heterogeneamente pelos diferentes municípios que compõem o aglomerado metropolitano.

O município do Rio de Janeiro concentrou 56,90% de todas as unidades contratadas, seguido pelos municípios da Baixada Fluminense¹³ que juntos responderam por 22,76% da produção, depois pelo eixo Niterói/São Gonçalo com 7,65%, estando os restantes 12,69% distribuídos por outros oito municípios da Região Metropolitana. Apenas nos municípios de Guapimirim e Paracambi não houve produção para o programa. Tomando como base a média de moradores por domicílio calculada pelo Censo Demográfico 2010 do IBGE, é possível prever que o MCMV poderá gerar um deslocamento em po-

tencial de aproximadamente 303.277 pessoas na Região Metropolitana do Rio.

Os dados da Tabela 1 evidenciam algumas dinâmicas que vêm caracterizando a implantação do MCMV na RMRJ. A primeira delas é a produção significativa em alguns municípios de urbanização consolidada como Belford Roxo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo.

Os três primeiros são municípios da Baixada Fluminense, região que historicamente se constituiu enquanto área periférica conurbada, integrada e complementar ao centro metropolitano¹⁴. Ela se consolidou ao longo da segunda metade do século XX como espaço residencial para famílias de baixa renda, marcada pela baixa oferta de oportunidades de trabalho e renda que exigiam deslocamentos diários dos seus moradores para a cidade do Rio e Janeiro. Teve seu processo de urbanização baseado na proliferação de loteamentos (regulares e irregulares) com baixa densidade habitacional e pouco controle ou planejamento por parte das administrações municipais, além de oferta precária de infraestrutura e risco de ocorrência de alagamentos devido às características geomorfológicas da região.

Durante a década de 1980 esse cenário começou a se alterar a partir de transformações nos padrões históricos de alocação de investimentos públicos, que

Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais” (Edital MCTI/CNPq/MCidades nº 11/2012) e “Entre a Política e o Mercado: Desigualdades, exclusão social e produção da moradia popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro” (Programa Cientista Nosso Estado – FAPERJ).

12 Todos os dados sobre a produção para o MCMV utilizados neste artigo foram extraídos de banco de dados fornecido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e dizem respeito aos empreendimentos contratados desde o início do programa em 2009 até dezembro de 2012.

13 Situada ao norte do município do Rio de Janeiro, estando aqui sendo aqui considerados como parte deste núcleo os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita.

14 Para uma análise histórica do processo de formação histórica da RMRJ, ver: ABREU (2006).

reverteram em melhorias objetivas nos padrões de qualidade de vida da região, acompanhadas por uma relativa complexificação econômica e produtiva. O município de Nova Iguaçu passou a desempenhar o papel de importante subcentralidade metropolitana, intensificando e diversificando a oferta de comércio, serviços e postos de trabalho. Da mesma forma, toda a Baixada Fluminense passou por processos de diferenciação social nos quais emergiram e se consolidaram diferentes setores das classes médias, que consequentemente envolveram a constituição de novos espaços e novas dinâmicas territoriais¹⁵.

O Município de São Gonçalo, por sua vez, está localizado a leste da Baía de Guanabara e é conurbado com o município de Niterói, compondo outra importante subcentralidade da RMRJ.

No município de Belford Roxo, 75,58% das unidades contratadas foram destinadas para famílias enquadradas na Faixa 1 do MCMV¹⁶ e 24,42% para famílias das Faixa 2 e Faixa 3. Já nos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias a produção foi menos concentrada, com 66,33% do total de unidades contratadas destinadas para a Faixa 1 e 33,66% destinadas para Faixa 2 e Faixa 3. Desempenho semelhante foi apresentado pelo município de São Gonçalo¹⁷ com 63,16% da produção destinada a famílias enquadradas na Faixa 1 e 36,84% para famílias da Faixa 2 e Faixa 3.

Estes dados sugerem algumas hipóteses. A grande quantidade de unidades produzidas nos municípios citados pode indicar a continuidade no histórico de atuação de algumas empresas incorporadoras que já produziam naquelas regiões, seja com apoio de financiamentos públicos em programas habitacionais esta-

tais anteriores, particularmente para o Programa de Arrendamento Residencial, seja operando através de recursos próprios ou com financiamentos tipo Carta de Crédito. O MCMV teria dado novo fôlego à produção, devido ao grande volume de recursos disponíveis, e sido favorecido por um possível contexto econômico e político/institucional pré-existente. Por outro lado, o volume considerável de unidades produzidas para as Faixas 2 e Faixa 3 nos municípios de São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu parece evidenciar a consolidação de uma classe média e um correspondente mercado imobiliário que passa a ser aquecido pelo MCMV. Importante ressaltar que na segunda fase do programa¹⁸ o número de unidades contratadas aumentou 250% em Belford Roxo, 116% em Duque de Caxias, 264% em Mesquita, 39% em Nova Iguaçu, 19% em São João do Meriti e 159% em São Gonçalo, indicando que a Baixada Fluminense e o município de São Gonçalo seguiram apresentando condições favoráveis para a implantação do programa.

Outra dinâmica a ser destacada é a expansão na segunda fase do MCMV para os municípios da periferia distante da região metropolitana, conforme descrito na Tabela 2.

Durante o MCMV1, a cidade do Rio de Janeiro concentrou ampla maioria das unidades contratadas, estando o restante distribuído basicamente pelos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São Gonçalo, reforçando a hipótese de que estes municípios desde o início do programa vêm apresentando condições favoráveis para a sua implantação. Com o MCMV2, a produção passa por um processo de desconcentração (com perda de participação do município do Rio de Janeiro) e reforça o protagonismo dos municípios da Baixada Fluminense e do eixo Niterói/São Gonçalo. No entanto, cabe aqui destacar a expansão da produção para os municípios de Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá e Tanguá. Municípios menores em termos de população, distantes das áreas mais dinâmicas da RMRJ, de economia restrita, com capacidade administrativa limitada, alguns de emancipação recente, e muitos não conurbados com os demais¹⁹.

15 Para uma análise do processo de estruturação social da RMRJ, ver: LAGO (2002), LAGO (2010), RIBEIRO (2002).

16 O MCMV divide o seu público-alvo em três faixas de renda. A Faixa 1 envolve as famílias com renda mensal até R\$1600,00 que recebem subsídio integral garantido pela Caixa Econômica Federal, estando a distribuição das unidades sob responsabilidade das administrações municipais que devem definir critérios e instrumentos para selecionar as famílias. É voltada preferencialmente para famílias de baixa renda ou cuja condição de moradia é considerada inadequada. A Faixa 2 e a Faixa 3 são destinadas respectivamente para as famílias com renda mensal de até R\$3275,00 e R\$5000,00 que recebem subsídio parcial pela Caixa Econômica Federal, e compram as unidades diretamente das construtoras e incorporadoras pagando o restante do valor do imóvel com financiamento pelo FGTS. Ressaltando que existem tetos estabelecidos pela Caixa Econômica Federal para o valor de venda dos imóveis produzidos para o programa, que variam em função da faixa de renda, tipologia e perfil do município.

17 O município de São Gonçalo teve seu processo de urbanização e constituiu suas dinâmicas territoriais diretamente associadas ao município de Niterói (ao qual está conurbado), outra importante subcentralidade da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e antiga capital do Estado.

18 O MCMV foi oficialmente dividido em duas fases. A primeira denominada Minha Casa Minha Vida 1 começou em 2009 e encerrou em 2010. A segunda denominada Minha Casa Minha Vida 2 começou em 2011 e ainda está vigente. Entre ambas o programa passou por alguns ajustes e alterações pontuais na legislação.

19 Uma exceção que merece ser destacada é o caso do município de Queimados que desde a primeira fase do programa vem recebendo conjuntos de grande porte, além de ser o município no qual o número de domicílios criados pelo MCMV terá o maior peso relativo ao número total de domicílios pré-

Tabela 2: Distribuição das unidades contratadas em cada fase do Programa Minha Casa Minha Vida pelos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Município	MCMV1		Variação no nº de unidades	MCMV2	
	Nº de unidades	Relativo ao total da RMRJ		Nº de unidades	Relativo ao total da RMRJ
Belford Roxo	2.106	4.82%	249.91%	7.369	13.16%
Duque de Caxias	1.770	4.05%	116.16%	3.826	6.83%
Itaboraí	165	0.38%	508.48%	1.004	1.79%
Itaguaí	0	-	-	1.205	2.15%
Japeri	0	-	-	436	0.78%
Magé	0	-	-	2.782	4.97%
Maricá	0	-	-	2.079	3.71%
Mesquita	44	0.10%	263.64%	160	0.29%
Nilópolis	196	0.45%	-23.47%	150	0.27%
Niterói	693	1.58%	27.56%	884	1.58%
Nova Iguaçu	2.219	5.07%	39.25%	3.090	5.52%
Queimados	2.126	4.86%	-17.87%	1.746	3.12%
Rio de Janeiro	31.272	71.51%	-18.58%	25.461	45.48%
São Gonçalo	1.683	3.85%	159.83%	4.373	7.81%
São João de Meriti	808	1.85%	18.81%	960	1.71%
Seropédica	646	1.48%	-	0	-
Tanguá	0	-	-	462	0.83%
TOTAL	43.728	100.00%	28.03%	55.987	100.00%

Fonte: Ministério das Cidades.
Elaboração: Observatório das Metrópoles.

A produção nestes municípios é em sua maioria destinada à Faixa 1 e cabe ressaltar que muitos estão sendo diretamente atingidos pelos grandes projetos de investimento atualmente em curso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É o caso do Arco Metropolitano (um semianel rodoviário de integração metropolitana) que cortará os municípios Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí; do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro em construção no município de Itaboraí; além da Companhia Siderúrgica do Atlântico e do Porto de Itaguaí, no limite dos municípios de Itaguaí e Rio de Janeiro.

Uma terceira dinâmica verificada é a centralidade exercida pelo município do Rio de Janeiro. Foi o município que mais contratou unidades nas duas fases do programa, que tem a produção melhor distribuída pelas três faixas de renda, apresenta diferentes padrões de implantação dos empreendimentos no seu tecido urbano, além de ter sido o único município no qual houve um empreendimento contratado pelo Minha Casa Minha Vida Entidades²⁰.

-existentes.

20 O Programa Minha Casa Minha Vida Entidades é uma modalidade que financia através do Fundo de Desenvolvimento Social, projetos para empreendimentos/assentamentos

Do total de unidades contratadas neste município, 48,25% foram destinadas à Faixa 1, 16,33% à Faixa 2 e 35,41% à Faixa 3, sendo que a distribuição dos empreendimentos vem apresentando algumas particularidades. Praticamente metade das unidades contratadas no município (48,28%) está localizada nos bairros da zona oeste da cidade. A região é polarizada pelo bairro de Campo Grande – uma importante subcentralidade do município – que deverá receber um total de 8.719 novas unidades habitacionais, mas envolve também os bairros de Santa Cruz, Cosmos, Paciência, Senador Camará, Guaratiba, Inhoaíba, Santíssimo, Realengo, Bangu, Pedra de Guaratiba, Jardim SULACAP e Senador Vasconcelos²¹. Ressaltando que 58,54% das unidades nesta região foram destinadas à Faixa 1 e 41,46% às Faixas 2 e 3.

apresentados por entidades sem fins lucrativos de natureza diversa (cooperativas, associações, agremiações etc.). O empreendimento citado (com 70 unidades habitacionais) está localizado no bairro de Jacarepaguá, e foi o único nesta modalidade contratado até dezembro de 2012 em todo o Estado do Rio de Janeiro.

21 A zona oeste da cidade do Rio de Janeiro corresponde na divisão administrativa oficial do município à Área de Planejamento 5, que envolve um total de 21 bairros. Aqui estão sendo considerados apenas aqueles nos quais houve produção do MCMV.

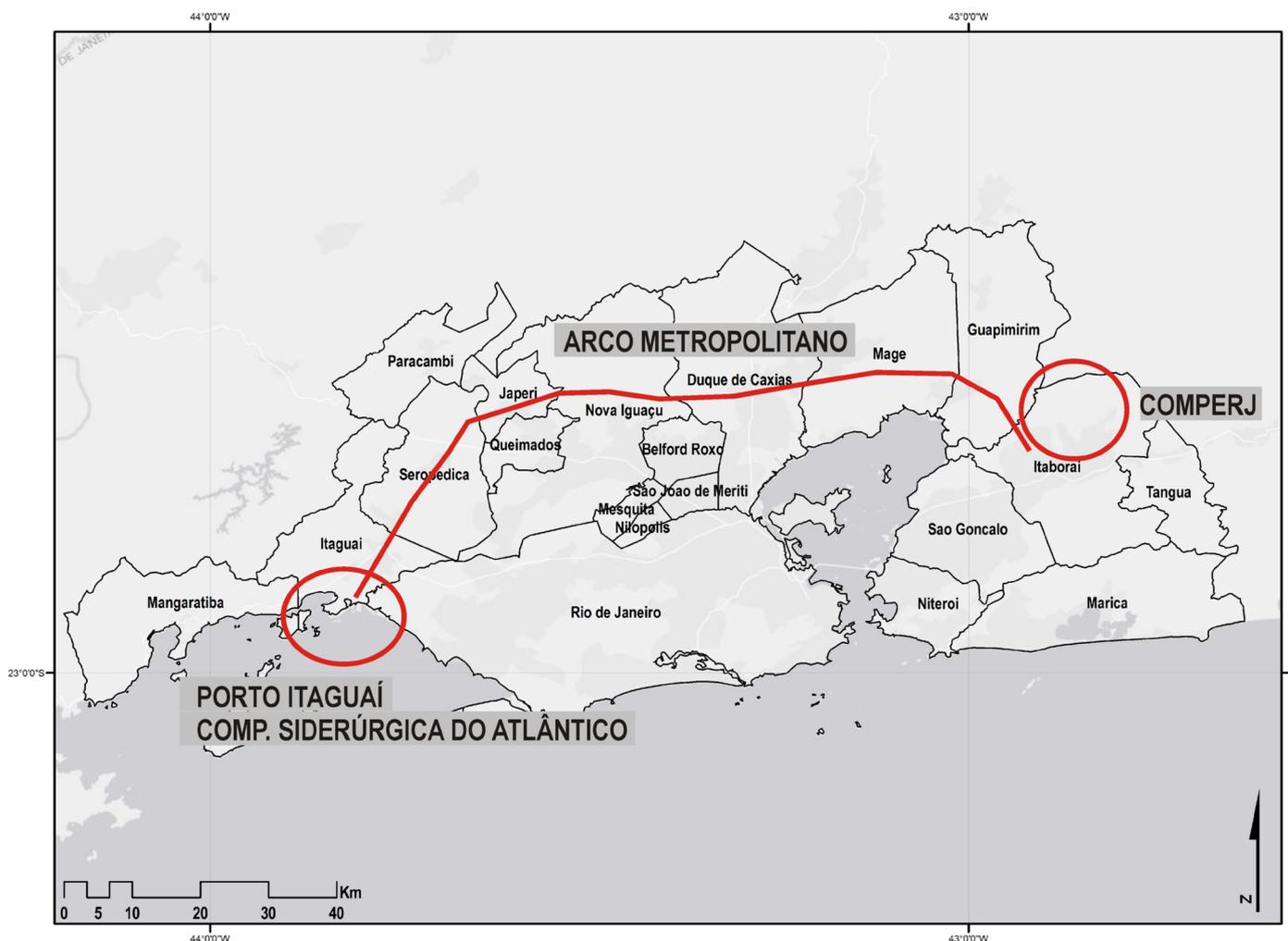


Figura 1:
Localização
dos principais
grandes projetos
de investimento
na Região
Metropolitana do
Rio de Janeiro

A zona norte da cidade²² e a região de Jacarepaguá²³ receberam respectivamente 25,83% e 13,18% do total da produção do município. Ambas se caracterizaram por receber majoritariamente empreendimentos voltados para as faixas de renda mais altas: a primeira com 70,51% das unidades destinadas para

22 A zona norte da cidade do Rio de Janeiro corresponde na divisão administrativa oficial do município à Área de Planejamento 3 e envolve um total de 80 bairros. Importante eixo de expansão da urbana da cidade na primeira metade do século XX (também conhecido como subúrbio) marcado pela atividade industrial e por sua relação com o sistema de transporte ferroviário que faz a ligação com o centro da cidade. Concentra uma série de conjuntos habitacionais construídos por programas anteriores (especialmente pelos Institutos de Previdência e Aposentadoria e pelo Banco Nacional de Habitação) e atualmente constitui uma área de urbanização consolidada com importantes subcentralidades, a exemplo dos bairros de Madureira, Méier e Bonsucesso.

23 A região de Jacarepaguá corresponde na divisão administrativa oficial do município à Área de Planejamento 5 e envolve um total de 19 bairros. Vem sendo desde o final da década de 1970 o principal eixo de expansão do mercado imobiliário na cidade do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2003 e 2013 recebeu cerca de 60% de todas as unidades residenciais novas do município, segundo dados fornecidos pela ADEMI-RJ.

as Faixas 2 e 3 e a segunda com 70,95% da produção voltada exclusivamente à Faixa 3. No restante da cidade a produção foi muito pequena, tendo a região da Grande Tijuca/Zona Sul (Área de Planejamento 2) tendo recebido apenas um empreendimento de 47 unidades no bairro de Vila Isabel, e a Região Central (Área de Planejamento 1) seis empreendimentos que representam somente 3,45% do total da produção do programa no município.

INSERÇÃO URBANA E VARIAÇÕES POR FAIXA DE RENDA

Os dados expostos acima sugerem algumas problematizações sobre a forma como o MCMV vem sendo conduzido e implantado na RMRJ. Um primeiro elemento diz respeito a variações na inserção urbana dos empreendimentos em função das faixas de renda dos beneficiários.

No geral é possível apontar para um movimento que tende a direcionar a implantação dos empreendimentos voltados para a Faixa 1 em áreas mais próximas dos limites da área urbanizada da metrópole.

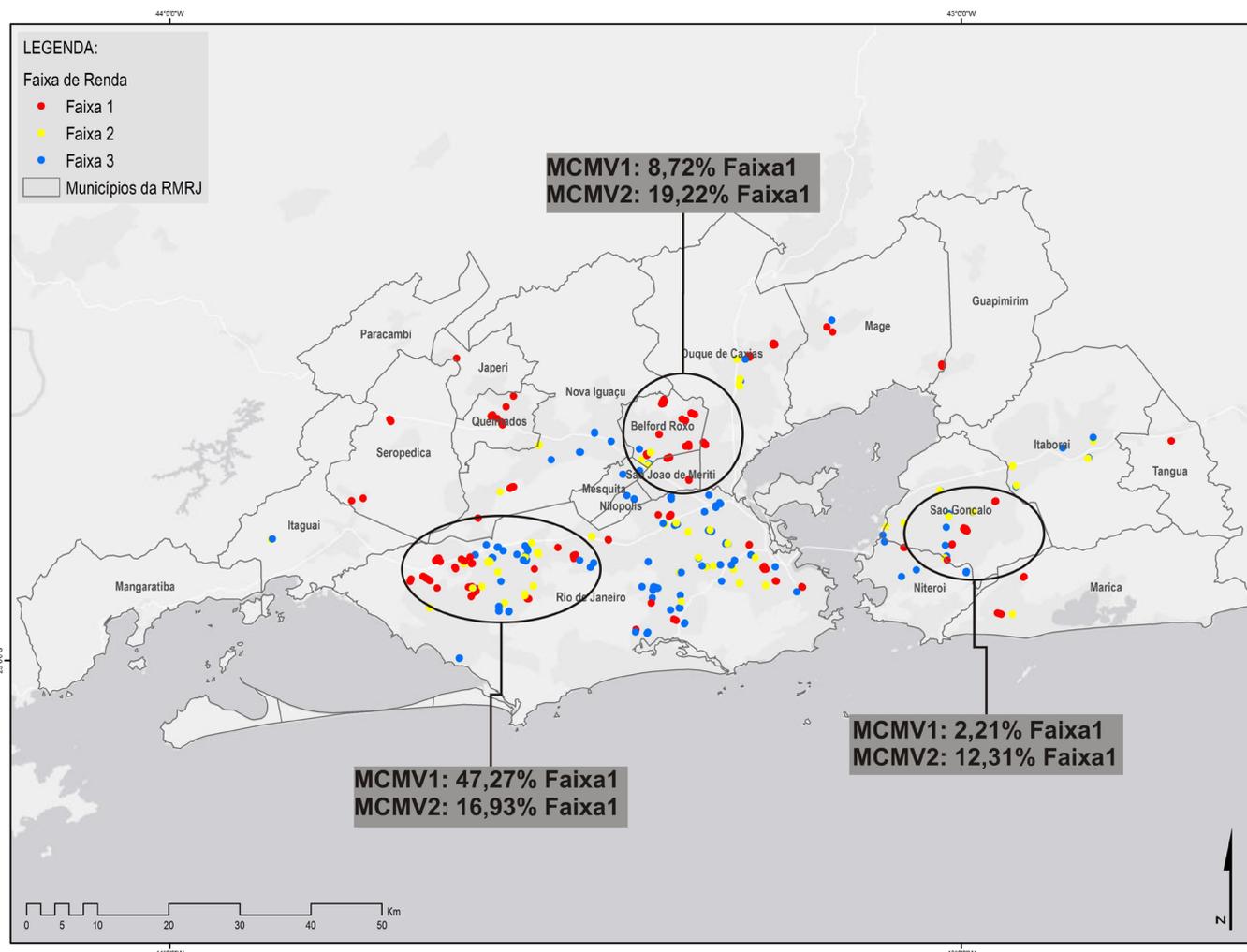
Isso foi verificado no caso da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde os empreendimentos tendem a ser implantados na periferia ou em áreas de expansão, principalmente dos bairros de Campo Grande e Santa Cruz. O mesmo pode ser dito para os empreendimentos dessa faixa localizados nos municípios da Baixada Fluminense (que se encontram relativamente mais longe da área central de Nova Iguaçu – principal centralidade da região – do que os empreendimentos das Faixas 2 e 3), assim como para os empreendimentos do eixo Niterói/São Gonçalo que em geral seguem o eixo da Rodovia Niterói-Manilha (BR-101) distanciando-se do centro do município de Niterói. No caso de municípios como Queimados, Japeri ou Seropédica, essa periferação torna-se mais evidente em função da inserção periférica destes municípios nas dinâmicas metropolitanas.

Essas diferenças de localização por faixa de renda sugerem como hipótese que duas dinâmicas diferentes estejam atravessando a implantação do programa. A primeira delas diz respeito aos empreendimentos da Faixa 1. Na primeira fase do programa, 47,37% de toda a produção voltada para esta faixa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro estava concentra-

da na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, com outras áreas de concentração menores, dispersas por outros pontos da área metropolitana. Na segunda fase do programa, a produção para a Faixa 1 passa por uma significativa desconcentração e surgem outras áreas de concentração: Belford Roxo (que recebeu 19,22% do total da Faixa 1 de toda a RMRJ), São Gonçalo (que recebeu 12,31% do total da Faixa 1 de toda a RMRJ), além da inserção nos municípios da periferia distante do aglomerado metropolitano.

Esse movimento sugere uma maior facilidade das incorporadoras em criar novas frentes de expansão para a Faixa 1, independente dos padrões de urbanização existentes ou mesmo da oferta de infraestrutura ou serviços públicos, algo que não deve ser dissociado da atuação limitada das administrações municipais na definição de parâmetros para regular a implantação dos empreendimentos contratados²⁴. Mas guarda também uma relação direta com a forma de distribuição das unidades produzidas para a Faixa 1. No desenho institucional do Programa, o empreendimento é construído e vendido integralmente para a Caixa Econômica Federal que o repassa aos beneficiários selecionados a partir de critérios defini-

Figura 2: Distribuição dos empreendimentos contratados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por faixa de renda, com destaque para as áreas de concentração da Faixa 1.



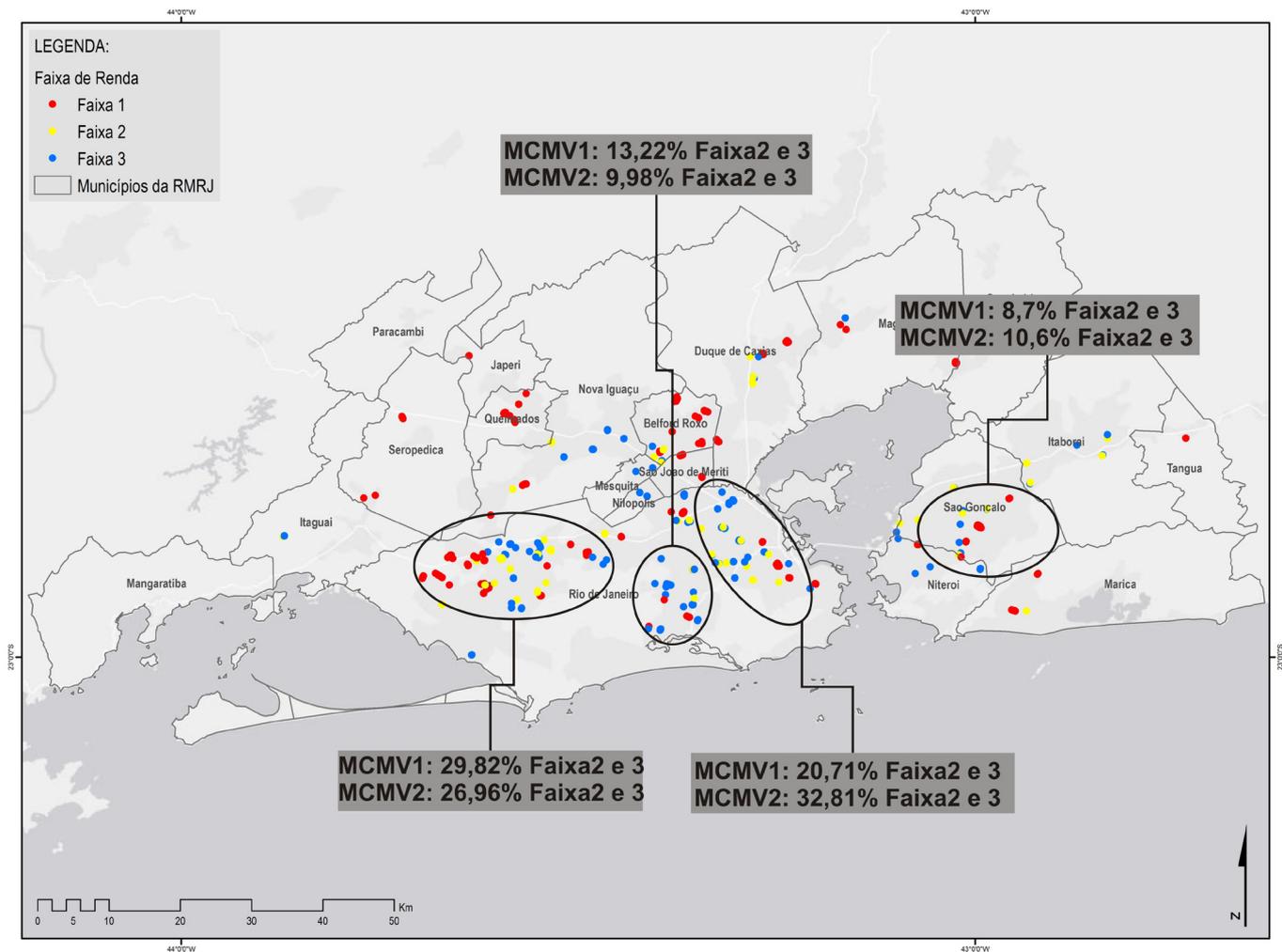


Figura 3:
Distribuição dos empreendimentos contratados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por faixa de renda, com destaque para as áreas de concentração das Faixas 2 e 3

dos pelas administrações municipais. Desta forma a incorporadora produz com garantia da demanda, não precisa arcar com custos de comercialização e divulgação, além de geralmente se beneficiar com a doação de terrenos, flexibilização das leis urbanísticas ou redução na tributação oferecida pelas administrações municipais. Essas facilidades podem ser uma explicação possível para a migração de grandes empreiteiras como a Odebrecht e a OAS para o MCMV. Elas possuem um histórico institucional de atuação em grandes obras públicas e dominam técnicas construtivas e de organização do canteiro de obras que facilitam a estandardização da produção²⁵. Além disso, elas não precisam dominar as dinâmicas do mercado imobiliário local nem investir em elementos que agreguem qualidade estética/arquitetônica/construtiva aos empreendimentos. Essa hipótese pode ser estendida para

25 O MCMV impõem valores máximos para cada unidade habitacional produzida que variam em função da tipologia, localização e faixa de renda. Isso impele as construtoras a buscar estratégias que baixem ao máximo o custo de produção para conseguir ampliar as taxas de lucro por unidade produzida.

as construtoras que se especializaram em produzir para a Faixa 1, como é o caso da Construtora EMC-CAMP S/A que detém o maior número de unidades contratadas para o programa na Região Metropolitana (11,7% do total).

A implantação dos empreendimentos voltados para a Faixa 2 e a Faixa 3 vem apresentando uma dinâmica diferente. Ao comparar a localização dos empreendimentos contratados na primeira fase do programa com os empreendimentos contratados na segunda, não houve a formação de novas frentes de expansão ou concentração, apenas a consolidação das já existentes. No MCMV1 foi possível identificar quatro áreas de concentração de unidades voltadas para estas faixas: a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a região de Jacarepaguá, a zona norte da cidade do Rio de Janeiro, além do eixo São Gonçalo/Niterói. No MCMV2 essas quatro áreas permanecem os principais focos de concentração das Faixas 2 e 3, destacando a zona norte da cidade do Rio de Janeiro que recebeu 32,81% das unidades contratadas, tornando-se assim o principal polo de concentração.

Outra característica é a inserção dos empreendimentos voltados para a Faixa 2 e Faixa 3 em áreas de

urbanização mais consolidada, algo que também pode ser relacionado com a forma de distribuição das unidades habitacionais produzidas para estas faixas. Aqui as incorporadoras produzem os empreendimentos e precisam vendê-los no mercado imobiliário local para possíveis interessados, que os adquirem através de financiamentos pelo FGTS e ainda podem receber subsídios parciais que variam de acordo com a renda da família. Isso faria da produção para a Faixa 2 e Faixa 3 relativamente menos independente do que a produção para a Faixa 1, levando as incorporadoras a apostar em melhores localizações dentro da cidade.

TAMANHO DOS EMPREENDIMENTOS E CONTIGUIDADE

Um segundo elemento a ser problematizado são as variações no tamanho dos empreendimentos por faixa de renda dos beneficiários e a contiguidade entre eles. A tabela seguinte indica que na RMRJ o tamanho médio dos empreendimentos voltados para a Faixa 1 tende a ser maior que o da Faixa 2 e Faixa 3, ressaltando que na segunda fase do programa essa diferença ficou ainda mais acentuada. Para avaliar melhor essa distribuição, todos os empreendimentos contratados pelo MCMV na RMRJ foram divididos em quatro faixas de tamanho, conforme descrito na

Tabela 4.

Os dados apresentados na Tabela 4 indicam que a produção de grandes empreendimentos está voltada principalmente para a Faixa 1 tendo crescido na segunda fase do programa, ressaltando que aproximadamente metade das unidades contratadas para esta faixa está localizada em empreendimentos com mais de 400 unidades habitacionais.

A questão do tamanho novamente pode ser associada aos processos de standardização e da produção em massa de unidades habitacionais: com o valor máximo da unidade habitacional pré-determinado pela Caixa Econômica Federal, as incorporadoras apostam no volume produzido para aumentar seus ganhos. Mas é importante também problematizar a localização destes empreendimentos de grande porte. Entre o total de unidades produzidas para a Faixa 1 e inseridas em empreendimentos com mais de 400 unidades habitacionais, cerca de 37% delas estão localizadas no limite urbanizado da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida temos 23,42% nos municípios de Belford Roxo e São João do Meriti, e 17% nos municípios de Queimados, Japeri, Magé e Tanguá. Todas áreas periféricas ou de expansão urbana da RMRJ. Dinâmica que também podemos associar ao protagonismo dado às empresas construtoras e incorporadoras no desenho institucional do programa. O responsável pela produção é a iniciativa privada, que faz uso de uma série de estratégias para re-

Tabela 3: Média de unidades por empreendimento em cada fase do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Fase do Programa	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
Minha Casa Minha Vida 1	295,62 Unid/Emp.	163,74 Unid/Emp.	227,96 Unid/Emp.
Minha Casa Minha Vida 2 (Até dezembro de 2012)	363,62 Unid/Emp.	172,04 Unid/Emp.	219,51 Unid/Emp.
TOTAL (MCMV1 + MCMV2)	334,26 Unid/Emp.	168,83 Unid/Emp.	224,43 Unid/Emp.

Elaboração: Ministério das Cidades.

Tabela 4: Distribuição das unidades produzidas para cada faixa de renda por tamanho do empreendimento

Tamanho do empreendimento	Unidades para Faixa 1		Unidades para Faixa 2 e 3	
Até 100 UH	337	0.57%	4.161	10.18%
101 a 250 UH	10.615	18.04%	12.813	31.34%
251 a 400 UH	19.763	33.59%	10.593	25.91%
Maisque 400 UH	28.114	47.79%	13.318	32.57%
TOTAL	58.829	100.00%	40.885	100.00%

Elaboração: Observatório das Metrôpoles.

duzir o custo e viabilizar a produção dentro do valor máximo por unidade habitacional estabelecido pelas normativas do programa. E uma forma de fazer isso é buscando grandes áreas de terra a um preço baixo em áreas periféricas ou de urbanização ainda restrita. Dinâmica que só é revertida com ações diretas do poder público para liberar terrenos para construção de novos empreendimentos em áreas melhor inseridas nas dinâmicas urbanas. No caso da cidade do Rio de Janeiro, cabe citar como exemplo o empreendimento Bairro Carioca, construído para Faixa 1 com 2.240 unidades habitacionais em antigo terreno da empresa Light em uma área de urbanização consolidada. Mas esse tipo de intervenção segue sendo exceção na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Outro ponto associado a essa questão diz respeito ao tamanho e distribuição dos empreendimentos pela RMRJ é a contiguidade entre eles. Já foi identificado em pesquisas anteriores²⁶ que é prática comum de muitas incorporadoras fracionar seus lotes de terra em vários empreendimentos contratados separadamente junto à Caixa Econômica Federal, e no caso da RMRJ apenas 28,14% dos empreendimentos identificados²⁷ não estão contíguos com algum outro.

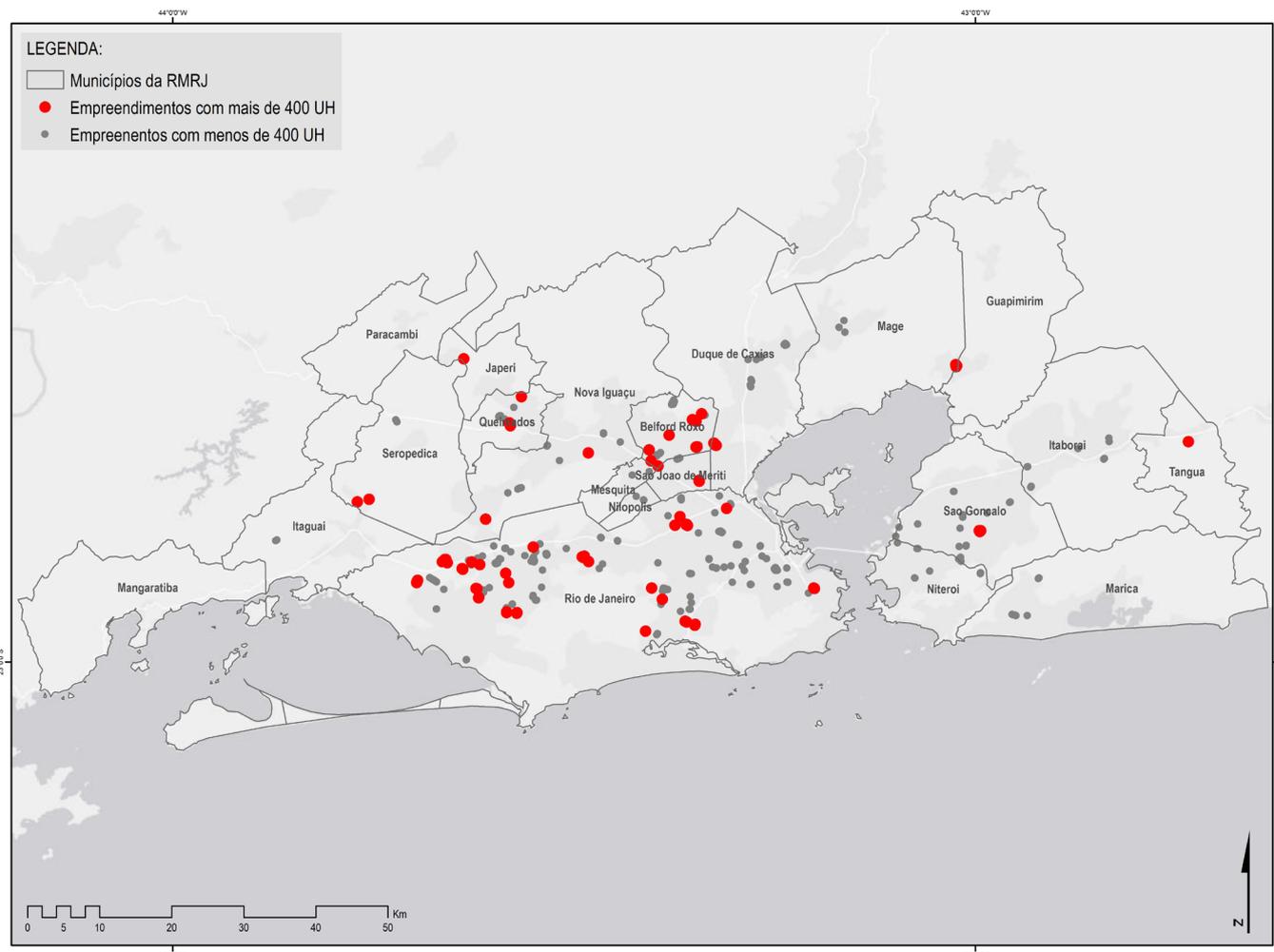
Ou seja, a ampla maioria deles será vizinho de algum outro contratado pelo MCMV.

Aqui novamente é possível verificar variações em função das faixas de renda. Na Região Metropolitana 86% dos empreendimentos voltados para a Faixa 1 apresentam algum tipo de contiguidade frente a 52,78% dos empreendimentos da Faixa 3. Em alguns municípios com produção significativa, como Duque de Caxias e São Gonçalo, esse percentual é de 100% para a Faixa 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo após os primeiros anúncios do MCMV pelo Governo Federal, vários analistas já indicavam os riscos e as possíveis consequências do desenho institucional adotado pela nova política. Naquele momento as projeções alertavam para ineficiência do programa para evitar um padrão periférico e precário de localização da moradia voltada para a população de baixa renda, a quase nula articulação com outras políticas urbanas ou com estratégias eficientes de acesso a terras urbanas em áreas centrais, além do não incentivo

Figura 4:
Distribuição dos empreendimentos classificados como de tamanho 4 na RMRJ por faixa de renda.



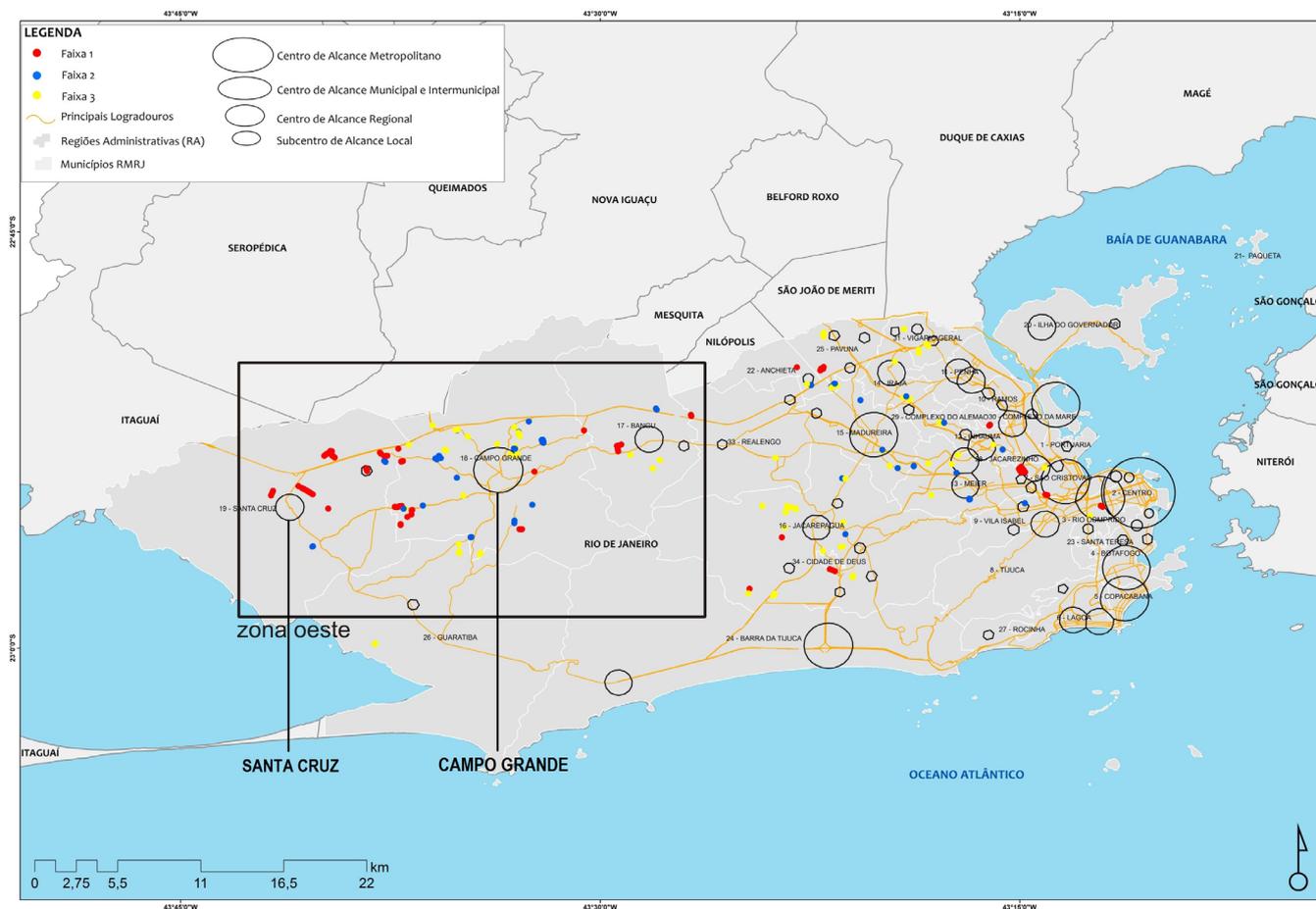


Figura 5: Distribuição dos empreendimentos contratados pelo MCMV por faixa de renda e sua relação com as centralidades do município do Rio de Janeiro.

a inovações habitacionais que escapassem da oferta de unidades novas²⁸. As metas quantitativas a serem atingidas pelo programa levariam a uma limitação e padronização das alternativas habitacionais²⁹, e a centralidade dada à iniciativa privada não iria favorecer o desenvolvimento institucional das instâncias municipais ou estaduais responsáveis pela política habitacional³⁰.

Os dados e as problematizações apresentadas neste artigo coadunam (a partir do caso da RMRJ) com boa parte destas previsões. As dinâmicas que vêm sendo apresentadas na implantação do MCMV na RMRJ seguem promovendo a hierarquização do espaço metropolitano, criando novas frentes de expansão para as famílias de baixa renda em vez de favorecer sua inserção nas áreas mais dinâmicas e que propiciam seu desenvolvimento socioeconômico. A figura seguinte ilustra essa questão para o caso do município do Rio de Janeiro. No mapa é possível visualizar que existe uma inserção diferenciada dos empreendimentos nas áreas próximas aos locais

identificados pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro enquanto centralidade³¹. E aqui novamente cabe destacar o caso da zona oeste da cidade. Em um dos principais vetores de expansão do MCMV na RMRJ, a localização dos empreendimentos voltados para a Faixa 1 esta mais distante do centro de Campo Grande (classificado como centro de alcance municipal e intermunicipal na hierarquia proposta) quando comparados com os empreendimentos das Faixas 2 e 3, e conseqüentemente mais distante da oferta de comércio, serviços e postos de trabalho.

Ao comparar a localização dos empreendimentos com os resultados do “Índice de Bem-Estar Urbano”, desenvolvido pelo INCT Observatório das Metrôpoles³², também fica evidente uma maior precariedade nas áreas que receberam os empreendimentos

28 Conforme sinalizado por ROLNIK E NAKANO (2009) e MARICATO (2009).

29 Conforme BONDUKI (2009).

30 Conforme discutido por FIX E ARANTES (2009).

31 Trata-se do “Sistema de Centros de Comércio e Serviços da Cidade do Rio de Janeiro” elaborado pelo Instituto Pereira Passos da Prefeitura do Rio de Janeiro.

32 O “Índice de Bem-Estar Urbano” foi elaborado pela equipe do INCT Observatório das Metrôpoles a partir de dados produzidos pelo IBGE para analisar indicadores de mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana para 15 regiões metropolitanas do país. Para mais informações e descrição da metodologia ver: <<http://observatoriiodasmetrôpoles.net/ibe-u>>

destinados à Faixa 1 do programa. Segundo o indicador “Infraestrutura Urbana” – que avalia a existência de iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio, bueiro, rampa para cadeirantes e existência de logradouro – ,cerca de 48% dos empreendimentos da Faixa 1 estão localizados em áreas do município que apresentaram os piores resultados. Quanto ao indicador “Mobilidade Urbana” – que avalia o tempo de deslocamento diário casa-trabalho – aproximadamente 80% dos empreendimentos da Faixa 1 também estão localizados em áreas que apresentaram o piores resultados.

Os dados que foram apresentados ao longo deste artigo não esgotam a discussão e foram aqui utilizados para delimitar algumas tendências sobre a implementação do MCMV na RMRJ. Mas é possível apontar que até o momento o programa não vem desempenhando seu papel de política habitacional no seu sentido amplo e nem incentivando inovações que possam ampliar qualitativamente as possibilidades de garantir acesso à moradia digna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. Evolução Urbana do Rio de Janeiro (4ª edição). Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.
- BONDUKI, N. Do Projeto Moradia ao Minha Casa Minha Vida. *Revista Teoria e Debate*, Vol. 82, 2009.
- BOTELHO, A. O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- CARDOSO, A. (org.) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO ET ALII. Minha Casa Minha Sina: implicações da recente produção habitacional pelo setor privado na zona oeste do Rio de Janeiro. IN: CARDOSO, A. (org.) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, A.; ARAUJO, F.; JAENISCH, S. T. Morando no Limite: Sobre Padrões de Localização e Acessibilidade do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. IN: Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional. Recife, 2013.
- CARDOSO, A. JAENISCH, S. T. & ARAUJO, F. The social imaginary of home ownership and its effects: reflections about real state in Brazil. In: ISA RC43 Conference 2013 Book of Proceedings. Amsterdam: University of Amsterdam, 2013.
- CARDOSO, A. e ARAGÃO, T. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. IN: MENDONÇA, J.e COSTA, H.S. (org.). Estado e capital imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2011.
- CARDOSO, A. e ARAGÃO, T. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos de política habitacional no Brasil. IN: CARDOSO, A. (org.) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- FIX, M. e ARANTES, P. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Jundiaí: HumanRigths in Brazil, 2009.
- FIX, M. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese (doutorado em desenvolvimento econômico) Faculdade de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- LAGO, L. O espaço metropolitano do Rio de Janeiro: mudanças e permanências em sua configuração. *Revista da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 38-41, 2002.
- LAGO, L. (org). Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- MARICATO, E. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. *Cadernos Metrôpole (PUC-SP)*, volume 21, 2009.
- RIBEIRO, L. C. Q. Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. IN: *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Lapa/Rio de Janeiro, p. 79-103, 2002.
- ROLNIK, R. e NAKANO, K. Direito à moradia ou salvação do setor? *Jornal Folha de São Paulo*, 14 de março de 2009.
- ROYER, L. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese (doutorado em arquitetura e urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.
- RUFINO, M. B. Mudanças na produção imobiliária residencial em Fortaleza: a reestruturação do setor e seus significados. . IN: CARDOSO, A. (org.) O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SANTOS JUNIOR, O. & SANTOS, M. Megaeventos e o direito à moradia: reflexões a partir do caso do Rio de Janeiro. IN: OLIVEIRA,

F.; COSTA, H.; CARDOSO, A. & VAINER, C. (org.). Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SHIMBO, L. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. IN: MENDONÇA, J. e COSTA, H. S. (org.). Estado e capital imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2011.

SILVA, J. N. Os interesses em torno da Política de Habitação Social no Brasil: a autogestão

no Programa Crédito Solidário. Dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

TERMOS PARA ÍNDICE REMISSIVO

Minha Casa Minha Vida, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Habitação, Política Habitacional. ■

Mark Whitehead

Ambientalismo urbano neoliberal e a cidade adaptável: por uma teoria urbana crítica e alterações climáticas

Resumo

Este artigo explora a contribuição potencial da teoria urbana crítica aos debates intelectuais e políticos a respeito das alterações climáticas. Embora seja possível identificar o surgimento de uma vertente de investigações críticas que tratam do papel das cidades para facilitar a atenuação das alterações climáticas e as estratégias de adaptação, este artigo demonstra que a totalidade das implicações da teoria urbana crítica aos estudos de alterações climáticas ainda precisa ser compreendida. Neste artigo, a teoria urbana crítica é entendida como uma abordagem (ou conjunto de abordagens) para a cidade que reconhece o formato contingencial das políticas urbanas, enquanto afirma que, longe de ser um processo inevitavelmente e politicamente neutro, a urbanização é uma expressão do cruzamento de regimes de poder social. Este artigo utiliza a teoria urbana crítica como base para analisar as estratégias de adaptação climática urbana que estão surgindo. A análise apresentada aqui afirma que políticas de adaptação contemporâneas estão sendo formuladas por práticas neoliberais de governo orientadas ao mercado, aumento das privatizações e empreendedorismo ambiental urbano. Este artigo expõe algumas das principais contradições inerentes às estratégias de adaptação às mudanças climáticas urbanas neoliberalizadas e sugere como seria possível desenvolver regimes de adaptação progressivos.

Palavras-chave: Ambientalismo urbano neoliberal; Teoria urbana crítica; Alterações climáticas.

Abstract

This paper explores the potential contribution of critical urban theory to the intellectual and political debates surrounding climate change. While it is possible to identify an emerging strand of critical enquiry concerning the role of cities in facilitating climate change mitigation and adaptation strategies, this paper argues that the full implications of critical urban theory to climate change studies have yet to be realised. In this paper, critical urban theory is understood as an approach (or set of approaches) to the city that recognises the contingent form of urban politics and policy, while asserting that, far from being an inevitable and politically neutral process, urbanisation is an expression of intersecting regimes of social power. This paper utilises critical urban theory as a basis for analysing emerging urban climate adaptation strategies. The analysis presented here asserts that contemporary adaptation policies are being framed by neoliberal practices of market-oriented governance, enhanced privatisation and urban environmental entrepreneurialism. This paper exposes some of the key contradictions that are inherent within neoliberalised urban climate change adaptation strategies and suggests how it might be possible to develop more progressive adaptation regimes.

Keywords: Neoliberal Urban Environmentalism, critical urban theory, climate change.

Mark Whitehead

faz parte do Instituto de Geografia e Ciências da Terra, da Aberystwyth University, em Llandinam Building, Penglais Campus, Aberystwyth, SY23 3DB, UK.

mw@aber.ac.uk

INTRODUÇÃO: A CARBONIZAÇÃO DA CIDADE À URBANIZAÇÃO DO CLIMA

Em seu livro recente *Climatopolis: how our cities will thrive in the hotter future* (Climatopolis: como nossas cidades se desenvolverão no futuro mais quente), Matthew E. Kahn afirma que “alterações climáticas afetarão o cenário competitivo das cidades, e as pessoas serão capazes de escolher o vencedor manifestando seu posicionamento” (Kahn, 2010, p. 11).¹ A visão de Kahn aborda as questões de urbanização e alterações climáticas de maneira aparentemente original, ainda que, de certa forma, preocupante. As opiniões de Kahn são perturbadoramente originais em pelo menos dois aspectos. Primeiro, com relação à conexão que ele estabelece entre alterações climáticas e vantagem competitiva urbana. Apesar do recente trabalho de Hodson e Marvin (2009) ter sugerido que ameaças às cidades em um futuro próximo, como alterações climáticas, sejam entendidas em relação à lógica competitiva da segurança ecológica urbana, há uma tendência das alterações climáticas existirem no inconsciente coletivo como um problema comum, não como base para uma acumulação de riqueza diferenciada (Rifkin, 2009). Em segundo lugar, está a associação positiva que Kahn faz entre alterações climáticas e sucesso urbano. Certo ou errado, discursos sobre alterações climáticas urbanas costumam enfatizar os custos que mudanças climáticas trarão às cidades, não as vantagens socioeconômicas associadas. Embora aparentemente original e singular, este artigo afirma que a interpretação de Khan para a relação entre desenvolvimento urbano e alterações climáticas realmente reflete as estratégias de adaptação às alterações climáticas de várias autoridades urbanas, governos nacionais e agências internacionais. (Eu discutirei por que a visão urbana de Kahn da adaptação às mudanças climáticas urbanas é emblemática para as políticas de alterações climáticas urbanas existentes, mais adiante neste artigo). Este trabalho interpreta o impulso competitivo e o otimismo urbano sintetizados por Kahn como parte da lógica estabelecida sobre o ambientalismo urbano neoliberal (Bernstein, 2000, 2001; ver também Anderson e Leal, 1991; Young, 2002). De maneira geral, o ambientalismo urbano neoliberal é mais bem

concebido como um poderoso quadro normativo internacional, que teve origem com o desenvolvimento de políticas ambientais durante a década de 1970 e relacionou explicitamente proteção ecológica com crescimento econômico, mecanismos de mercado e um sistema urbano amplamente desregulado.

Este artigo tem como objetivo desvendar e criticar o conhecimento implícito e as práticas associadas ao ambientalismo urbano neoliberal ao serem aplicados às políticas de adaptação às alterações climáticas. O artigo tem como foco as questões de adaptação climática urbana por duas razões principais. Primeiro, e de acordo com a ênfase que se deu a mais ações para adaptação a partir da décima terceira *Conference of the Parties* em Bali, em 2007, está se tornando claro que comunidades urbanas são, em certa medida, fechadas aos efeitos das alterações climáticas (UNFCCC, 2011, seção II; ver também McKibbin e Wilcoxon, 2004). Consequentemente, nos últimos anos, o programa de alterações climáticas metropolitanas observou um aumento da mescla de medidas de adaptação com políticas de atenuação (UNFCCC, 2011, seção II). Em segundo lugar, este artigo concentra-se nas questões sobre adaptação urbana exatamente porque as associações entre esses regimes políticos e o ambientalismo urbano neoliberal são sempre obscuras ou deliberadamente ofuscadas. Embora políticas de mitigação de alterações climáticas e medidas associadas de comércio de carbono e modernização ecológica sustentem as marcas claras do neoliberalismo, os pressupostos claros associados com adaptação estão sempre mascarados por uma retórica de cuidado, defesa e proteção urbana.

Este artigo defende que um primeiro passo fundamental para identificar essas lógicas e, depois, avaliar seus resultados prováveis, é considerar a ampla contribuição da teoria urbana crítica ao estudo do assim clamado climatopolis (Kahn, 2010). Uma correlação com a teoria urbana crítica é importante porque apesar da carbonização da política urbana (vide Rice, 2010) e a urbanização da política de alterações climáticas terem sido decretadas, descritas e criticamente analisadas, apenas uma atenção limitada foi dada neste trabalho à natureza da urbanização neoliberal. Isso não é, certamente, para dizer que não tenha havido trabalhos críticos valiosos sobre alterações climáticas urbanas, mas que este trabalho não constitui uma teoria crítica da urbanização propriamente dita. Este artigo tem início com o mapeamento da ausência de teoria urbana crítica a partir de trabalhos que exploram a interface entre cidades e alterações climáticas. A análise, então, se direciona para a consideração da natureza da teoria urbana crítica e sua potencial utilidade para pesquisas de alterações climáticas. A seção

¹ Matthew Kahn é professor na Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Ele é especialista em economia ambiental e urbana e desenvolveu anteriormente uma abordagem econômica de livre mercado para a elaboração de políticas ambientais urbanas em *Green Cities: Urban Growth and the Environment* [Cidades verdes: crescimento urbano e o meio ambiente] (Kahn, 2006).

seguinte aborda ortodoxias neoliberais que parecem apoiar certas estratégias de adaptações climáticas urbanas. Finalmente, a análise considera o que a teoria urbana clássica pode nos dizer a respeito das contradições, injustiças e limitações potenciais associadas às políticas de adaptação urbanas contemporâneas orientadas ao mercado.

TEORIA URBANA CRÍTICA E AMBIENTALISMO NEOLIBERAL URBANO

Alterações climáticas e a lacuna urbana crítica

Foi durante os anos de 1990 que o diálogo analítico entre alterações climáticas e estudos urbanos teve início (vide Harvey, 1993; Collier, 1997; Lambright *et al.*, 1996). Estas análises pioneiras foram, em parte, uma resposta ao surgimento da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Elas também são, e mais importante, uma tentativa de se ganhar alguma perspectiva analítica sobre os compromissos preventivos que foram feitos pelas autoridades urbanas progressivas (como o Conselho Municipal da Cidade de Toronto) para reduzir as emissões de gases de efeito estufa para além dos compromissos nacionais. Para estes objetivos, o surgimento do que Dhakal e Betsill (2007) denominam a comunidade urbana e regional de pesquisa em gestão de carbono sempre foi estabelecida com base em dois pressupostos: a qualidade peculiar dos regimes de política de mudança do clima que estão surgindo nas cidades; e, relacionado a isso, as políticas de mudança de clima não apenas ocorrem no espaço urbano, mas são parcialmente transformadas pela urbanização.

Embora a avaliação inicial da diferença que cidades parecem estar fazendo para a política econômica de mudança do clima, fases subsequentes da pesquisa sobre a fronteira da mudança do clima urbano foram caracterizadas por uma perda peculiar da perspectiva metropolitana. A fase inicial e pioneira da pesquisa serviu para legitimar o valor e a importância da perspectiva urbana para o estudo da mudança do clima (vide Bulkeley, 2000; Bulkeley e Betsill, 2003; DeAngelo e Harvey, 1998; Lambright *et al.* 1996). A importância do urbano era, neste contexto, baseada em quatro premissas: o papel das cidades como *cluster* intenso de uso de energia e produção de gás de efeito estufa; o poder jurisdicional de autoridades urbanas para influenciar e moldar setores políticos com relevância para a proteção do clima; o papel de auto-

ridades da cidade como pontos de tradução e transformação para a política de mudança de clima nacional e internacional; e a significativa memória que as autoridades municipais detêm no desenvolvimento e entrega de variadas políticas ambientais (vide Bulkeley e Betsill, 2003; DeAngelo e Harvey, 1998). Embora este trabalho de referência tenha desempenhado um papel fundamental no estabelecimento dos motivos pelos quais uma comunidade de pesquisa de mudança do clima urbano poderia florescer, ele tende a posicionar cidades como locais ontológicos onde políticas de proteção do clima encontram expressão prática. Tais pesquisas, então, obtiveram sucesso ao revelar a influência significativa de cidades, e várias confederações de autoridades urbanas, para moldar e direcionar as políticas de proteção do clima em todas as escalas. Ele, entretanto, não desenvolveu uma perspectiva teórica crítica sobre a relação entre urbanização e políticas de mudança do clima.

Embora, de várias maneiras, seja injusto ser hiper-crítico com um trabalho tão pioneiro, ele infelizmente não apresentou as perspectivas teóricas sobre urbanização para os estudos sobre mudanças do clima continuarem a reverberar no referido trabalho hoje em dia. O problema tem origem em como a cidade chegou a ser compreendida dentro da pesquisa de mudança do clima com a relativa ausência de teoria urbana. É possível identificar três maneiras amplas nas quais o “urbano” entrou na pesquisa de mudança do clima: como uma expressão geográfica geral dos contextos sociopolíticos e culturais em que as políticas de mudança do clima e as ações estavam sendo desenvolvidas; como marcador territorial através do qual é possível rotular as reações geográficas irregulares e os potenciais impactos da mudança do clima; e, como uma procuração para as diferentes escalas de níveis de reação subnacionais, da comunidade ou locais que estão surgindo para as ameaças do aquecimento global. A mobilização de uma perspectiva urbana nos primeiros dois casos tende a reduzir o urbano a um dispositivo territorial em e por meio do qual identificar, e potencialmente explicar a presença da diversidade espacial em resposta à mudança do clima. Nesses casos, o uso de locais urbanos atende a um propósito similar que poderia ser atingido por um estudo das localidades provinciais ou, de fato, jurisdições regionais e nacionais. Como consequência, embora esses estudos tenham ajudado a espacializar as políticas de mudança do clima, eles nos dizem muito pouco sobre a interface dinâmica que existe entre urbanização e mudança do clima. Em relação ao terceiro grupo de abordagens, este estava relacionado ao sucesso do trabalho em analisar as múltiplas escalas de governo que operam nas cidades e ao redor

delas, mas foi menos efetivo em isolar a natureza econômica contemporânea do processo de urbanização.

A fase inicial e pioneira da pesquisa sobre cidades e clima tem sido gradualmente complementada por mais abordagens abertamente críticas. Essa fase inicial do trabalho buscou ir além de uma análise da capacidade de autoridades urbanas moldarem e implantarem políticas de proteção do clima, para avaliar o modelo e a natureza reais de tais regimes políticos. A teoria ator-rede (Rutland e Aylett, 2008), a análise do modelo e do discurso (Lindseth, 2004), a teoria do movimento social (Aylett, 2010^a), a governabilidade (Aylett, 2010b; Slocum, 2004), a teoria do estado (Rice, 2010) e as teorias de governo e governança multinível (Betsill e Bulkeley, 2007; Bulkeley e Kern, 2006) agora, conseqüentemente, se tornaram análises populares no campo da pesquisa da mudança do clima urbano. Embasado nas percepções da teoria social, este programa de estudo urbano desenvolveu visões críticas para a construção de temas urbanos associados à política de clima metropolitana e expôs os pressupostos socioeconômicos dos regimes de governo sobre clima urbano. Análises da Campanha Cidades pela Proteção do Clima, por exemplo, descrevem as maneiras pelas quais as políticas climáticas urbanas tendem a ser transformadas em “bufê de opções neoliberais”, através das quais a condução de carbono por um habitante metropolitano é regulada por meio de uma série de discursos orientados ao consumidor para corte de custos e eficiência econômica (Slocum, 2004, p. 772; ver também Bulkeley, 2000; Lindseth, 2004; Rutland e Aylett, 2008). Embora exponha eficazmente os limites associados às políticas de mudança de clima urbano orientadas ao mercado e à governança climática neoliberal, com estas análises a visão da cidade tende outra vez a retroceder. O urbano torna-se sinônimo de uma coalizão jurisdicional de interesses governamentais e econômicos, ou sinônimo de um nó localizado para a tradução e operacionalização de redes globais que estão surgindo para a gestão do clima.

Este artigo afirma que o segredo para a urbanização da pesquisa de mudança de clima é o envolvimento com o urbano como um processo de organização espacial e desenvolvimento diferenciado (vide Brenner, 2004). Com base no trabalho de Harvey, este artigo, conseqüentemente, se concentra menos no urbano como objeto – designadamente uma concentração espacial de locais de trabalho, casas, infraestrutura, com instituições políticas associadas – e mais nos processos de urbanização (Harvey, 1996, p. 418). Neste contexto, a cidade é compreendida como uma manifestação espacial do complexo processo econômico e político (incluindo, entre outras coisas,

mercado imobiliário, fluxos financeiros globais, coalizões de interesse político, enobrecimento urbano e deslocamento de trabalhadores) que moldam e condicionam a experiência urbana em diferentes cidades.

Os primeiros passos para interpretar o papel das cidades na espacialização da política de mudança do clima surgiram como parte de uma fase mais crítica da análise delineada antes. Rice, por exemplo, afirma que estudar as conexões entre controle de carbono e cidades é um passo vital para a compreensão da territorialização do carbono (Rice, 2010, p. 930). Segundo Rice, a territorialização do carbono nas cidades opera em dois níveis. Primeiro, está relacionada à atribuição de responsabilidades territoriais para um grupo de atividades espacialmente limitadas e qualificadas para produção de carbono (p. 930). Além disso, interessa a habilidade recentemente legitimada de autoridades urbanas reformarem a geografia da vida urbana (incluindo infraestrutura de transporte, projeto do bairro, planos regionais e desenvolvimento comercial) em resposta às ameaças associadas com a mudança de clima em um futuro próximo (p. 932).

O trabalho de While *et al.* (2010) expande a noção de uma política do clima territorializada ao conectar o círculo atual de baixa reestruturação de carbono com o surgimento de uma nova economia de espaço político com a qual e através da qual a acumulação de várias formas de investimentos relacionados com o clima são desenvolvidas de maneira desigual (ver também While *et al.*, 2004; While, 2007; Bulkeley *et al.*, 2011). Embora ecoem as reflexões de Rice sobre como o surgimento de uma política de clima urbana reflète a distribuição jurisdicional de responsabilidade para atenuação e adaptação de clima, While *et al.* revelam uma ampla gama de processos espaciais associados com a política urbana de carbonização (Rice, 2010) (incluindo, entre outras coisas, liberação de carbono e parasitismo suburbano). Igualmente importante, entretanto, While *et al.* não apenas ilustram que a perspectiva espacial facilita o desenvolvimento da percepção crítica sobre a política de clima urbana, mas também sugerem que a capacidade das cidades reagirem à mudança do clima e as estratégias que comunidades urbanas escolhem adotar como parte desta reação estão conectadas com a forma espacial do passado e do futuro e o funcionamento da cidade. Fazendo uso do conceito de Harvey de *reparo espacial*, While *et al.* (2004) mapeiam a maneira pela qual políticas de proteção do clima (e os princípios de desenvolvimento urbano sustentável, de forma mais geral) ganham forma (e comprometimento) com o predomínio de lógicas de desenvolvimento urbano que lhes permitam modificar a urbanização, mas não para desafiar os interesses econômicos das elites

e coalizões urbanas. Através do conceito de *reparo de sustentabilidade*, While *et al.* revelam duas percepções importantes sobre a reestruturação eco-carbônica da economia espacial urbana. Primeiro, eles ilustram que a extensão em que a política urbana de carbonização pode ser atingida está pré-condicionada pela coesão estruturada pela qual a economia social daquele local surgiu (e, em especial, pelos modos específicos de produção, matriz energética e forma espacial da cidade). Em segundo lugar, e de acordo com Molotch (1976), eles afirmam que, apesar da extensão na qual as políticas urbanas são climatizadas, o controle urbano de carbono precisa estar sincronizado com uma obrigação aparentemente perpétua para crescimento urbano. A agenda de segurança ecológica urbana mencionada anteriormente, de Hodson e Marvin, conecta o reparo espacial urbano com uma forma mais ameaçadora de políticas de proteção de clima (2009, 2010). Esta agenda sugere que, em uma época de crescente incerteza climática e contração de recursos, estamos observando a adaptação das estratégias de segurança ambiental da escala nacional para a urbana. Hodson e Marvin afirmam que redes cada vez mais ponderosas de cidades de todo o mundo (como o grupo C40) estão compartilhando recursos sociotécnicos para permitir que “prevejam sistematicamente e se preparem estrategicamente para o período de restrição” (Hodson e Marvin, 2009, p. 199; ênfase original). A metropolização da segurança ecológica prevista aqui está conectada com questões de mudança de clima na medida em que envolve cidades que se protegem dos piores efeitos de mudança de clima, enquanto simultaneamente as posiciona para garantirem acesso a recursos energéticos com redução no uso de carbono. Essencialmente, Hodson e Marvin veem a agenda de segurança ecológica urbana como relacionada principalmente à reconfiguração estratégica do formato espacial e da malha de infraestrutura da cidade. Embora Hodson e Marvin tenham uma visão mais escatológica do destino da segurança urbana, envolvendo “um arquipélago de urbanismo transcendente”, e possam estar exagerando o caso, uma nova era de empreendedorismo ecológico urbano que eles traçam oferece o principal contexto para o início do desenvolvimento de teorias críticas urbanas de mudança de clima (ver também Hodson e Marvin, 2010). O trabalho de Hodson e Marvin também inclui a análise da mudança de clima urbano desde o estudo das cidades como apenas locais de políticas de mudança de clima e para a preocupação com os processos de competição interurbana internacional e o desenvolvimento que motiva a urbanização.

TEORIAS URBANAS CRÍTICAS DE MUDANÇA DO CLIMA: AMBIENTALISMO URBANO NEOLIBERAL E SUAS CONTRADIÇÕES

Os trabalhos de Rice, While *et al.*, e Hodson e Marvin oferecem um ponto de partida valioso a partir do qual se pode pensar sobre o que uma teoria urbana crítica de mudança do clima deve envolver. Nesta seção, eu quero construir este esquema de trabalho para estabelecer os principais traços/objetivos de uma teoria urbana crítica de mudança de clima mais generalizada. Um ponto de partida útil neste esforço é oferecido por Brenner (2009) em seu ensaio recente, “O que é teoria urbana crítica?” Baseado em Lefebvre, (Herbert) Marcuse e Habermas, entre outros, Brenner afirma que:

A teoria urbana crítica rejeita divisões disciplinares herdadas da divisão de trabalho e meios de conhecimento urbano baseados em estatística, tecnocráticos, impulsionados pelo mercado e orientados para o mercado. Ao invés de afirmar as condições atuais de cidades como a expressão de leis trans-históricas de organização social, racionalidade ou eficiência econômica, a teoria urbana crítica enfatiza o caráter político e ideologicamente mediado, socialmente contestado e, portanto, maleável, do espaço urbano (Brenner, 2009, p. 198).

Embora muitos possam questionar a orientação política (neomarxista) da visão particular de Brenner sobre a teoria urbana crítica, sua definição ajuda a delimitar um conjunto comum de objetivos, que parecem diferenciar estudantes urbanistas críticos de seus correspondentes positivistas. Antes de qualquer coisa, ao reconhecer que os estudos urbanos críticos são um projeto interdisciplinar, Brenner afirma que ser um urbanista não envolve apenas o estudo de cidades como locais ontológicos, mas requer analisá-las como pacotes de processos políticos e econômicos que transcendem o espaço metropolitano. Embora essa leitura da cidade baseada em processos seja um tema marxista bem estabelecido, o posicionamento de Brenner sobre a condição urbana atual com relação a ortodoxias do governo e lógicas de mercado do neoliberalismo é crucial (ver também Brenner e Theodore, 2002). Embora o trabalho atual sobre mudança de clima urbano sempre posicione cidades dentro de um contexto de meta de ortodoxia neoliberal, o próprio neoliberalismo tende a permanecer

como uma categoria explicativa relativamente não problematizada e não diferenciada. Uma segunda implicação da definição de Brenner é que a teoria urbana crítica está a ponto de revelar como o urbanismo poderia ser diferente. Como consequência, enquanto o neoliberalismo pode oferecer o contexto diferenciado dentro do qual o círculo atual de urbanização está sendo forjado, a teoria urbana crítica dedica-se a ilustrar como e por que a urbanização poderia ser diferente. De acordo com Brenner, esta dedicação à contingência urbana leva a um comprometimento da teoria urbana crítica com a abstração e com o estudo da contradição. O “resumo sem desculpa” de uma teoria urbana crítica deriva da necessidade de reflexão sobre condições urbanas alternativas e mais adequadas (Brenner, 2009, p. 201). O desejo de escavar e explorar contradições, por outro lado, é um legado duradouro da tradição marxista urbana (vide Merrifield, 2002). Como com o processo de abstração normativa, a exploração de contradições é uma parte importante da metodologia da teoria urbana crítica porque expõem fraquezas nas práticas de totalização associadas com o capitalismo urbano e ilustra a necessidade e o potencial para organizar economias espaciais urbanas de diferentes formas (Brenner, 2009, pp. 199-200).

Brenner (2009, p. 201) afirma que o compromisso da teoria urbana crítica de abstração e o estudo de contradições facilitam “a pesquisa para alternativas emancipatórias latentes no presente” de condição urbana. Este artigo afirma que é o neoliberalismo que agora delimita a atual condição urbana e as condições de possibilidade para a climatização da política urbana. O próprio Brenner oferece uma percepção útil dos impactos do neoliberalismo para a imaginação e representação de diferentes caminhos para o desenvolvimento urbano ao observar que:

A natureza das restrições estruturais das formas emancipatórias de mudança social e a imaginação associada de alternativas ao capitalismo foram qualitativamente transformadas pela aceleração da integração, o financiamento de capital intensificado, a crise do modelo pós-guerra de intervenção do estado de bem-estar social, a ainda existente neoliberalização de modelos do estado e o agravamento da crise ecológica global (Brenner, 2009, p. 205).

O que testemunhamos atualmente é, portanto, uma ordem urbana condicionada pela crise ecológica que está surgindo no clima global, e uma política de clima urbano que está moldada por um sistema neoliberal de governo orientado para o mercado

(Sassen, 2010).

Se a teoria urbana crítica leva a pesquisa de mudança de clima para estudos urbanos neoliberais, precauções precisam ser tomadas para garantir que este não se torne um casamento simplificador de conveniência epistemológica. Fica claro que devem ser tomadas precauções para assegurar que o neoliberalismo não se torne um exemplo final através do qual todos os problemas associados com mudança e proteção de clima serão explicados (vide Ong, 2006, 2007). A problemática conceitual que vai além da associação com o neoliberalismo agora está bem estabelecida (vide Brenner *et al.*, 2010; Peck 2010). Genealogias conceituais e estudos empíricos semelhantes revelam que o neoliberalismo é caracterizado por muita diversidade interna para agir como um conceito dominante para mudança de clima ou urbanização contemporânea (Peck, 2010). Além disso, parece que os diversos modelos (até mesmo hipócritas) seguidos pelas chamadas práticas neoliberais podem refletir a “produção sistemática de diferenciação geoindustrial”, que é inerente ao modelo experimental e a natureza oportunista do liberalismo (Brenner *et al.*, 2010, p. 184; Evans, 2011; Peck, 2007). Neste contexto, é útil pensar no neoliberalismo como:

uma intensificação guiada para a política de regra de mercado e comercialização, simultaneamente intensificando o desenvolvimento desigual de formas regulatórias entre locais, territórios e alcance (Brenner *et al.*, 2010, p. 184).

Reconhecer a natureza diversa de neoliberalização (em oposição ao neoliberalismo) ajuda a chamar a atenção para as contradições periódicas que ela encontra e como esses desafios são parcialmente resolvidos – nomeadamente, através de um processo de tentativa de dispersão e experimentação geográficas. De acordo com Peck (2010, p. 18), “a reinvenção das práticas neoliberais sempre ocorre, de fato, nos limites do processo de neoliberalização”. É defendido por este artigo que a política urbana de carbonização reflete não apenas uma forma de política que está respondendo a uma limitação ecológica fundamental para uma prática neoliberal mas que ainda está condicionada pelas lógicas e restrições dos sistemas evoluídos de neoliberalização. Para ser mais preciso, afirmamos mais adiante neste artigo que as políticas de mudança do clima urbano refletem uma reação aos limites do neoliberalismo que não é produto apenas da hiperacumulação de capital, mas da hiperacumulação de carbono na atmosfera. Mais adiante,

é argumentado que, como com crises anteriores de neoliberalismo, este é um problema cuja solução está sendo buscada através da utilização de novos circuitos (ecológicos) de acumulação de capital e desenvolvimento espacialmente diferenciado (vide Bumpus e Liverman, 2008).

Um segundo motivo para cautela está relacionado com os perigos de representar – mesmo em forma variada – o neoliberalismo como um tipo de força externa que está conduzindo e condicionando a urbanização pelo mundo. O problema deste tipo de perspectiva é que ele tende a alocar o neoliberalismo em instituições internacionais ocidentais (como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), grupos de pesquisa e sistemas de mercado.

A partir destes centros, o neoliberalismo é visto como se fosse irradiado para réplica e repetição em cidades da África, Europa central e oriental, sul da Ásia, sudeste da Ásia e América Latina. Em paralelo com este processo, Roy identifica como a teoria urbana crítica pode seguir a expansão pretendida de neoliberalismo, e oferece explicações para a urbanização pelo mundo, que é prevista nos pressupostos de uma região central da teoria ocidental (Roy, 2009). O desafio, então, passa a ser como aplicar efetivamente a teoria urbana crítica que é orientada para a crítica ao neoliberalismo da agenda de clima urbano, embora não negligencie as formas particulares e variadas de urbanização que estão sendo experimentadas ao redor do mundo. Roy (2009, p. 822) sugere que teorizar a cidade do século XXI dependerá cada vez mais da habilidade de alocar a teoria urbana com as particularidades dos diversos contextos metropolitanos (talvez permitindo o papel proeminente de cidadania insurgente no urbanismo na América Latina, ou as estratégias globalizadas de cidades da Ásia oriental), enquanto garante simultaneamente o deslocamento da teoria urbana. Segundo Roy (2009, p. 822), o deslocamento da teoria urbana permite que o pensamento urbano “exceda bastante suas origens geográficas” e dialogue com temas comuns que moldam a urbanização ao redor do mundo. Em relação a uma teoria urbana crítica da mudança do clima, a perspectiva de Roy é particularmente pertinente. Conforme discutido mais detalhadamente adiante, a produção informal do espaço urbano, que é tão comum em áreas de rápida urbanização do hemisfério sul, tem uma relação importante, e sempre ambígua, com a política de mudança de clima e os sistemas de responsabilização neoliberal (Roy, 2009, p. 826; Solnit, 2009). Como tais processos urbanos são analisados por uma teoria urbana crítica de mudança do clima, eles oferecem um contexto importante com o qual se pode testar a habilidade de tais teorias de simultanea-

mente localizarem e deslocarem os processos urbanos que encontram.

Se, como este artigo sugere, o objetivo fundamental de uma teoria urbana crítica de mudança do clima é a habilidade de conectar a política de mudança do clima metropolitano com as várias práticas de neoliberalismo, a noção de Bernstein de ambientalismo liberal oferece um útil ponto de partida empírico e conceitual para análise. De acordo com Bernstein, a norma complexa ambiental liberal surgiu durante os anos de 1970 como resultado de lutas entre a ONU, a OCDE e o Banco Mundial sobre a natureza das conexões entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico internacional. Devido, em grande parte, à influência crescente do OCDE no Programa Ambiental das Nações Unidas, o ambientalismo liberal surgiu como um compromisso entre a política ambiental e as ortodoxias neoliberais que estavam surgindo. Bernstein afirma que:

o ambientalismo liberal apoia a liberalização no comércio e nas finanças de forma consistente com (mesmo necessária para) a proteção ambiental global. Promove o crescimento econômico sustentável, o livre comércio, a privatização de bens comuns e o uso de mecanismos baseados no comércio ou em outros mecanismos econômicos (por exemplo, em licenças negociáveis de poluição, na análise custo-benefício) como os meios preferenciais de gestão ambiental (Bernstein, 2000, p. 474).

Este artigo tem como ponto de vista que as ortodoxias econômicas normalizadas de ambientalismo liberal devem continuar a informar e moldar a política de mudança de clima urbano na segunda década do século XXI. A normalização desta agenda, assim como suas diversas formas inerentes, tem, sem dúvida, contribuído para que isso seja habitualmente negligenciado como objeto de análise dentro do trabalho de mudança do clima urbano. A parte restante deste artigo analisa o surgimento de políticas de adaptação de clima urbano no contexto de como eu denomino um complexo de norma ambiental urbana neoliberal. Ambientalismo urbano neoliberal é mais bem concebido como uma expressão urbanizada, mas também condutora, dos ambientalismos liberais do início do século XXI.

UMA TEORIA URBANA CRÍTICA DE ADAPTAÇÃO URBANA APRIMORADA

Tendo estabelecido a necessidade e a natureza da teoria urbana crítica para mudança do clima, esta

seção considera a utilidade desta abordagem para o estudo da adaptação da mudança do clima urbano. Este artigo se concentra nas questões de adaptação urbana por três razões. Primeiro, porque tem havido uma prioridade recente de adaptação de mudança do clima em comunidades políticas em âmbito internacional e metropolitano (UNFCCC, 2011, seção II; ver também McKibbin e Wilcoxon, 2004). Em segundo lugar, com relação ao estudo da atenuação da mudança de clima urbano, a adaptação é um aspecto relativamente negligenciado de política urbana (vide Byrne *et al.*, 2009; Newman *et al.*, 2008). Em terceiro lugar, de acordo com as políticas de atenuação (particularmente as associadas com limitações e comércio, limites individuais de emissão de carbono e compensações), estratégias de adaptação de clima têm sido assunto para o neoliberalismo. Embora este artigo sugira, no final das contas, que a teoria urbana crítica (como definido anteriormente) pode ser aplicada ao estudo de atenuação e adaptação do clima urbano, esta seção mostra que é preciso tomar cuidado para não desenvolver uma conta diferenciada destes processos conectados, porém distintos. Medidas de atenuação e adaptação de mudança do clima apresentam, por exemplo, oportunidades e obstáculos muito diferentes dos processos de mercantilização (com medidas de adaptação que sempre oferecem muita dificuldade para a comercialização em seus estágios iniciais de desenvolvimento). Primeiramente, ele considera o surgimento de formas de política de adaptação urbana. Esta seção, então, desenvolve uma análise urbana crítica da cidade adaptável contemporânea e reflete sobre o que tal perspectiva nos diz sobre a natureza do isolamento do clima urbano contemporâneo.

ADAPTABILIDADE AUTOMÁTICA, REINVENÇÃO URBANA E A AGENDA NEOLIBERAL

Segundo Adger *et al.*, a adaptação à mudança do clima é mais bem concebida como:

um ajuste nos sistemas ecológicos, sociais e econômicos em resposta às mudanças observadas e esperadas no estímulo climático e seus efeitos e impactos para amenizar impactos adversos de mudança ou tirar proveito de novas oportunidades (Adger *et al.*, 2005, p. 78).

Duas dimensões importantes de práticas de adaptação (urbanas) são destacadas nesta definição. Primeiro, o fato de a política de adaptação poder ser

uma resposta às ameaças apresentadas pela mudança do clima e/ou a reação de comunidades à manifestação material da mudança de clima (as Nações Unidas usam os termos adaptação “preventiva” e “reacionária” para descrever esta distinção, CQNUAC, 2007, p. 31; ver também Smith *et al.* 1998; Tol *et al.* 1998). Este ponto não é incidental, pois enfatiza que nós podemos olhar para respostas políticas adaptáveis para mudança do clima na esfera prevista de urbanismo preventivo (Hodson e Marvin, 2009) e o resultado de choques climáticos para sistemas urbanos (vide Solnit, 2009). O segundo ponto a ser observado é que a adaptação climática urbana pode encarnar formas de triagem e defesa metropolitanas, mas também oferecer as bases para um desenvolvimento mais otimista das vantagens urbanas competitivas.

Adger *et al.* chamam a atenção para outra distinção importante na natureza da adaptação de mudança do clima. Eles afirmam que:

A adaptação pode envolver a construção da capacidade de adaptação aumentando, deste modo, a habilidade de indivíduos, grupos ou organizações de se adaptarem às mudanças, e a aplicação de decisões para adaptação (Adger *et al.*, 2005, p. 78; ver também Adger *et al.*, 2006).

Neste sentido, é possível ver políticas de adaptação climática urbanas operando para reconstituir as subjetividades de reação de residentes urbanos para que eles possam ajudar a si mesmos (e a outros indivíduos ao redor) de forma mais eficiente, e em relação ao fornecimento de novos sistemas e infraestrutura coletivos que permitam que a cidade opere sob condições climáticas alteradas.

Não é difícil observar a sinergia natural que existe entre a política de adaptação urbana e as ortodoxias de desenvolvimento neoliberais. Como uma “intensificação politicamente conduzida de regras e comoditização de mercado” (Brenner *et al.*, 2010, p. 184), o neoliberalismo valorizou constantemente a adaptação (e processos hayekianos de espontaneidade) como um mecanismo de resposta necessário aos sinais de mercado e um condutor de inovação e eficiência econômica. De fato, como Peck (2010, p. 11) observa, a natureza de constante mudança do próprio neoliberalismo, é em parte ligada à sua constituição com uma “forma adaptável de prática regulatória”. Não obstante a essas sinergias, não há razão para a adaptação climática urbana precisar tomar uma forma neoliberal. A citação seguinte foi feita no Quadro de Adaptação de Cancun (p. 4), que foi adotada pelas Nações Unidas em 2010:

ação intensificada de adaptação deveria ser em-

preendida conforme a convenção, deveria seguir uma abordagem orientada por cada país, sensível às especificidades de gênero, participativas e plenamente transparentes, levando em consideração os grupos, comunidades e ecossistemas vulneráveis, e deveria ser baseada e guiada pela melhor ciência disponível e, conforme apropriado, com conhecimento tradicional e indígena.

Essa visão de um programa de adaptação centrada no indivíduo, que utiliza a experiência indígena e práticas históricas para guiar a adaptação climática, tem potencialmente pouca relação com as estratégias de adaptação orientadas ao mercado. Isto levanta a questão sobre o que precisamente as formas neoliberais de adaptação envolveriam e se estas são realmente as estratégias que estão sendo favorecidas pelas autoridades urbanas.

Um ponto de partida útil para tentar delimitar o que formas neoliberais de adaptação de clima urbano podem envolver é o manifesto mencionado acima de Kahn contra a política de clima urbano conduzida para o mercado, *Climatopolis* (ver também Glaeser, 2009). Neste livro, Kahn afirma que:

nós seremos “salvos” por uma gama de pessoas egoístas armadas apenas com sua sabedoria e acessos aos mercados capitalistas... um pequeno quadro de empresários inovadores estará pronto para enriquecer vendendo a próxima geração de produtos que nos ajudarão a nos adaptar (Kahn, 2010, pp. 7 e 13).

A expectativa otimista de Kahn reflete uma adaptação equivalente ao que Davis descreveu como “descarbonização espontânea” (Davis, 2010, pp. 31-34). Segundo Davis, a descarbonização espontânea é um pressuposto neoliberal construído com base nas estratégias internacionais de mitigação de mudança do clima. Ele sugere essencialmente que, assumindo que as condições ideais de mercado existam, reduções na produção de gás de efeito estufa surgirão como parte da evolução natural da economia internacional. O que Kahn está essencialmente prevendo é uma forma de adaptação climática espontânea. Tudo o que é necessário para essa nova era de adaptação automática² existir é uma economia de livre mercado, que pode gerar as iniciativas necessárias para a acumulação difundida de capital adaptativo. A noção de adaptação automática também indica estruturas econômicas mais amplas associadas com a reação neoliberal a mudanças climáticas urbanas. Por esta razão, para

² O Stern Review usa o termo adaptação autônoma (Stern *et al.*, 2006).

que os incentivos certos existam para a adaptação urbana que se inicia sozinha, competição interurbana, preferencialmente em escala global, é essencial. É, afinal, apenas no contexto de tal competição que claras formas de vantagem podem se acumular para certos empreendedores de adaptação, que podem, então, ordenar o fluxo de investimento internacional em economias urbanas para garantir que estas vantagens serão capitalizadas. Além disso, é um sistema de adaptação urbano que é baseado em investimentos predominantemente privados, não em financiamentos públicos. A visão de Kahn prioriza investimentos privados porque, diferentemente de financiamentos públicos, é muito mais provável que cruze fronteiras nacionais em busca das técnicas de maior (custo-) eficácia para adaptação. Kahn afirma que financiamentos públicos têm maior probabilidade de agirem para distorcer a adaptação do mercado (particularmente pelo seu potencial de indução da inflação), de não conseguirem absorver os sinais do mercado, enquanto, também, potencialmente subscrevem o reinvestimento em zonas climáticas perigosas por atos de ajudas de emergência e keynesianismo climático (Kahn, 2010, p. 28; ver também Malanga, 2011).

Kahn lança uma ofensa adicional contra a (não espontânea) consolidação dos investimentos públicos para as medidas de adaptação urbana, ao observar que:

A população urbana pobre não possui os recursos próprios para se proteger, e seus governos nacionais federais e locais são sempre incapazes e relutantes em direcionar recursos financeiros para protegê-la. Confrontada com esta realidade, a melhor estratégia que possui para lidar com esta situação é enriquecer para poder se proteger (Kahn, 2010, pp. 79-80).

Nós retornaremos à questão da razão pela qual organizações públicas urbanas podem ser incapazes de conseguir proteger os indivíduos dos efeitos breves de mudança de clima, mas agora a reflexão de Kahn serve para ilustrar a última variável na agenda de adaptação neoliberalista: a necessidade de crescimento econômico e criação de riqueza continuados. Enquanto empresários verdes podem conduzir o modo como são geradas as riquezas a partir da adaptação urbana, parece ser obrigatório que todos enriqueçam para facilitar as formas de ajuste de clima individualizado que podemos precisar fazer. Kahn não menciona nada sobre a natureza precisa desses processos em massa de produção de riqueza e se isso contribuirá no final das contas para um agravamento da mudança de clima. Mesmo ignorando este silêncio, é difícil não sentir aqui que a produção de riqueza tem mais

a ver pessoalmente com a habilidade de separar a si mesmo dos impactos de mudança de clima em vez de facilitar novas formas de inovação adaptável coletiva.

Obviamente, é preciso ter cuidado ao se utilizar a perspectiva de Kahn sobre as estratégias de adaptação neoliberais automatizadas. Primeiro, como forte defensor da visão neoclássica da Chicago School de desenvolvimento neoliberal,³ Kahn é um alvo muito fácil para uma crítica teórica urbana de práticas de isolamento climático baseadas no mercado. Se, conforme discussão prévia, o neoliberalismo é um conjunto variegado e diversificador de práticas econômicas e políticas, seria equivocado pensar que expor as contradições em uma conta, relativamente purista, de ordem urbana neoliberal possa operar como uma crítica generalizada a todas as políticas relacionadas. A outra razão para cautela é que a visão de Kahn do caminho de servidão da mudança de clima pode não ser refletida nas políticas de adaptação que estão sendo desenvolvidas atualmente nas cidades. O aspecto interessante, entretanto, é que mesmo uma olhada superficial para as políticas de mudança de clima revelam o papel fundamental que os parâmetros de Kahn desempenham em sua construção e constituição. A análise de Hodson e Marvin (2009) do Programa Cidades pela Proteção do Clima do C40, por exemplo, sugere que a visão de Kahn do ambientalismo liberal urbano é um princípio reforçado desta parceria internacional principal. No Relatório global C4D cidades, as opiniões de Kahn ecoam na descrição do “potencial de mercado” de políticas de proteção do clima urbano como base para informar as decisões locais dos negócios avessos ao risco (KPMG, 2011, p. 28).

Para entender mais amplamente as dimensões neoliberais das políticas de adaptação de clima urbano, é útil explorar um estudo de caso mais detalhado. Vejamos, como um exemplo de destaque, o trabalho contemporâneo do Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (também conhecido como ICLEI). Como uma associação de 1.220 órgãos de governo locais que estão dedicados ao seguimento de formas de desenvolvimento sustentável constituídas localmente, o ICLEI não é de maneira alguma um bastião da ortodoxia neoliberal. O ICLEI também age como o centro organizacional da Campanha pela Proteção do Clima das Cidades.⁴ Em outra publica-

ção recente, *Financing the resilient city* (Financiando a cidade resiliente) (ICLEI, 2011a), o ICLEI apresenta sua abordagem para oferecer adaptação urbana ampliada nas cidades. Este relatório tem como premissa a estimativa do ICLEI de US\$ 80 a US\$ 100 bilhões por ano de investimentos, que provavelmente seguiram os esquemas de adaptação de mudança do clima, aproximadamente 80% destes gastos serão direcionados a áreas urbanas. Nestas condições, o ICLEI afirma que o desafio principal da adaptação urbana é de financiamento. O ICLEI entende que:

Ao se concentrar apenas na redução de risco ao invés de em oportunidades mais amplas e geradoras de renda para investimentos, um pequeno incentivo é criado para atrair investimento privado na adaptação e outros projetos de redução de risco (ICLEI, 2011b, p. 3).

Conectando adaptação urbana com “oportunidades de geração de renda”, o ICLEI claramente prevê uma troca da proteção de clima urbano no campo público ecokeynesiano, para um mercado de esquemas e iniciativas propícias para o investidor.

Conforme a visão do ICLEI, o segredo para a produção de um ambiente favorável para o investimento em adaptação é a formulação de processos de planejamento urbano. Sistemas de planejamento urbano são fundamentais para a formação de um mercado para medidas de adaptação urbana principalmente porque tais medidas de adaptação nem sempre possuem margens de lucro claras. Segundo o ICLEI, planejadores urbanos precisam endereçar os problemas de consolidação de terra, arranjos complexos de posse histórica e garantias para facilitar o fluxo de investimentos privados nas áreas industriais, que provavelmente requerem novo desenvolvimento adaptável (ICLEI, 2011a, p. 33; ver também World Bank, 2008).⁵ Além de facilitar uma economia de escala espacial apropriada para investimento de adaptação no setor privado, o ICLEI afirma que sistemas de planejamento precisam ser flexíveis o bastante para permitir a “desagregação criativa” e o “reagrupamento” de serviços (como re-

dos relatórios que resumem as estratégias de financiamento de projeto propostas. Embora esteja claro que nem todos os elementos da política de adaptação do ICLEI possam ser facilmente categorizados como neoliberais, análises mostraram que sua ênfase em sistemas de financiamento e privatização baseados no mercado estavam de acordo com a agenda de adaptação neoliberal.

⁵ No comentário sobre a política de adaptação urbana na Europa e na Ásia central, o Banco Mundial observou que estruturas de posse complexas e sistemas de lei de propriedade impediram maiores investimentos do setor bancário em adaptação urbana (World Bank, 2008, p. 7).

³ Kahn foi aluno de Gary Becker, que foi aluno de Milton Friedman.

⁴ A análise apresentada aqui sobre os programas de adaptação urbana patrocinados pelo ICLEI é baseada em uma leitura cuidadosa das principais estratégias contemporâneas produzidas pelo ICLEI. Embora o conteúdo integral destas estratégias seja considerado, eu me concentrei em particular nas seções

des de esgoto, estradas, grades de fornecimento de energia), de forma que lucros possam ser obtidos no reajuste adaptável de ramos mais vulneráveis da rede metropolitana (ICLEI, 2011a, p. 35). Embora a segmentação da infraestrutura urbana não seja novidade (vide Graham e Marvin, 2001, pp. 138-177; Curien, 1997), parece que a necessidade de adaptação de mudança de clima pode acelerar processos de fragmentação espacial na cidade, assim como o potencial comercial irregular de serviços e redes de infraestrutura está desenvolvido.

Além do sistema de planejamento, o ICLEI também observa as autoridades municipais com um papel mais amplo na facilitação da mercantilização da cidade adaptável. Em certo nível, este envolvimento requer a implantação de sistemas de tarifas que possam estimar de forma efetiva o risco que serviços de atenuação e o desempenho de recursos associados a programas de adaptação pode gerar. Como muitas medidas de adaptação não têm um valor automaticamente comerciável, autoridades municipais podem precisar elevar as taxas e apoiar o aumento do aluguel de propriedades em áreas de investimento. No programa do ICLEI, autoridades municipais também desempenham um papel no desenvolvimento de títulos de catástrofes e ações de seguro que possam cobrir as responsabilidades de investimento do setor privado que está fluindo em áreas climáticas de risco (ICLEI, 2011a).

Ao ser considerado em um senso holístico, o programa de adaptação urbano do ICLEI não só encarna muitos dos princípios fundamentais do neoliberalismo urbano ambiental, como também serve para ilustrar como a redução de risco climático na cidade é precedida por um programa de redução de risco patrocinado pelo estado que é destinado a proteger os interesses do capital de investimento internacional. Novamente, não há nenhuma novidade sobre a ideia do estado apoiar o fornecimento dos tipos de serviço de consumo coletivo (como parques, escolas e abrigos) para os quais não há um incentivo de mercado imediato (vide Castells, 1977; Merrifield, 2002, pp. 118-121). Estratégias de adaptação urbana contemporâneas, entretanto, aparecem para envolver mais do que o setor público “apoiando as taxas de rentabilidade” (Merrifield, 2002, p. 118) de agentes comerciais locais na cidade (ao oferecer os serviços coletivos de que eles necessitam para funcionar). Eles encarnam a produção de uma forma de artigo adaptável (seja na forma de defesas contra inundação, capacidade de atenuação do calor ou no fornecimento de infraestrutura verde), que possa subsidiar a produção econômica localmente e ser convertida em lucro comercial direto em escala internacional.

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A CIDADE ADAPTÁVEL

Após esboçar as lógicas e práticas associadas a uma abordagem neoliberalizada, é importante estabelecer com precisão o que a teoria urbana crítica pode trazer para sua análise. Considerando esta hipótese, é útil dividir a contribuição da teoria urbana crítica em duas categorias distintas: análise do plano de adaptação para mudança climática futura; e análise das reações atuais à mudança de clima a eventos relacionados, ou por procuração. Em relação às duas categorias de análise, a teoria urbana crítica opera na interseção do estudo da forma e processos urbanos, e no final das contas, busca revelar as forças que estruturam a política urbana e expõem as contradições das estratégias de desenvolvimento urbano.

Vamos nos dedicar primeiro à análise do planejamento de adaptação para eventos futuros de mudança climática. Conforme indicado na seção anterior, parece que dois dos desafios principais relacionados às tentativas de autoridades urbanas atingirem formas eficazes de adaptação estão levantando os fundos necessários para apoiar reestruturação relacionada e desenvolver um sistema de planejamento que seja capaz de lidar com barreiras complexas de uso da terra que provavelmente inibem medidas de adaptação. É interessante que tais desafios parecem conduzir naturalmente aos tipos de solução neoliberais para adaptação urbana propostos por Kahn e pelo ICLEI. A teoria urbana crítica, entretanto, imediatamente levanta a possibilidade de que o já existente neoliberalismo é na verdade a fonte dos problemas financeiros e de planejamento confrontando regimes de adaptação em vez das bases para sua resolução.

Um ponto de partida útil para se testar essa hipótese é o *Municipal Price Index* [Índice de Preços Municipal] (MPI). O MPI monitora as alterações de preços associadas às operações diárias da cidade. Para este fim, é o equivalente urbano do *Consumer Price Index* [Índice de Preços do Consumidor] (CPI), que localiza os preços variáveis que as famílias pagam por mercadorias (Ducet, 2007, p. 20). Essencialmente, o MPI está aumentando atualmente em 2,5 vezes a taxa do CPI (Ducet, 2007, p. 20). De acordo com Ducet, uma das razões pelas quais o MPI ultrapassa o CPI é o papel significativo da energia em qualquer orçamento municipal e o fato de que os custos de energia no atacado aumentaram rapidamente. Além disso, a alta do MPI está conectada com as lógicas que estão surgindo das economias urbanas neoliberais. Em certo nível, o custo ascendente de gestão das cidades aumentou como produto de acumulação e expansão das cidades baseadas em propriedades (vide Molo-

tch, 1976). O liberalismo do mercado imobiliário e os sistemas de hipoteca permitiram que o mercado imobiliário metropolitano conquistasse uma excelente expansão. A subsequente aceleração dos regimes de crescimento urbano nos últimos 50 anos presenciou custos de construção de estradas municipais e um espiral da oferta de serviços. Em outro contexto, o surgimento de urbanização imediata, associada de forma clássica a novas formas de flexibilidade neoliberal na entrega de mercadorias e serviços aos consumidores, também favoreceu a construção e manutenção de redes de infraestrutura expandida e dispendiosa (vide Ducet, 2007, pp. 25-27). Em conjunto, estas mudanças nos circuitos secundários (baseados em propriedade) e primários (bens e serviços) de capitalismo urbano encarnam a expressão espacial das visões baseadas no mercado de escala de uma sociedade neoliberal. Em termos de políticas de mudança de clima urbano, tais processos de longo prazo representaram muita tensão em orçamentos municipais e tornaram impraticável para os governos urbanos a consideração da cobertura dos custos de adaptação.

A ironia nesta situação é que, enquanto a lógica do desenvolvimento urbano liberalizado tem acelerado a mudança de clima, as restrições financeiras associadas ao neoliberalismo também colocaram as municipalidades urbanas em situações que tornaram a possibilidade de se protegerem de mudanças climáticas algo cada vez mais difícil de seguir. Embora não seja incomum para as crises de tendências de neoliberalização a oferta de bases para a reinvenção de neoliberalismos (vide Peck, 2010), é certamente problemático pensar que círculos adicionais de neoliberalização podem ser endereçados às origens do neoliberalismo da problemática da mudança de clima urbano. Nestes termos, parece que as políticas contemporâneas de atenuação e adaptação urbanas têm muito mais relação com a busca de um circuito terciário de acumulação ecológica, em que a crise de hiperacumulação de circuitos existentes de capital pode ser temporariamente deslocada, uma vez que estão a ponto de serem endereçados os perigos da mudança de clima.

Novas contradições no programa de adaptação neoliberal surgem quando a análise se direciona para a probabilidade dos impactos socioeconômicos de políticas relacionadas. Se, como sugere o relatório do ICLEI, for provável que adaptação climática urbana incorra em despesas financeiras que ultrapassarão a capacidade dos fundos municipais (e, para esta questão, os fundos públicos), parece que as ameaças da mudança de clima podem levar a um novo círculo de privatização na cidade. Devido à natureza incerta dos mercados emergentes e das margens de lucro associadas relacionadas a iniciativas de adaptação, é pro-

vável que tais atos de privatização (ligados a amplos programas de engenharia e defesa civil, assim como menores iniciativas de retro-ajuste) não só exporão autoridades municipais a um aumento competitivo no setor privado, mas também aos perigos de fracasso do setor (particularmente em relação a autoridades municipais que subscrevam risco deste setor). Regimes de adaptação urbanos verão cada vez mais entidades públicas que não só devolverão responsabilidade aos agentes do setor privado para a entrega de serviços coletivos, como também testemunharão que estes se tornarão cada vez mais conectados com a formação de condições favoráveis para a geração de um mercado de adaptação urbana. Ao subscrever o investimento do setor privado em esquemas de adaptação através da emissão de valores mobiliários e títulos, autoridades urbanas podem ficar cada vez mais expostas a perda financeira, mesmo em uma época de aumento de privatizações.

Também é provável que o aumento dos atos de privatização conduzam a outras consequências socioeconômicas adversas. A “desagregação criativa” e a “recombinação” de serviços, e os atos de privatização de nível forense que provavelmente estarão associados, levarão à formação de sistemas de fornecimento de serviços urbanos cada vez mais fragmentados cuja coordenação em tempos de estresse climático pode se tornar mais difícil (vide Comfort, 2006). Em relação ao desenvolvimento e reabilitação de propriedade, a busca de taxas mais altas, aluguel e valor de venda em áreas de adaptação conduzirão sem dúvida a formas bastante agressivas de gentrificação climatológica. Como Hodson e Marvin (2009) já mostraram, é provável que tal processo de gentrificação climatológica opere não apenas em escala urbana, em locais seguros da cidade tornando-se mais desejados e caros para se viver, mas também em escala interurbana, com cidades com clima seguro (sempre em locais temperados, fora da costa) tornando-se cada vez menos acessíveis a residentes de baixa renda (vide While *et al.*, 2010).

Além de expor as contradições, e potenciais injustiças, associadas ao desenvolvimento neoliberal da capacidade de adaptação das cidades, a teoria urbana crítica também pode contribuir para a análise de respostas aos eventos de mudança de clima. Um caso bem documentado neste aspecto é oferecido pelos impactos do Furacão Katrina na política e no planejamento urbano de Nova Orleans (vide Peck, 2010, 2006; Comfort, 2006). Embora seja possível desenhar uma linha direta da causalidade científica entre o Furacão Katrina e a mudança de clima antropogênica, isto pode servir de exemplo sobre como eventos climáticos extremos, que estão previstos para tornarem-se mais frequentes conforme a elevação

da temperatura global média, podem afetar cidades grandes. A Nova Orleans pós-Katrina revela o que uma resposta neoliberal ao desastre poderia envolver. O Furacão Katrina ofereceu uma oportunidade para o que Peck (2010, p.176) descreveu como um “*counterrintelligensia* neoliberal” para colonizar Nova Orleans como uma *tabula rasa* para um governo orientado ao mercado e ao zelo empresarial. Uma dimensão fundamental neste processo de colonização seria associar o fracasso da infraestrutura física e organizacional de Nova Orleans às falhas do “keynesianismo cajun” e as culturas de dependência social e pobreza que foram mantidas (Peck, 2010, p. 165). A solução proposta à vulnerabilidade climática de Nova Orleans tornou-se a formação de uma cidade empresarial, baseada no recuo de restrições ambientais na atividade econômica, em redução de impostos, na introdução de um novo cenário competitivo recente no sistema de educação e em novas restrições sendo impostas aos programas de direitos públicos (vide Peck, 2010, pp. 158-165).

Peck (2010, p. 179) descreveu a reação neoliberal ao Furacão Katrina como um “ajuste estrutural urbano fora do contrato”, mas no fundo ele reflete o *nostrum* de adaptação espontânea que acontece do programa de mudança de clima urbano. Isto é uma ortodoxia que sugere que o segredo para uma adaptação urbana efetiva é a ordenação de um empreendedorismo ambiental urbano. Tudo o que é necessário para desencadear esta aula climática criativa, ao que parece, é a remoção de culturas de dependência e desincentivo governamental. Certamente, não é difícil observar como estas convicções estão explorando as práticas e discursos de informalidade que são associados a muitas cidades de crescimento rápido na América do Sul, no sul da Ásia e na África. Informalidade, neste contexto, começa a ser associada com a forma de adaptação intuitiva, que tem baixo custo e é autorregulada. O que tais visões neoliberais negligenciam, entretanto, é que raramente a necessidade climática é a origem da invenção adaptativa instantânea e que a capacidade espontânea é sempre predefinida por padrões de longo prazo de relativa vantagem social e econômica entre cidades e indivíduos.

CONCLUSÃO

Este artigo argumentou que uma teoria urbana crítica de mudança de clima oferece uma percepção fundamental sobre a natureza e as injustiças potenciais associadas às metrópoles carbonizadas. No centro deste esforço está um desejo de ilustrar que a contribuição de estudos urbanos para a mudança de clima pode ser muito mais do que simplesmente oferecer

uma perspectiva espacial para o desenvolvimento das políticas de mudança de clima. Como muitas outras disciplinas no campo das ciências sociais (incluindo economia, política, psicologia, antropologia, geografia e estudos culturais), a mudança de clima apresentou novos desafios e oportunidades para a comunidade de estudos urbanos. Este artigo afirma, entretanto, que a climatização de estudos urbanos esteve associada com uma perda peculiar da perspectiva urbana em pesquisas relacionadas (algo também conhecido como perspectiva psicológica da mudança de clima que ignorou a mente humana). Enquanto as razões para esta lacuna estão obscuras (embora se possa sentir que elas possam ter alguma relação com as normas de urgência analítica e relevância política que acometem a comunidade de pesquisa de mudança de clima), fica claro que é severamente circunscrito que estudos urbanos têm, por enquanto, conseguido contribuir com o debate sobre mudança de clima.

A teoria urbana crítica enfatiza a forma contingente que a urbanização assume, enquanto chama a atenção para a maneira como as cidades são moldadas nas interseções de expressões particulares do poder político e econômico. Em relação à mudança de clima, nós observamos como a teoria urbana crítica revela que a carbonização da política urbana não ocorre apenas em jurisdições urbanas, mas é ativamente moldada e condicionada pelas lógicas espaciais em evolução da urbanização. Ao mesmo tempo, entretanto, a teoria urbana crítica também conecta a política de mudança de clima urbano com o processo de troca internacional de mercado, investimento financeiro e competição associada ao neoliberalismo. Este artigo ilustra a sinergia natural que existe entre neoliberalismo e práticas climáticas adaptativas. A ênfase que surge e está sendo dada à adaptação automática (autônoma) é prioritária na construção de mercados internacionais em adaptação climática e em artigos para esta adaptação. Desta forma, a construção de uma visão neoliberal particular de como a adaptação urbana se dá necessita da produção de estruturas neoliberais que são exigidas para esta visão ser percebida. A teoria urbana crítica ajuda a revelar as contradições associadas a este processo de adaptação urbana neoliberal. Porém, as limitações associadas à adaptação climática automática já começaram a ser expostas em contextos muito menos radicais. O *Stern review: the economics of climate change* [Relatório de Stern: a economia da mudança climática], do governo inglês de 2006, por exemplo, sugeriu que a natureza relativamente de longo prazo das ameaças associadas à mudança de clima pode dificultar muito a geração de demanda do consumidor para investimento e mercadorias adaptáveis (Stern *et al.*, 2006, p. 412).

Uma contribuição final da teoria urbana crítica é seu comprometimento em prever estratégias alternativas para atingir formas efetivas e justas de adaptação (vide Adger *et al.*, 2006). Uma parte fundamental deste processo é distinguir entre adaptação urbana como uma série de recursos competitivos e seu papel potencial como uma base para redistribuição e compensação socioecológica. Dadas as limitações claras, e contradições associadas, de uma abordagem para adaptação orientada para a competitividade, é claramente importante considerar abordagens mais progressivas e coletivas para as alterações climáticas. É claro que muitas destas formas de estratégias de adaptação compensatórias já existem em escala internacional. O trabalho do Fundo para o Meio Ambiente Mundial das Nações Unidas, do Fundo Especial para as Alterações Climáticas e do Fundo para os Países Menos Desenvolvidos já redistribuiu investimentos do hemisfério norte para capacidades adaptáveis de cidades em desenvolvimento (UNFCCC, 2007). Em um âmbito mais local, iniciativas de Transição Cultural, do Movimento Degrowth e esquadrões de reparos urbanos estão começando a construir e perceber abordagens comunitárias radicais à adaptação e cuidado urbanos (Mason e Whitehead, 2012). Essencialmente, muitas destas iniciativas locais são financiadas por participação aberta e associação voluntária, que trabalha contra acusações neoliberalistas de coerção climática e recusa associada em liberdade pessoal. É importante observar aqui que muitas destas iniciativas (e algumas como elas) sempre operam em conjunto com capacidades adaptativas mais neoliberais em uma série de cidades e espaços urbanos. Por exemplo, passou a ser cada vez mais evidente que autoridades urbanas, no Reino Unido pelo menos, estão interessadas em misturar as percepções da Cultura de Transição com iniciativas políticas mais integradas. Em qualquer cidade, fica claro que o programa de adaptação urbana reflete alguma integração mais ou menos progressiva, entretanto, parece improvável que eles serão capazes de fechar a lacuna de capacidade de adaptação que o ataque neoliberal produziu no financiamento público urbano. Esta é uma lacuna que mesmo o sistema baseado em impostos de investimento público maior (lucrativo ou não lucrativo) em medidas de adaptação urbana não pode fechar. É exatamente por isso que as políticas de adaptação urbana precisam ser elaboradas não como um esforço para uma ajuda ou assistência financeira de curto prazo (a partir de qualquer recurso disponível), mas como um processo que contesta todas as lógicas da urbanização neoliberal (e seus efeitos para os recursos coletivos e o financiamento público, sem mencionar o clima global). A mudança de clima está

reconfigurando as políticas urbanas e é fundamental que as elites preventivas neoliberais não sejam capazes de explorar o futuro urbano como uma base para controlar a metrópole atual.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu nenhuma concessão específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, comercial ou sem fins lucrativos..

REFERÊNCIAS

- Adger, W. N., Arnell, N. W. and Tompkins, E. (2005) Successful adaptation to climate change across scales, *Global Environmental Change*, 15, pp. 77–86.
- Adger, W. N., Paavola, J., Huq, S. and Mace, M. J. (Eds) (2006) *Fairness in Adaptation to Climate Change*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Anderson, T. L. and Leal, D. R. (1991) *Free Market Environmentalism*. Boulder, CO: Westview Press.
- Aylett, A. (2010a) Conflict, collaboration, and climate change: participatory democracy and urban environmental struggles in Durban, South Africa, *International Journal of Urban and Regional Research*, 34(3), pp. 478–495.
- Aylett, A. (2010b) Participatory planning, justice and climate change in Durban, South Africa, *Environment and Planning A*, 42(1), pp. 99–115.
- Bernstein, S. (2000) Ideas, social structure and the compromise of liberal environmentalism, *European Journal of International Relations*, 6, pp. 464–512.
- Bernstein, S. (2001) *The Compromise of Liberal Environmentalism*. New York: Columbia University Press.
- Betsill, M. and Bulkeley, H. (2007) Looking back and thinking ahead: a decade of cities and climate change research, *Local Environment*, 12, pp. 447–456.
- Brenner, N. (2004) *New State Spaces: Urban Governance and the Rescaling of Statehood*. Oxford: Oxford University Press.
- Brenner, N. (2009) What is critical urban theory?, *City*, 13, pp. 198–207.
- Brenner, N. and Theodore, N. (2002) Cities and the geographies of ‘actually existing neoliberalism’, *Antipode*, 34, pp. 349–379.
- Brenner, N., Peck, J. and Theodore, N. (2010) Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways, *Global Networks*, 10, pp. 182–222.

- Bulkeley, H. (2000) Down to earth: local government and greenhouse policy in Australia, *Australian Geographer*, 31, pp. 289–308.
- Bulkeley, H. and Betsill, M. M. (2003) *Cities and Climate Change: Urban Sustainability and Global Environmental Governance*. New York: Routledge.
- Bulkeley, H. and Kern, L. (2006) Local government and climate change governance in the UK and Germany, *Urban Studies*, 43, pp. 2237–2259.
- Bulkeley, H., Castan-Broto, V., Hodson, M. and Marvin, S. (Eds) (2011) *Cities and Low Carbon Transitions*. London: Routledge.
- Bumpus, A. G. and Liverman, D. M. (2008) Accumulation by decarbonisation and the governance of carbon offsets, *Economic Geography*, 84, pp. 127–156.
- Byrne, J., Gleeson, B., Howes, M. and Steele, W. (2009) Climate change and Australian urban resilience: the limits of ecological modernization as an adaptive strategy, in: S. Davoudi, J. Crawford and A. Mehmood (Eds) *Planning for Climate Change: Strategies for Mitigation and Adaptation for Spatial Planners*, ch. 11. London: Earthscan.
- Castells, M. (1977) *The Urban Question: A Marx-ist Approach*. London: Edward Arnold.
- Collier, U. (1997) Local authorities and climate change in the EU: putting subsidiarity into practice?, *Local Environment*, 2, pp. 39–57.
- Comfort, L. K. (2006) Cities at risk: Hurricane Katrina and the drowning of New Orleans, *Urban Affairs Review*, 41, pp. 501–516.
- Curien, N. (1997) The economies of networks, in: D. Lorrain and G. Stoker (Eds) *The Privatisation of Urban Services in Europe*, pp. 43–57. London: Pinter.
- Davis, M. (2010) Who will build the ark?, *New Left Review*, January/February, pp. 29–46.
- DeAngelo, D. and Harvey, L. D. (1998) The jurisdictional framework for municipal action to reduce greenhouse gas emissions: case studies from Canada, the US, and Germany, *Local Environment*, 4, pp. 111–136.
- Dhokal, S. and Betsill, M. (2007) Challenges of urban and regional carbon management and the scientific response, *Local Environment*, 12, pp. 549–555.
- Ducet, C. (2007) *Urban Meltdown: Cities, Climate Change and Politics as Usual*. Gabriola Island, BC: New Society Publishers.
- Evans, J. (2011) Resilience, ecology and adaptation in the experimental city, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 36, pp. 223–227.
- Glaeser, E. (2009) Green cities, brown suburbs: to save the planet, build more sky-scrapers especially in California, *City Journal*, 19, pp. 50–55.
- Graham, S. and Marvin, S. (2001) *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. London: Routledge.
- Harvey, D. (1996) *Justice, Nature and the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell.
- Harvey, L. D. (1993) Tackling urban CO2 emissions in Toronto, *Environment*, 35, pp. 16–20 and 38–44.
- Hodson, M. and Marvin, S. (2009) Urban ecological security: a new urban paradigm?, *International Journal of Urban and Regional Research*, 33, pp. 193–215.
- Hodson, M. and Marvin, S. (2010) *World Cities and Climate Change: Producing Urban Ecological Security*. Maidenhead: McGraw Hill.
- ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) (2011a) *Financing the resilient city: a demand driven approach to development, disaster risk reduction and climate adaptation*. ICLEI, Bonn.
- ICLEI (2011b) *Financing the resilient city: an overview of the report*. ICLEI, Bonn.
- Kahn, M. E. (2006) *Green Cities: Urban Growth and the Environment*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
- Kahn, M. E. (2010) *Climatopolis: How Our Cities Will Thrive in a Hotter Future*. New York: Basic Books.
- KPMG (2011) *CDP Cities 2011: Global report on C40 Cities*. (www.cdproject.net/Documents/CDP-Cities-2011-Report.pdf).
- Lambright, W. H., Changnon, S. A. and Harvey, L. D. (1996) Urban reactions to the global warming issue: agenda setting in Toronto and Chicago, *Climate Change*, 34, pp. 463–478.
- Lindseth, G. (2004) The cities for climate protection campaign (CCPC) and the framing of local climate policy, *Local Environment*, 9, pp. 325–336.
- Malanga, S. (2011) Backdoor big government: Americans sent a small-government message in November, but Obama isn't listening, *City Journal*, 21(1).
- Mason, K. and Whitehead, M. (2012) Transition urbanism and the contested politics of ethical place-making, *Antipode*, 44(2), pp. 493–516.
- McKibbin, W. J. and Wilcoxon, P. J. (2004) *Climate policy and uncertainty: the roles of adaptation versus mitigation*. Discussion Paper in International Economics No. 161, Brookings Institution, Washington, DC.

- Merrified, A. (2002) *Metromarxism: A Marxist Tale of the City*. New York: Routledge.
- Molotch, H. (1976) The city as a growth machine: toward a political economy of place, *The American Journal of Sociology*, 82, pp. 309–332.
- Newman, P., Beatley, T. and Boyer, H. (2008). *Resilient Cities: Responding to Peak Oil and Climate Change*. London: Island Press.
- Ong, A. (2006) Neoliberalism as Exception. Durham, NC: Duke University Press.
- Ong, A. (2007) Neoliberalism as a mobile technology, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 32, pp. 3–8.
- Peck, J. (2006) Liberating the city: between New York and New Orleans, *Urban Geography*, 27, pp. 681–713.
- Peck, J. (2007) Variegated capitalism, *Progress in Human Geography*, 31, pp. 731–772.
- Peck, J. (2010) *Constructions of Neoliberal Reason*. Oxford: Oxford University Press.
- Plunz, R. and Sutto, M. P. (Eds) (2010) *Urban Climate Change Crossroads*. Aldershot: Ashgate.
- Rice, J. (2010) Climate, carbon and territory: greenhouse gas mitigation in Seattle, Washington, *Annals of the Association of American Geographers*, 100, pp. 929–937.
- Rifkin, J. (2009) *The Empathic Civilization: The Race to Global Consciousness in a World in Crisis*. Cambridge: Polity Press.
- Roy, A. (2009) The 21st century metropolis: new geographies of theory, *Regional Studies*, 43, pp. 819–830.
- Rutland, T. and Aylett, A. (2008) The work of policy: actor networks, governmentality, and local action on climate change in Portland, Oregon, *Environment and Planning D*, 26, pp. 627–646.
- Sassen, S. (2010) Cities are the centre of our environmental future, *SAPIENS*, 2, pp. 1–8.
- Slocum, R. (2004) Consumer citizens and the cities for climate protection campaign, *Environment and Planning A*, 36, pp. 763–782.
- Smith, J. B., Tol, R. S. J., Ragland, S. and Fankhauser, S. (1998) Proactive adaptation to climate change: three case studies on infra-structure investments. Working Paper No. D-98/03, Institute for Environmental Studies, Free University, Amsterdam.
- Solnit, R. (2009) *A Paradise Built in Hell: The Extraordinary Communities that Arise from Disaster*. New York: Penguin.
- Stern, N., Peters, S., Bakhshi, V. and Bowen, A. *et al.* (2006) *Stern review: the economics of climate change*. HM Treasury, London.
- Tol, R. S. J., Fankhauser, S. and Smith, J. B. (1998) The scope for adaptation to climate change: what can we learn from the impact literature?, *Global Environmental Change*, 8, pp. 109–123.
- UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) (2007) *Climate change: impacts, vulnerabilities and adaptation in developing countries*. UNFCCC, Bonn.
- UNFCCC (2011) Report of the conference of the parties on its sixteenth session. FCCC/CP/2010/7/Add.1, Cancun, 29 November–10 December 2010.
- While, A. (2007) Climate change and planning: carbon control and spatial regulation, *Town Planning Review*, 78(6), pp. vii–xiii.
- While, A., Jonas, A. and Gibbs, D. (2004) The environment and the entrepreneurial city: securing a ‘sustainability fix’ in Leeds and Manchester, *International Journal of Urban and Regional Research*, 28, pp. 549–569.
- While, A., Jonas, A. and Gibbs, D. (2010) From sustainable development to carbon control: eco-state restructuring and the politics of regional development, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 35, pp. 76–93.
- World Bank (2008) *Achieving urban adaptation in Europe and Central Asia*. Draft, World Bank.
- Young, Z. (2002) *A New Green Order? The World Bank and the Politics of the Global Environment Facility*. London: Pluto Press. ■

Edinéa Alcântara de Barros e Silva
Edneida Rabelo Cavalcanti
Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabral

Resiliência e capacidade adaptativa para a sustentabilidade de cidades como o Recife

Resumo

O termo resiliência vem sendo usado como a capacidade de uma cidade de permanecer funcionando com padrões similares aos que apresentava e no menor espaço de tempo, após enfrentar desastres naturais. Recentemente, tem sido associado ao planejamento de cidades sustentáveis, em que se recomenda que as incertezas e os riscos devem assumir um lugar privilegiado no planejamento. Resiliência pode ser entendida como um processo que aglutina capacidades adaptativas para seu funcionamento e adaptação depois de um distúrbio. Isso assume relevância em cidades com alto crescimento e adensamento e com risco de desastres naturais, pela suscetibilidade devido às características fisiográficas ou pela vulnerabilidade socioeconômica e ambiental, como o Recife, situada ao nível do mar e sujeita a alagamentos. Esse artigo discute resiliência, vulnerabilidade, capacidade adaptativa, e mal-adaptação para a construção de cidades sustentáveis.

Palavras-chave: Resiliência; Capacidade adaptativa; Vulnerabilidade; Mal-adaptação; Cidades sustentáveis.

Abstract

The term resilience has been applied to the capacity of a city to keep functioning at a similar level within a short space of time after facing natural disasters. It has also recently been associated with the planning of sustainable cities, where the recommendation is for uncertainties and risks to be prioritised in planning. Resilience may be understood as a process that bundles adaptive capacities to maintain functioning and adapt following a disturbance. This is especially relevant in cities with high growth and density at risk of natural disasters, whether they are susceptible because of their physiographical characteristics or through socioeconomic and environmental vulnerability. Both apply to Recife, a city at sea level that is subject to floods. This article discusses resilience, vulnerability, adaptive capacity, and maladaptation in the construction of sustainable cities.

Keywords: Resilience; Adaptive capacity; Vulnerability; Maladaptation; Sustainable cities.

Edinéa Alcântara de Barros e Silva

é doutora em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e pesquisadora de pós-doutorado em resiliência de cidades e resiliência comunitária a desastres. Atua no setor público municipal e no terceiro setor em projetos habitacionais, de desenvolvimento urbano e gestão ambiental e em atividades de ensino, treinamento e capacitação.

edinealcantara@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

América Latina e Caribe são as regiões mais urbanizadas do mundo, com mais de 80% da população vivendo em cidades. Apesar da desaceleração prevista, as projeções indicam que sua população urbana ficará próxima a 90% até 2050. (ONU-HABITAT, 2012)

No Brasil, o último censo constatou que 84,36% (IBGE, 2011) da população vivia em áreas urbanas. Essa concentração populacional nas cidades traz grandes impactos principalmente quando ocorreu em algumas décadas e sem a provisão da infraestrutura urbana necessária, como no caso do Brasil. Aliado a tal fato, o modelo de desenvolvimento adotado tem priorizado o crescimento econômico, a despeito da sustentabilidade socioambiental, e continua com essa ênfase, tanto que a estratégia para enfrentar a recente crise econômico-financeira mundial foi estruturar o crescimento econômico apostando no consumo interno. Tal opção alcançou, temporariamente certa estabilidade de crescimento no país, apesar da crise mundial.

O Nordeste tem conseguido índices de crescimento ainda maiores do que o Brasil, por quase cinco anos. Em 2010, o PIB chegou a 8,3% de crescimento, segundo o Boletim Conjuntura Econômica, publicado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene). Pernambuco acumulou uma expansão do PIB de 15,78% num só ano, assumindo uma liderança regional nessa agenda. Destacam-se grandes empreendimentos na Região Metropolitana de Recife (RMR), como a ampliação do Complexo Portuário de Suape, ao sul da RMR, no município de Ipojuca, a Cidade da Copa, a oeste, no município de São Lourenço da Mata e ao norte, o polo farmacológico e a implantação da montadora da Fiat, no município de Goiana, além dos vários investimentos em ampliação da infraestrutura viária para comportar tais empreendimentos. O megaevento da Copa do Mundo de 2014 potencializa essa tendência.

Esse contexto tem importância particular, com rebatimentos na capital do estado, uma vez que a gestão municipal e a gestão estadual adotam política de crescimento econômico semelhantes.

Essa estratégia de crescimento tem trazido impactos positivos e negativos nas cidades. No Recife, eles tendem a se ampliar, principalmente, porque entre as modalidades de indústrias que mais causam alterações nas cidades estão a automobilística e a construção civil, alvos da política governamental de estímulo ao crescimento. Tais impactos refletem-se em cons-

tantes congestionamentos de tráfego e problemas estruturais de mobilidade. Por sua vez, a indústria da construção civil tem investido maciçamente no adensamento e verticalizações crescentes sem a provisão da necessária infraestrutura urbana.

Enquanto a opção de crescimento econômico assume centralidade no modelo de desenvolvimento do país, trazendo consigo impactos por demais conhecidos nas cidades brasileiras, outra tendência tem surgido, em âmbito internacional, que é a necessidade de construir cidades resilientes e com capacidade para se adaptar às mudanças climáticas de forma sustentável, materializada pela campanha “Construindo cidades resilientes: minha cidade está se preparando” (UNISDR, 2011, UNISDR, 2012).

Cada vez mais e de maneira mais intensa as sociedades ampliam a vulnerabilidade social aos eventos climáticos, intensificam os riscos e a possibilidade de ocorrerem desastres. A incorporação do conceito de vulnerabilidade no campo dos desastres é exemplar para o desenvolvimento de abordagens integradas que articulam dimensões mais operacionais e quantitativas, com as de natureza mais qualitativa e contextual, relacionadas à complexidade da questão. Contudo, de acordo com Porto (2011, p. 46), existem ao menos três lacunas em sua matriz teórica que se revertem nos aspectos metodológicos e que precisam ser superadas:

A primeira se reflete quando o quadro teórico não explicita as origens históricas que propiciam a transformação de certo grupo social em vulnerável, ou seja, os processos de vulnerabilização de um dado território e da respectiva população. A condição de vulnerabilizadas, mais que a de vulneráveis, das populações e comunidades é importante para que possamos tanto resgatar a historicidade dos processos que dessa forma afetam grupos sociais e lugares como também para atribuir aos grupos sociais à condição de sujeitos portadores de direitos que foram ou se encontram destituídos (...) A segunda lacuna está associada à ausência ou não explicitação dos conflitos socioambientais que demarcam os contextos de vulnerabilidade (...) a terceira lacuna se refere ao tema do ocultamento ou invisibilidade das populações vulneráveis, ou melhor, vulnerabilizadas, e como tais populações podem ser reconhecidas e fortalecidas em seu papel de sujeitos coletivos portadores de direitos.

Para Blaikie *et al.* (1996), durante muito tempo ocorreu a predominância do paradigma naturalista na análise dos desastres naturais, que eram vistos como expressões das “violentas forças da natureza”, cabendo apenas respostas mitigadoras, enquanto na visão mais abrangente do determinismo ambiental as consequências mais graves dos desastres expressa-

¹ Artigo apresentado no XV ENANPUR, ST 4 Meio ambiente, reprodução social e consumo, em maio de 2013.

riam um estágio subdesenvolvido das sociedades não industrializadas, a serem superadas através de desenvolvimento econômico das mesmas. Nas décadas de 1990 tais concepções receberam críticas crescentes por autores influenciados pela economia e ecologia políticas. Um exemplo importante são os autores vinculados a *Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina* (La Red), como Lavell (1996), Cardona (1996) e Maskrey (1993).

O termo resiliência vem sendo usado na literatura sobre cidades, inicialmente associado à capacidade de uma cidade de permanecer funcionando, após enfrentar desastres naturais ou antrópicos, como enchentes, inundações, enxurradas, deslizamentos etc., com padrões similares aos que apresentava anteriormente e dentro do menor espaço de tempo.

No entanto, recentemente, este termo tem sido associado ao planejamento de cidades sustentáveis. *The Stockholm Resilience Centre* (2011) adota a definição de resiliência como a capacidade de um sistema, indivíduo, economia ou cidade, lidar com mudanças e continuar a se desenvolver, utilizando choques e distúrbios como crise financeira ou mudança climática para estimular a renovação. Para a sociedade é a habilidade de lidar com instabilidades políticas e desastres naturais de forma sustentável no longo prazo.

O relatório da ONU “Povos resilientes planeta resiliente: um futuro digno de escolha”, ao trazer o termo no título, evidencia seu uso, de forma ampliada, associado aos seres humanos como às localidades em que vivem. Portanto, o que essa agenda traz de novo é que as incertezas e os riscos deveriam assumir um lugar privilegiado no planejamento. No nível local, evidencia que para uma cidade ser sustentável, deve, antes de tudo, ser resiliente, ou potencializar manifestações de resiliência.

Outro termo que também vem tomando relevância nos debates acadêmicos é a noção de capacidade adaptativa, bastante próxima de resiliência, como define Norris *et al.* (2008), como um processo que aglutina um rol de capacidades adaptativas para uma trajetória positiva de funcionamento e adaptação depois de um distúrbio.

Argumentamos que para uma cidade, com características semelhantes ao Recife, ser sustentável deve ser resiliente, não apenas a desastres eventuais, mas desenvolver resiliência a eventos pluviométricos sazonais e sistemáticos, para poder desempenhar suas funções básicas. Nesse caso, a cidade, que já vem enfrentando congestionamentos diários nos horários de pico, tem sua mobilidade em colapso devido à precariedade no sistema de drenagem para enfrentar chuvas intensas e torrenciais. Portanto, a sustentabilidade do Recife enquanto cidade passa pela resolução

de problemas estruturais que põem em colapso sistemas vitais de funcionamento de uma cidade, caracterizando-se como pequenos desastres, pois paralisam a cidade, como, por exemplo, as chuvas torrenciais.

Ao discutir resiliência e capacidade adaptativa e suas aplicabilidades às cidades, na busca de sustentabilidade, pretende-se subsidiar o enfrentamento dos problemas atuais pelos quais passam as cidades e contribuir com a mudança de paradigma para pensar a cidade do futuro.

RECIFE E A EVOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Se o padrão de desenvolvimento das cidades e das construções nos bairros de classe média privilegiaram os aspectos econômicos e sacrificaram o enfoque ambiental, nos bairros de baixa renda, foram as questões sociais, de falta de renda e de moradia, que lideraram o modelo de ocupação, também em detrimento dos recursos naturais.

A relação que a cidade tem estabelecido com suas águas, inicialmente, com a tendência de “dar as costas” para os rios e, posteriormente, criar solo, à custa de aterros em suas margens e áreas alagáveis são evidências de práticas ambientalmente insustentáveis. No Recife, a população pobre encontrou a solução para seu problema de moradia nos aterros das margens de rios, córregos, mangues e áreas alagáveis, e no corte de barreiras e ocupação de morros, devido a esses terrenos não terem valor comercial, ou não serem regularizáveis.

Por sua vez, o fortalecimento da indústria da construção civil por meio de programas governamentais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), ou a crescente verticalização, promovida pela iniciativa privada, tem ampliado o grau de urbanização das cidades e sobrecarregado a infraestrutura existente.

No Recife, os impactos são irreversíveis, com consequências para o turismo, pois a altura dos edifícios na orla de Boa Viagem, a mais importante praia da cidade, impede a incidência solar, no início da tarde. Ocupa o 21º lugar no ranking mundial de cidades com edifícios de grande porte e no Brasil é a terceira cidade mais verticalizada, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2011; EMPORIS, 2013)

Seguindo uma tendência identificada nas grandes cidades dos países em desenvolvimento, o fenômeno de construção de torres tem tomado importância particular na cidade, com as aprovações de arranha-



Figura 1: Vista frontal do Projeto Novo Recife, a ser construído no Cais José Estelita. Fonte: encarte da Construtora Moura Dubeux distribuído nos jornais locais.

-céus de cerca de 40 andares nos bairros de maior retorno para o setor imobiliário. As duas torres, apelidadas Torres Gêmeas, construídas em um dos locais de melhor vista da cidade, são exemplos emblemáticos da verticalização sem avaliações dos impactos na infraestrutura urbana existente e na paisagem.

Seguindo tal tendência, vem sendo alvo de mobilizações da sociedade e atenção do Ministério Público o Projeto Novo Recife (Figura 1), um complexo de treze torres, a ser construído no Cais José Estelita, próximo às Torres Gêmeas, para uso habitacional, hoteleiro, empresarial, cultural e de lazer, que formará uma barreira de edifícios, com cerca de 40 pavimentos. Tal projeto não apresenta estudos de como compatibilizar a altura dos prédios, o espaçamento entre eles, a iluminação, a ventilação, aspectos importantes para o conforto urbano.

Os impactos de tal empreendimento comprometerão a ventilação das áreas por trás, irão privatizar a contemplação de uma das mais bonitas vistas da cidade, trarão grande impacto na infraestrutura e na mobilidade urbanas e na paisagem do lugar. A rejeição ao projeto mobilizou iniciativas como o “Ocupe Estelita” em que por três vezes os cidadãos passaram um dia em atividades de protesto ao projeto.

Trata-se de uma área de alto valor de mercado, pela beleza contemplativa que oferece, o que induz no capital imobiliário a utilização máxima do potencial construtivo permitido por lei. Os argumentos de quem defende esse ponto de vista é de que a verticalização libera maior área verde. No entanto, não há

estudos que comprovem se a infraestrutura instalada suporta tamanha concentração urbana, tampouco os impactos na paisagem. O gabarito de construção que determina a lei não prevê os impactos associados à construção de vários empreendimentos desse porte, uns em relação aos outros.

Ainda nessa mesma lógica de crescimento econômico, a opção do padrão individual para o sistema de transporte priorizou a construção de rodovias. O aumento de vendas da indústria automobilística ocorreu pelo crescimento do poder de compra de grupos de menor renda e pela redução de impostos, com subsídios e estímulos à aquisição de automóveis. Esse cenário, combinado com um transporte público deficitário, agrava mais o quadro, com aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Esse modelo de desenvolvimento traz reflexos diretos no crescimento da área impermeável da cidade, tanto pública como privada. Para as construções ocorrerem, árvores são erradicadas, muitas vezes sem a compensação prevista na legislação. Índices de área verde levantados pelo Instituto Pelópidas Silveira, em Boa Viagem, apontam percentuais de área verde da ordem de 12,5%, metade do que os 25% preconizados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo. As consequências de tal impermeabilização se refletem também no aumento do volume de água que não é absorvido pelo solo e no aumento da temperatura local, pela ausência da vegetação. A Figura 2 mostra as ilhas de calor, que dificultam atividades ao ar livre em horários de sol intenso, com variações de temperaturas de até

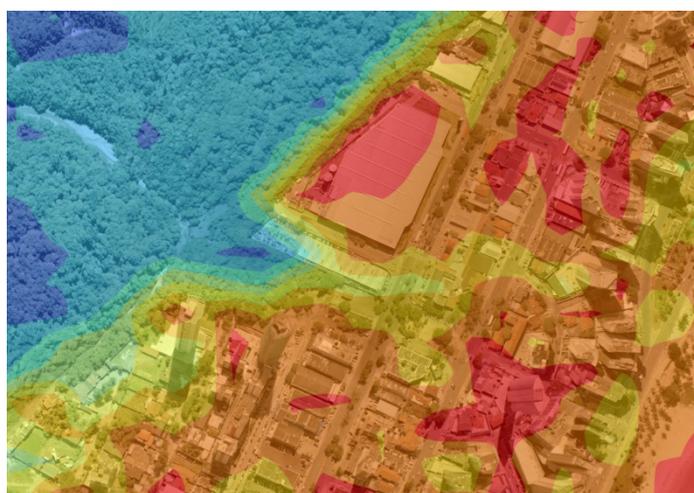


Figura 2: Manguezal do Pina.

Fonte: Instituto Pelópidas Silveira, 2011.

Temperatura da superfície (06-09-2010)

■	Ts < 21,0°C
■	21,1 - 22,0°C
■	22,1 - 23,0°C
■	23,1 - 24,0°C
■	24,1 - 25,0°C
■	25,1 - 26,0°C
■	26,1 - 27,0°C
■	27,1 - 28,0°C
■	Ts > 28,1°C

7°C devido à ausência de vegetação e preponderância de construções.

O impacto desse crescimento não planejado pode resultar em mal-adaptações, entendido aqui como os efeitos negativos da implantação de um projeto, empreendimento ou práticas inadequadas de uso e ocupação do solo. As ilhas de calor, os congestionamentos, os alagamentos são mal-adaptações da urbanização intensa, do desmatamento, da precariedade do transporte público, da impermeabilização do solo e da falta de investimento no sistema de drenagem.

Esse modelo de desenvolvimento em vez de buscar a sustentabilidade em uma cidade como Recife aumenta ainda mais as vulnerabilidades dos meios físico, biológico e social configurando um quadro que tende a se agravar, diante dos efeitos das mudanças climáticas.

SUSCETIBILIDADES E VULNERABILIDADES EM UMA CIDADE COMO RECIFE

A vulnerabilidade geralmente é definida como uma situação em que estão presentes três elementos: exposição ao risco; incapacidade de reação e dificuldade de adaptação diante da materialização do risco.

Já a suscetibilidade indica a potencialidade de ocorrência de processos naturais e induzidos em áreas de interesse ao uso do solo, expressando-se segundo classes de probabilidade de ocorrência (COUTINHO; ALHEIROS; BANDEIRA, 2008, p. 87).

Segundo o Relatório Christian Aid (2006, *apud* MAROUN, 2007, p. 62), o crescimento da vulnerabilidade está ligado aos padrões de desenvolvimento, a mudanças ambientais globais, crescimento populacional, urbanização, injustiça social, pobreza, no qual a visão econômica está produzindo sociedades vulneráveis.

O IPCC (2001) trata a vulnerabilidade como o grau de susceptibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo.

A formação geológica e geomorfológica do Recife e o modo de uso e ocupação do solo concederam à cidade, ao longo de seu processo histórico, uma feição que a coloca entre uma das cidades do país e do mundo, mais vulneráveis a alagamentos e ao aumento do nível dos mares (CO+Life, 2009). A topografia plana, cotas ao nível do mar, aterros de mangues e áreas alagáveis, redes de macro e micro drenagem insuficientes e os precários serviços de manutenção e funcionamento agravam o problema.

A suscetibilidade a enchentes, associada às suas características físicas, tem histórico de grandes inun-

dações na cidade e sua região metropolitana (RMR), desde o século XVII. Os problemas de alagamentos em Recife surgem em 1932 e vão aumentando a frequência, a magnitude e a intensidade, a partir da enchente de 1960, na qual ocorrem índices pluviométricos jamais registrados e o surgimento de fenômenos atípicos, atingindo o ápice com a “cheia” de 1975². As enchentes do Rio Capibaribe foram resolvidas com a construção de barragens, no entanto, os alagamentos por chuvas têm seus efeitos e frequência maximizados com o adensamento urbano, a impermeabilização do solo, a destinação inadequada dos resíduos sólidos jogados em canais, e mesmo nas ruas, levando ao entupimento de galerias. Além disso, o aumento no número de automóveis tende a maximizar os impactos que tais alagamentos provocam na mobilidade.

Por sua vez, as Equações de Chuvas usadas nos projetos de drenagem e o próprio Plano Diretor de Macrodrenagem da RMR estão desatualizados. Após uma longa espera, a prefeitura da cidade contratou a elaboração de um novo plano diretor de drenagem urbana, iniciado no início de 2012.

Algumas iniciativas para atualização das equações de chuvas intensas em Pernambuco vêm sendo realizadas (RAMOS, 2010) e é necessário intensificar estes estudos inclusive levando em conta a variabilidade espacial ao longo da cidade.

Para agravar a situação, além do dimensionamento subestimado da vazão, o atual sistema de macro e micro drenagem é insuficiente em extensão para o escoamento das águas. A densidade de canais é de 0,44 km/km², quando deveria ser bem maior para uma área com características topográficas similares: baixas cotas, lençol freático a pouca profundidade e pouco acidentada, podendo grande parte das galerias funcionar sob pressão, quando os picos de chuva coincidem com as marés (BATISTA FILHO, 2010).

Com relação ao aumento do nível dos mares, Recife está entre as 100 cidades litorâneas que podem desaparecer, 18º lugar no ranking mundial (CO+Life, 2009). Uma simulação de um possível aumento do nível do mar em 50 cm alagaria a parte da cidade abaixo dessa cota (Figura 3).

Além disso, o próprio processo de ocupação do solo, com aterros de manguezais, ocupação irregular de áreas de praia, ou a dinâmica de correntes marinhas

2 A enchente de 1975 é considerada a maior calamidade do século, tendo deixado 80% da cidade do Recife submersa. (PE-AZ Seu portal em Pernambuco). Disponível em: http://www.pe-az.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1400:enchentes&catid=15:fenomenos-naturais&Itemid=173enchente ocorrida na cidade.

que atuam na parte oriental do Nordeste, aliada à baixa recarga de sedimentos pelos rios litorâneos, corroboram com o intenso processo de erosão costeira em Jaboatão dos Guararapes, Recife, Olinda e Paulista.

A suscetibilidade e vulnerabilidade a alagamentos de Recife a tornam um caso emblemático dos impactos e malefícios que o crescimento urbano acelerado, e sem a provisão de uma malha de drenagem suficiente para o escoamento das águas, pode ocasionar em uma cidade.

Figura 3 Zonas de Recife com risco de serem alagadas pelo hipotético crescimento no nível do mar em 50 cm. Fonte: Prof. Moacyr Araújo, Centro de Estudos e Ensaios em Risco e Modelagem Ambiental (CEERMA), Centro de Tecnologia e Geociência (CTG), UFPE

De acordo com o *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais* (2012), em Pernambuco, tanto as inundações bruscas, como os alagamentos causados por fortes chuvas geraram 345 registros oficiais de desastres entre 1991 e 2010, sendo a RMR e a Zona da Mata as mais atingidas por esse tipo de evento.

Tais cenários vulnerabilizam, principalmente, a população de baixa renda que mora nos baixios, por serem os primeiros atingidos nos alagamentos e são uma evidência da necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento, incorporando no planejamento urbano as noções de resiliência e de capacidade adaptativa, principalmente para uma cidade como Recife, que já sofre colapsos sistemáticos na mobilidade provocados por chuvas torrenciais. O que ocorre atualmente é o pânico e a impossibilidade de as pessoas saírem de casa, pois além da paralização na mobilidade da cidade, ocorrem acidentes no trânsito, roubos e saques. Não há preparação da população para lidar com tais situações, esperadas, tampouco o planejamento urbano tem contemplado as vulnerabilidades e suscetibilidades do Recife.

RESILIÊNCIA E CAPACIDADE ADAPTATIVA E SUA APLICABILIDADE PARA AS CIDADES

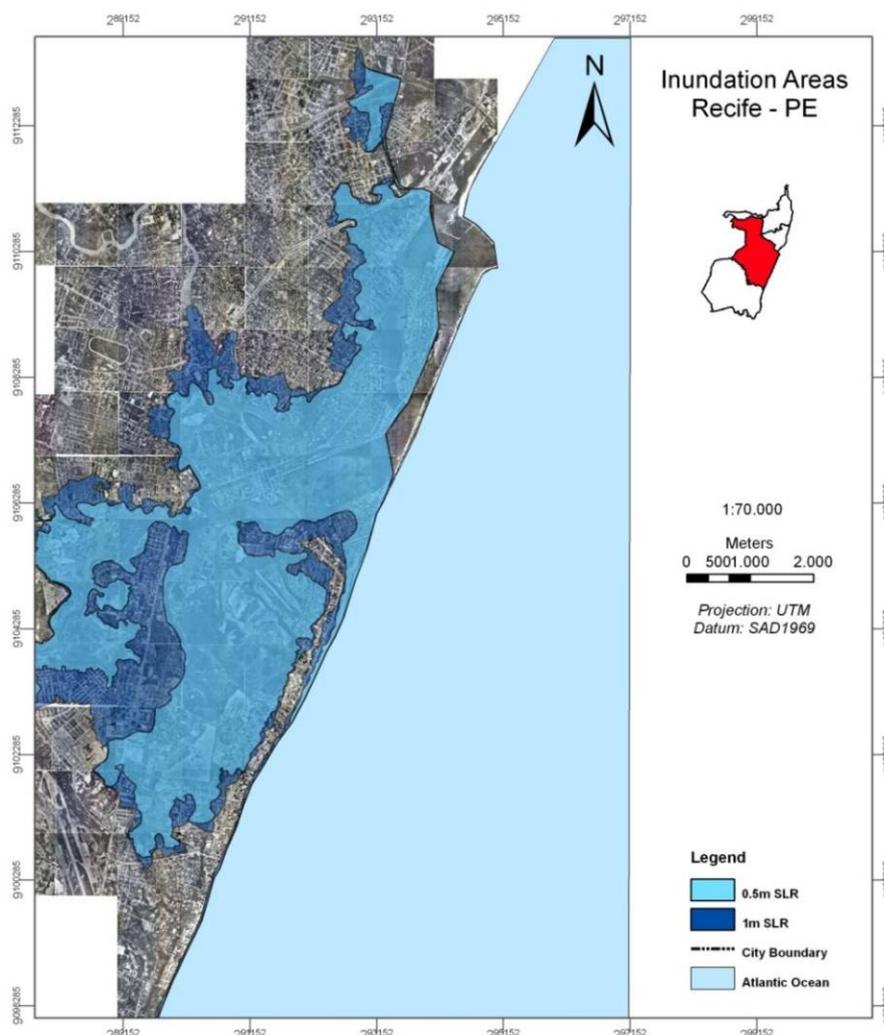


Figura 3: Zonas de Recife com risco de serem alagadas pelo hipotético crescimento no nível do mar em 50 cm. Fonte: Prof. Moacyr Araújo, Centro de Estudos e Ensaios em Risco e Modelagem Ambiental (CEERMA), Centro de Tecnologia e Geociência (CTG), UFPE.

Os conceitos de adaptação, capacidade adaptativa, vulnerabilidade, resiliência, exposição e sensibilidade são inter-relacionados e têm ampla aplicação para as mudanças climáticas. As análises podem variar em dimensão (de um indivíduo ou família a um stress particular, até de uma comunidade a múltiplos stresses, ou mesmo o ecossistema global), tipo de fenômeno (biológico, econômico, social etc.) e escala temporal (instantânea, meses, décadas, séculos).

O conceito de adaptação tem sido usado de forma explícita e implícita nas ciências sociais, inclusive em discussões sobre riscos naturais, ecologia política e segurança alimentar. No contexto das dimensões humanas das mudanças globais geralmente refere-se a um processo, ação, ou resultado de um sistema (família, comunidade, cidade, região, país), para que o mesmo possa melhor lidar, gerir ou se ajustar a alguma condição que esteja mudando (stress, risco, perigo ou oportunidade). No contexto das mudanças climáticas refere-se a ajustes nos sistemas ecológicos sociais ou econômicos para responder aos atuais ou esperados estímulos climáticos e seus impactos, no

sentido de diminuir a vulnerabilidade de comunidades e regiões à mudança ou variabilidade do clima (IPCC, 2001; 2007). Um objetivo comum de análise de adaptação é estimar o grau que os impactos modelados de cenários de mudanças climáticas poderiam ser moderados ou compensados por esforços de adaptação a tais impactos.

Convergente na literatura é a noção de que a vulnerabilidade de qualquer sistema, em qualquer escala, é o reflexo, ou função, da exposição e sensibilidade do sistema a condições perigosas, e da sua capacidade para lidar, se adaptar ou se recuperar dos efeitos dessas condições.

Os impactos que a variabilidade climática podem causar num local repercutem nos sistemas naturais e humanos e podem alterar significativamente seus padrões de organização.

Pielke (1998, *apud* SMIT; WANDEL, 2006, p. 282) define adaptações como “os ajustes nos grupos individuais e no comportamento institucional, a fim de reduzir a vulnerabilidade da sociedade às mudanças climáticas”. Para Fankhauser *et al.* (1998) e Smit *et al.* (2000), com base no tempo, as adaptações podem ser antecipatórias ou reativas, e dependendo do seu grau de espontaneidade podem ser autônomas ou planejadas.

Capacidade adaptativa de um sistema (região ou comunidade) é o seu potencial ou habilidade de se adaptar aos efeitos ou impactos da mudança climática. Aumentar a capacidade adaptativa de um sistema seria, então, uma forma de reduzir vulnerabilidades e promover o desenvolvimento sustentável (HUQ *et al.*, 2003 *apud* MAROUN, 2007, p. 56). No contexto das cidades, sustentabilidade pressupõe minimizar o consumo de recursos materiais, potencializar a exploração dos fluxos locais e reduzir os rejeitos; proporcionar condições saudáveis de existência e com isso promover a melhoria da qualidade de vida, das condições de cidadania e de identidade local; perseguir políticas públicas que tenham rebatimento temporal e com isso permitam que haja capacidade política e institucional de intervenção local (ACSELRAD, 2009).

A capacidade adaptativa está estreitamente relacionada com o estado dos recursos naturais e o nível socioeconômico de desenvolvimento (SEKHWELA, 2007, *apud* MAROUN, 2007).

Nessa perspectiva, as cidades e, em particular, as metrópoles de países emergentes possuem condições específicas de mal-adaptações e de vulnerabilidades, fruto de modelos de desenvolvimento baseados no crescimento econômico em descompasso com a equidade social e a prudência ecológica; o que requer esforços urgentes para fortalecer ou desencadear ca-

pacidades de adaptação à intensificação de eventos climáticos extremos. Esse processo influencia a capacidade de adaptação que pode ter intensidades e complexidades das mais variadas, desde a adoção de medidas estruturais (infraestrutura) e não estruturais (campanhas de sensibilização), até a retirada total de uma comunidade e a readequação de uma área suscetível a deslizamentos, por exemplo, como muitas vezes tem sido justificado por gestões municipais.

Capacidade de adaptação local é o reflexo de condições mais amplas e é gerada pela interação de fatores determinantes, que variam no tempo e no espaço. Diversos autores citados por Smit & Wandel (2006) corroboram com a ideia de que em escala local a possibilidade de realizar adaptações pode ser influenciada por fatores como: a capacidade gerencial, o acesso a recursos financeiros, tecnológicos e informação, infraestrutura, o ambiente institucional no qual as adaptações ocorrem, a influência política, as redes de parentesco etc.

Uma estrutura conceitual proposta por Smit & Wandel (2006) para uma avaliação integrada da vulnerabilidade pressupõe um conhecimento das atuais exposições e sensibilidades das comunidades, assim como de suas atuais estratégias de adaptação, diálogo com o saber científico para a definição de exposição e sensibilidades futuras, que sinalizaria para a reflexão sobre as capacidades adaptativas futuras. Nesse sentido, seria possível mapear as adaptações necessárias e as opções que podem ser consideradas, a partir do envolvimento direto das comunidades e da noção de dinâmica do processo.

Portanto, as cidades possuem uma capacidade de se adaptar e se reestruturar diante de eventos extremos que tem sido denominada de resiliência, a qual pode ser entendida como a capacidade de adaptação ou faculdade de recuperação, qualidade importante para sobrevivência de populações pobres no meio urbano. O conceito tradicional está associado à capacidade de um sistema de absorver perturbações e se reorganizar quando sujeito a mudanças, sendo capaz de manter o essencial de suas funções, estrutura, identidade e mecanismos (WALKER *et al.*, 2004).

Com raízes nas ciências físicas, o termo originalmente foi usado para descrever a capacidade de um material ou sistema de retornar ao equilíbrio depois de uma realocação. O conceito tem sido usado associado a sistemas naturais, mas vem sendo ampliado para outros campos, como o campo das relações humanas e o meio social urbano.

No âmbito das ciências humanas, a resiliência é um conceito relativamente novo, sendo razão de atuais debates no meio científico, e representa a capacidade de um ser humano de sobreviver a um trauma,

a resistência do indivíduo face às adversidades, com base não apenas em sua resistência física, mas, sobretudo, pela visão positiva de reconstruir sua vida, apesar dos estresses e das constrições sociais (BARLACH, 2005 *apud* MAROUN, 2007).

Norris *et al.* (2008) definem resiliência por um processo que aglutina um rol de capacidades adaptativas para uma trajetória positiva de funcionamento e adaptação depois de um distúrbio.

Dessa forma, tem crescido o interesse em aprofundar o conhecimento da resiliência individual, comunitária, chegando ao nível de uma cidade, como um recurso para enfrentar o stress cotidiano, traumas e, mais recentemente, catástrofes e eventos naturais que têm acometido cidades em todo o mundo.

Godschalk (2003, p. 137) argumenta que os programas tradicionais de mitigação de riscos (*hazard mitigation*) têm concentrado o foco em produzir sistemas físicos resistentes a desastres. No entanto, salienta que futuros programas de redução de riscos devem também ter o foco em ensinar e preparar as comunidades sociais da cidade e instituições a reduzir a exposição ao risco (*hazard risks*) e responder de forma efetiva aos desastres, pois elas serão os grandes responsáveis em construir e efetivar a resiliência urbana.

Com isso, o autor salienta a importância das comunidades humanas como os componentes sociais e institucionais da cidade e inclui as formais e informais: escolas, vizinhança, agências, organizações, empresariado, forças-tarefa (*task forces*). Enfatiza que as comunidades atuam como o cérebro da cidade, direcionando suas atividades, em resposta a necessidades, e aprendendo com a experiência, pois devem possuir a capacidade de sobreviver e funcionar sob condições únicas e extremas, pois uma cidade sem comunidades resilientes será extremamente vulnerável aos desastres. (*ibidem*) Sendo difícil prever os desastres, torna-se necessário que as cidades possam suportar efetivamente as contingências. Além disso, a capacidade de pessoas e propriedades resistirem a desastres é maior em cidades resilientes do que em lugares menos flexíveis e adaptáveis a stress incomuns (BOLIN; STANFORD 1998; COMFORT, 1999 *apud* GODSCHALK, 2003, p. 138).

Ao analisar a resiliência em âmbito comunitário Brown & Kulig (1996/1967) definem como “a habilidade de se recuperar ou ajustar-se facilmente a adversidades ou a uma vida continuamente estressante”. Ganor (2003 *apud* NORRIS *et al.*, 2008) conceitua como “a habilidade de indivíduos e comunidades de lidarem com um estado de stress contínuo e de longo termo; a habilidade de encontrar forças e recursos internos desconhecidos para lidar com efetividade; a medida de adaptação e flexibilidade”. Adger (2000)

define resiliência comunitária como a habilidade de comunidades conseguirem suportar choques externos na sua infraestrutura social. Portanto, a própria condição de vulnerabilidade a que um indivíduo, grupo ou comunidade estão sujeitos, paradoxalmente, propicia o desenvolvimento de um processo de resiliência ao stress contínuo. Daí ser importante o estudo de comunidades sujeitas ao stress contínuo e que convivem com inundações e com deslizamentos, para melhor compreender como a resiliência se desenvolve. Portanto, nesse caso, vulnerabilidade não significa o oposto de resiliência.

Para Barlach (2005 *apud* MAROUN, 2007), é importante se pensar na resiliência como adaptação criativa dos indivíduos. Resiliência seria a construção de soluções criativas diante das adversidades; a superação das adversidades através da reconfiguração interna pelo próprio indivíduo, o que transcende os limites de um mero processo de adaptação; seria uma dinamização de seus recursos internos em busca de soluções inovadoras.

A Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (UNISDR, 2009, p. 28) define resiliência como “a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade expostos a uma ameaça para resistir, absorver, adaptar-se e recuperar de seus efeitos de maneira oportuna e eficaz, o que inclui a preservação e a restauração de suas estruturas e funções básicas”.

Resiliência é uma característica dos sistemas que pode ser produzida ou reforçada e deve ser priorizada quando se pensa em sustentabilidade. Promover a resiliência é uma das maneiras mais eficientes de promover sustentabilidade (HOGANN, *et al.* 2010).

Para tanto, as cidades necessitam antever eventuais ameaças. Pickett *et al.* (2004 *apud* SANTOS, 2010, p. 19) ao se referirem a cidades resilientes salientam a importância de se reforçarem as ligações entre o urbanismo, o planejamento e a ecologia. Alberti *et al.* (2003 *apud* SANTOS, 2010, p. 19) definiram resiliência urbana como o grau em que as cidades são capazes de tolerar alterações antes de se reorganizarem em volta de um novo conjunto de estruturas e processos. Além de pensar a resiliência urbana no contexto de resposta a um impacto, deve-se principalmente associá-la à lógica de um sistema com capacidade de mudança e adaptação contínuas, considerando os fluxos, as dinâmicas sociais, as redes de governança, o ambiente biofísico etc. (CSIRO, 2007).

Há, portanto, que se fortalecer a resiliência comunitária ou social, mas também os sistemas físicos e institucionais. São comuns os casos de corrupção e de desvio de recursos, principalmente em situações de calamidade pública ou em estado de emergência,

como ocorreu em 2011, em Teresópolis e Nova Friburgo. Para que situações semelhantes não ocorram, é necessário fortalecer a resiliência das instituições, no que se refere ao cumprimento da legislação e das normas e na consolidação de instituições fortes e confiáveis, bem como por sistemas de governança que permitam o controle da aplicação dos recursos pela população.

AÇÕES PARA BUSCAR A SUSTENTABILIDADE DO RECIFE

No Recife as suscetibilidades e vulnerabilidades físicas são importantes e requerem uma nova concepção de produção do ambiente construído, que passa por um sistema de drenagem que dê conta da vulnerabilidade e suscetibilidade da cidade a alagamentos e ao aumento do nível do mar. Pois se esse sistema estiver submerso, poderá por em risco a saúde da população, uma vez que águas pluviais e esgoto escoam juntos nos canais e galerias de drenagem.

No que se refere à ocupação do solo, uma cidade plana como o Recife, deveria ter canais menos profundos e mais largos, para evitar que a rede de drenagem esteja afogada, assim como não se deve ocupar a calha expandida. Cidades como Amsterdam possuem grande área de reserva nas calhas expandidas para possíveis aumentos do volume de água. No Recife, as margens dos canais estão ocupadas, o que não permite praticamente nenhuma reserva para eventuais aumentos de precipitação ou marés altas.

A localização de garagens e reservatórios subterrâneos terá que ser revista, assim como a localização de sistemas de energia e força, que deverão estar em locais não passíveis de eventuais alagamentos ou inundações. A arquitetura e o urbanismo terão que ser repensados em uma visão de longo prazo, pensando o Recife daqui a 50 ou 100 anos.

O sistema de comunicação também necessita de profundos ajustes, pois a comunicação no Recife em situações extremas não tem funcionado bem, pois as informações não estão sendo bem compreendidas pela população e muitas vezes tem gerado pânico, ao contrário de prevenção. Constata-se uma inadequação e despreparo na linguagem da parte de quem informa ou comunica e um despreparo da população que escuta a informação.

Outras cidades com semelhanças geográficas, como Veneza e Amsterdam, já adotaram tais premissas. Veneza desenvolveu um plano de gestão estrutural e bio-morfológico, incluindo reforço, recuperação de áreas molhadas e locais poluídos, sistema móvel de barreiras, pavimentos elevados na cidade, moni-

toramento de cheias e alagamentos, manutenção urbana, sistema de alerta e conscientização pública e revitalização de riachos urbanos (UNISDR, 2012). Amsterdam possui um bom sistema de drenagem e promoveu grandes investimentos tecnológicos e em obras de engenharia na infraestrutura urbana. Apesar do histórico distinto de ocupação urbana entre essas duas cidades e o Recife, foram adotadas medidas efetivas para lidar com suas vulnerabilidades e suscetibilidades. O que não se observa no Recife, nem do ponto de vista estrutural com melhorias no sistema de drenagem, nem no que se refere à participação e envolvimento da população com um sistema de alerta efetivo. A frequência das ocorrências e a intensidade dos danos materiais e imateriais já deveriam ter despertado as autoridades locais para desenvolverem medidas mitigadoras para tais problemas, tão recorrentes e que têm afetado cada vez mais um número maior de pessoas.

Incorporar a resiliência e a capacidade adaptativa nas políticas públicas permite sair de uma abordagem de resposta aos desastres para o gerenciamento do risco do desastre, fundada na prevenção de perdas sociais e na promoção das potencialidades e dos recursos das pessoas, dos grupos para elevar as capacidades de enfrentamento de situações adversas. Nesse sentido, deve-se conhecer e fortalecer a capacidade das comunidades de se adaptarem positivamente a novos modos de vida, potencializando tais capacidades através das políticas públicas, que possam reduzir perdas individuais, sociais e econômicas.

Portanto, estudos sobre resiliência ganham uma maior complexidade e amplitude ao colocar como foco não apenas a resiliência dos sistemas físicos aos desastres, mas ao atribuir o protagonismo da resiliência, principalmente de uma cidade, às comunidades e às redes sociais e institucionais. Este novo olhar sobre a resiliência envolvendo a gestão mais ampla da cidade parece apontar saídas mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de forma coletiva, e nos níveis micro e macro, relativos a eventos naturais e provocados pelo ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização das cidades brasileiras tem seguido um modelo de desenvolvimento que tem priorizado o crescimento econômico em detrimento da sustentabilidade urbana e ambiental. Tal modelo tem-se materializado nas cidades por meio do crescimento da indústria da construção civil, tanto na esfera pública como privada e pela política pública de transporte de fortalecer o transporte individual em

detrimento do público.

Esses dois eixos de crescimento têm levado as cidades brasileiras a cenários de colapso na mobilidade, agravados por repetidos alagamentos por chuva intensa, comprometendo mais a mobilidade. Por sua vez, a verticalização acelerada e a crescente concentração de pessoas nas cidades têm levado ao comprometimento da já insuficiente infraestrutura urbana.

No Recife, as suscetibilidades e vulnerabilidades da cidade, principalmente a alagamentos e ao aumento do nível dos mares, têm causado enormes prejuízos para as pessoas e para o funcionamento e sustentabilidade da cidade.

A vulnerabilidade dos sistemas físicos e sociais às ameaças e aos desastres naturais poderia ser minimizada com um sistema de gestão municipal eficiente (órgãos, instituições, planos, projetos e diretrizes políticas) e uma infraestrutura de drenagem, esgotamento sanitário, contenção de encostas, do sistema viário, que minimizasse os efeitos das chuvas intensas.

As soluções para mudar esse cenário são por demais conhecidas. Cidades com semelhanças geográficas com o Recife, Amsterdam ou Veneza, em termos de alagamentos e com problemas de mobilidade, como Bogotá, são exemplos de que é possível construir planos para resolver os problemas presentes e se antecipar ao futuro. Nessas cidades o poder local tomou decisões em benefício da coletividade e da qualidade de vida da cidade, com a adesão e em parceria com a população. No início algumas medidas foram impopulares, mas *a posteriori* a população apoiou porque viu os ganhos na qualidade de vida na cidade.

Enquanto no Recife, mesmo estando em uma posição de 18ª cidade prevista para desaparecer, devido ao aumento do nível dos mares, continua apostando na verticalização, estando na 21ª posição, no mundo, e a 3ª posição no Brasil de cidade mais verticalizada.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), Lei nº 12.608, publicada no Diário Oficial da União nº 70, de 11 de abril de 2012, orienta que o gerenciamento de riscos e de desastres deve ser focado nas ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação e demais políticas setoriais, como propósito de garantir a promoção do desenvolvimento sustentável. São passos importantes na perspectiva de gerenciamento do risco, com foco na diminuição da vulnerabilidade, através de mecanismos de apoio ou criação de capacidades adaptativas e de construção de resiliência. No entanto, é necessário repensar o modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado nas cidades, pois o que se observa é que esse modelo tem aumentado o risco de alagamentos, deslizamentos e outras ameaças, que comprometem a sustentabilidade e a qualidade de

vida nas cidades.

No Recife, a aposta na sustentabilidade implica construir outro paradigma de desenvolvimento, bem distinto do que norteou o desenvolvimento urbano da cidade até o momento. Nesse novo paradigma, deverão ser repensadas as obras de infraestrutura e as edificações da cidade, buscando maior flexibilidade para enfrentar as ameaças de alagamentos e de inundações. Mas mesmo com o meio físico e a infraestrutura urbana com adaptações para enfrentar ameaças previsíveis, é necessário que a sociedade e as comunidades estejam preparadas. Para tanto, é necessário incorporar a resiliência e a capacidade adaptativa no planejamento urbano na busca da sua sustentabilidade diante das mudanças climáticas.

As adaptações em comunidades humanas estão intimamente associadas, e são reflexo da capacidade de adaptação e da vulnerabilidade. As iniciativas locais, para melhorar os meios de subsistência e a capacidade de adaptação podem ser limitadas ou anuladas por amplas forças sociais, econômicas e políticas que afetam a vulnerabilidade local.

Portanto, é imprescindível decisão política para mudar a direção de condução do desenvolvimento. Possivelmente os prejuízos dos erros cometidos no passado e no presente já sejam irreversíveis, mas se não houver mudanças drásticas no padrão de desenvolvimento, as gerações futuras poderão não conhecer o Recife.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ADGER, W. Social and ecological resilience: Are they related? **Progress in Human Geography**, 24.2000, 347–364.
- Atlas brasileiro de desastres naturais, 1991-2010**. Volume Brasil. Florianópolis: CEPED; UFSC, 2012.
- BATISTA FILHO, Gerson. Entre os Rios e o Mar, os Descaminhos das Águas na RMR. In: **A Interação entre o Setor de Consultoria e Universidades na Produção do Conhecimento Técnico em Pernambuco: coletânea de artigos técnicos**. MONTEIRO, Bernardo Silva Monteiro e VITÓRIO, José Afonso Pereira (orgs.). Recife: Sinaenco, 2010.
- BLAIKIE, P. et. al. **At risk. Natural hazards, peoples vulnerability and disasters**. London: Routledge, 1994.

- BROWN, D.; KULIG, J. The concept of resiliency: Theoretical lessons from community research. **Health and Canadian Society**, 4, p. 29–52. 1996/97.
- CARDONA, Omar Dario. Manejo ambiental y prevención de desastres: dos temas asociados. In FERNANDEZ, Maria Augusta (org.). **Ciudades en Riesgo**. Lima: LA RED, USAID, 1996.
- CO+Life. 100 Places to Remember Before they Disappear. 2009. Disponível em: <http://www.100places.com/en/the100places0/>. Acesso em 16 novembro de 2012.
- COUTINHO, Roberto Quental; ALHEIROS, Margaret Mascarenhas; BANDEIRA, Ana Patrícia Nunes (Editores). **Curso de capacitação em mapeamento e gestão de risco em assentamentos precários**. Recife: Associação Tecnológica de Pernambuco, 2008.
- CSIRO. **A Research Prospectus for Urban Resilience**. A Resilience Alliance Initiative for Transitioning Urban Systems towards Sustainable Futures. 2007.
- DENEVAN, W. M. **Adaptation, variation and cultural geography**. *Professional Geographer* 35 (4), 399–406, 1983.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Uma cidade verticalizada. ARAÚJO, L. Carlos. Em 09/02/2011. Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1318895>>. Acesso em 16 novembro de 2012.
- FANKHAUSER, S. **The Costs of Adapting to Climate Change**. GEF Working Paper 16, The Global Environmental Facility, Washington, 1998.
- GODSCHALK, D. Urban hazard mitigation: Creating resilient cities. **Natural Hazards Review**, 4, 136–143. 2003.
- HOGANN, Daniel Joseph; MARANDOLA, Eduardo; OJIMA, Ricardo. **População e ambiente: desafios à sustentabilidade**. São Paulo: Blucher, 2010.
- IPCC. Impacts, Adaptation and Vulnerability. Working Group II Contributions to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers and Technical Summary. 2007.
- IPCC. Third Assessment Report, Climate Change 2001: Working Group II: Impacts, Adaptation, and Vulnerability, 2001.
- LAVELL, Allan. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacial a definición de una agenda de investigación. In: FERNANDEZ, Maria Augusta (org.). **Ciudades en riesgo**. Lima: LA RED, USAID, 1996.
- MASKREY, Andrew (org.). **Os desastres não são naturais**. Colombia: Red de estudios sociales em prevención de desastres em América Latina (La Red), 1993.
- MAROUN, Maria Regina. **Adaptação às mudanças climáticas: uma proposta de Documento de Concepção de Projeto (DCP) no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ - Programas de Pós-Graduação de Engenharia, 2007.
- NORRIS, F. H.; STEVENS, Susan P; PFEFFERBAUM, Betty; WYCHE, Karen F; PFEFFERBAUM, Rose L. Community Resilience as a Metaphor, Theory, Set of Capacities, and Strategy for Disaster Readiness. **American Journal of Community Psychology**. Volume 41. N. 1-2, 2008, 127–150.
- ONU-HABITAT. **Estado de las Ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana**. ONU-HABITAT, 2012.
- PAINEL DE ALTO NÍVEL DO SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE SUSTENTABILIDADE GLOBAL, 2012, Nova York. **Povos Resilientes Planeta Resiliente: Um Futuro Digno de Escolha**. Nova York: Nações Unidas, 2012.
- PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: um ensaio de epistemologia política. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 93, Junho 2011: 31–58
- RAMOS, Alessandra. **Influência das Mudanças Climáticas devido ao Efeito Estufa na Drenagem Urbana de uma Grande Cidade**. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Tecnologia e Geociências. Doutorado em Engenharia Civil, Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos. Recife, 2011.
- SANTOS, Fernando Teigão dos. Territórios Resilientes enquanto Orientação de Planejamento, in: **Prospectiva e Planejamento**, vol. 16–2009.
- SMIT, Barry; WANDEL, Johanna. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, 16. 2006. 282–292.
- SMIT, B.; BURTON, I.; KLEIN, R.; Wandel, J. An anatomy of adaptation to climate change and variability. **Climatic Change** 45, 2000. 223–251.
- STOCKHOLM RESILIENCE CENTRE. Resilience. Stockholm Resilience Centre, 2011.
- UNISDR. **Estratégia Internacional para a Redução de Desastres de La Naciones Unidas**. Terminologia sobre reducción del riesgo

de desastres, 2009.

UNISDR. **Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade está se preparando.** UNISDR, Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres, 2011.

UNISDR. **Making Cities Resilient Report 2012.**

JOHNSON, Cassidy; BLACKBURN, Sophie (org.). UNISDR, 2012.

WALKER, B.; Holling, C.; Carpenter, S. e Kinzig, A. Resilience, adaptability and transformability in social–ecological systems. **Ecology and Society**, 9 (2), 5, 2004. ■

Anna Emília Maciel Barbosa

Produção do espaço e remoções

Copa do Mundo 2014 em Fortaleza

Resumo

A mobilidade residencial é um processo comum nas cidades, e a organização do espaço urbano apresenta-se como causa relevante desta. Neste momento de preparação de cidades para Copa do Mundo no Brasil, grandes projetos são direcionados às cidades, configurando nova organização espacial urbana. Assim, busca-se por meio deste artigo entender como as ações direcionadas à Copa do Mundo em Fortaleza podem influenciar na mobilidade residencial, em especial das populações pobres que vivem nas áreas que abrigarão os projetos urbanos. Fortaleza vem recebendo projetos que visam a melhorias infraestruturais a determinadas porções do território, beneficiando o mercado imobiliário e o turismo na cidade. Tais mudanças, entretanto, vem proporcionando remoções de famílias, em sua maioria de baixa renda, que serão expropriadas de seus locais de moradia e que na busca pelo direito à cidade vêm realizado movimentos de resistência.

Palavras-chave: Mobilidade Residencial; Cidade; Remoções.

Abstract

The residential mobility is a common process in the cities. The organization of the urban space is a relevant cause of this phenomenon. In this moment that cities are preparing for World Cup in Brazil, urban projects are directed to the cities, configuring a new urban espacial organization. Then, the purpose of this paper is try to understand how the actions associated with the World Cup in Fortaleza city can motivate the residential mobility, in special the influences on the more poor people, that lives in the areas destined by government to the projects. The city is growing by urban projects with the purpose of improvement in infrastructure in certain parts of the territory, contributing to the property market and the turism. Then, the State remove families from them houses, majority of poor classes, to build the large projects. These families fight for right to the city, performing resistance moviments.

Keywords: Residential Mobility; City; Removals.

**Anna Emília Maciel
Barbosa**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Integrante do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional - LAPUR. Professora do Município de Fortaleza.

emiliamaciel@gmail.com

INTRODUÇÃO

As pessoas deslocam-se de um lugar para outro por diferentes motivos e em diferentes escalas. Esta mobilidade pode estar relacionada ao trabalho, a conflitos, a catástrofes naturais ou mesmo a questões particulares de cada indivíduo. A mobilidade residencial é um tipo de mobilidade comum nas cidades, que é analisada na escala intraurbana. Ela está diretamente ligada à habitação na cidade, à apropriação e à produção desigual do solo urbano pelos sujeitos que compõem o espaço e às relações de trabalho.

Em Fortaleza, bem como em outras cidades brasileiras, a mobilidade residencial, em parte, deve-se a dinâmica de acumulação capitalista, que interfere na organização espacial da cidade. Atualmente, a capital cearense tem apresentado uma intensificação no processo de produção espacial, cuja razão relaciona-se ao megaevento Copa do Mundo 2014. Fortaleza é uma das 12 subsedes brasileiras que sediarão o megaevento. Assim, a cidade vem passando por uma série de transformações espaciais, que vão desde a instalação de infraestrutura urbana, à construção de grandes equipamentos que se materializam em diferentes porções da cidade.

A forma como as cidades são produzidas e organizadas, revelam uma realidade contraditória, cuja segregação socioespacial é uma marca dessa dinâmica. O espaço, enquanto mercadoria, restringe cada vez mais o acesso de todos a determinadas áreas da cidade. As paisagens urbanas mostram cidades diferentes em um mesmo espaço, mas que se conectam e se complementam. Tem-se, deste modo, uma apropriação diferenciada do espaço urbano, por parte da sociedade, e que resulta, entre vários fatos, na mobilidade residencial.

Em Fortaleza, as áreas que mais recebem investimentos para obras da Copa do Mundo são aquelas voltadas para o turismo e para o uso da classe média e alta, área já concentradora de infraestrutura urbana e equipamentos. Assim, os novos equipamentos que se instalam favorecerão ainda mais sua valorização, bem como promoverão a expulsão, direta ou indireta, de muitas famílias. Parte destas está sendo forçada a se desligar dos seus atuais locais de residência, em especial as mais pobres, para dar lugar aos novos equipamentos que se instalam, impulsionando a mobilidade dessa população na cidade.

Deste modo, o objetivo deste artigo é analisar o processo de produção espacial que vem ocorrendo em Fortaleza, inserido no contexto da Copa do Mundo, que promove valorização do solo e expulsão de populações pobres das áreas que abrigarão os projetos urbanos. A relevância deste tema está em analisar

como a nova dinâmica imobiliária, proporcionada pela concentração de infraestruturas e equipamentos, pode afetar (ou não) o direito à cidade de parte da camada pobre da população de Fortaleza, que possui um histórico de resistência e de permanência em áreas centrais da cidade e de grande interesse do capital imobiliário.

DISCUTINDO A MOBILIDADE POPULACIONAL NA CIDADE

A cidade é um espaço socialmente produzido, que traz consigo a marca de determinados tempos e formas de acumulação. Na sua produção estão envolvidos sujeitos como: Estado, capital e moradores, que a constroem seguindo seus interesses e necessidades. Essa diferença na forma de produzir o espaço revela as contradições e os conflitos característicos da cidade capitalista. Segundo Carlos (2004),

A análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática socioespacial (CARLOS, 2004, p.19).

Na cidade neoliberal, onde as desigualdades se tornam mais acentuadas e o espaço e a sociedade, cada vez mais segregados, o capital é um importante produtor do espaço, que tem no Estado um aliado. Assim, a cidade mercadoria vai concentrando investimentos em determinados setores da cidade, fragmentando-a e agrupando segmentos da população em diferentes porções da cidade. O Estado atua facilitando o movimento do capital no espaço e expulsando as populações pobres que estão no caminho, para dar lugar aos consumidores das classes média e alta. Essa dinâmica de produção espacial promove o movimento de segmentos sociais na cidade, ocasionando a mobilidade residencial e a segregação socioespacial.

Ao se falar de mobilidade é importante destacar que existem diferentes entendimentos sobre o tema e diferentes escalas em que este fenômeno pode ocorrer. Dentre as correntes ideológicas que buscam entender a mobilidade no espaço, Becker (1997) destacou duas visões: a visão neoclássica, que defende a ideia de que a migração é decorrente apenas da decisão pessoal de cada indivíduo ou produzida por forças socioeconômicas exógenas; e a visão neomarxista, em que a migração é entendida como uma mobili-

dade forçada pelas necessidades do capital. Segundo Gaudemar (1977 *apud* BECKER, 1997, p.334), “a mobilidade é introduzida como condição da força de trabalho se sujeitar ao capital e se tornar mercadoria cujo consumo criará o valor e, assim, produzirá o capital”.

Concorda-se que a mobilidade populacional obedece a mobilidade do capital, estando ela relacionada a necessidade de trabalho, de habitar, ou até mesmo de firmação como determinada camada social. Esta mobilidade de pessoas está dentro da lógica capitalista de acumulação e reprodução de capital. Salim (1992) fala da mobilidade no âmbito da produção, mas entende-se que ela vai além.

Na realidade, seguimentos da população ou contingentes da força de trabalho deslocam-se no espaço porque este se estrutura de forma a colocá-los em movimento. Significa dizer que existe uma característica adquirida da força de trabalho – a mobilidade –, que faculta não apenas o seu movimento, mas também a localização e realocização espacial do capital, nas diversas esferas da produção (SALIM, 1992, p.127).

A mobilidade origina-se de várias causas e também ocorre em várias escalas e intensidades, dependendo de condições políticas, econômicas e culturais de cada sociedade. Neste trabalho, dar-se-á destaque a mobilidade residencial, visto sua importância no processo de produção e organização espacial, e nas relações sociais desenvolvidas na cidade. Entende-se, como Silva, Rodrigues e Ribeiro (2010), que a mobilidade residencial está relacionada a questões como moradia, relações de trabalho e estudo, deslocamentos cotidianos, fazeres que conformam a vida urbana. No entanto, estão sob um contexto social, cultural, político, econômico, além de condições históricas dos processos de urbanização e metropolização.

Conforme Paviani, Campos e Farret (1990, p.6) “a mobilidade residencial intraurbana refere-se às mudanças da população no interior das cidades”. Para Jardim (2005, p.26), a mobilidade residencial refere-se a “(...) mudança da população dentro da cidade (como unidade político-administrativa, o município, ou seja entre bairros de uma mesma cidade)”. A mobilidade residencial oculta, entretanto, o processo de acumulação de capital no espaço urbano. O capital determina pontos de atuação no espaço. Assim, ele se instala e promove uma produção espacial diferenciada, concentrando equipamentos, serviços e infraestruturas que influenciam diretamente no valor do solo e na mobilidade residencial.

A gentrificação, entendida, resumidamente, como uma renovação residencial em bairros da classe

trabalhadora, é uma ação utilizada com o objetivo de valorização de áreas e acumulação de capital (SMITH, 2007). Este processo acaba afastando os antigos moradores da área gentrificada, seja pelo aumento do padrão de vida no bairro, seja porque estes se rendem a lógica capitalista e vendem seus imóveis agora localizados em áreas de alto valor do mercado. O consumo da cidade se dá por meio da circulação das pessoas por ela e do uso do seu espaço. À medida que os espaços ganham novos usos, renovam-se os interesses que promovem sua produção espacial e diferenciam-se as pessoas que o buscam.

Conforme Faria (2005) os primeiros deslocamentos direcionados a cidade estão relacionados à industrialização e à urbanização, bem como as precárias condições de vida no campo. Posteriormente, serão as condições de vida na cidade que promoverão o movimento da população pelo espaço urbano. Ricos e pobres passam a circular e residir em determinados espaços da cidade, em certos períodos históricos. Concorda-se, deste modo, com Barbon (2004) ao afirmar que a mobilidade residencial pode estar relacionada ao planejamento urbano, atendendo interesses capitalistas e sociais.

A mobilidade residencial interna é fruto de iniciativas públicas, privadas, individuais ou coletivas que tentam, em última instância, equalizar quantitativa e/ou qualitativamente a demanda e a oferta de unidades habitacionais, quer seja para obter lucros, para satisfazer necessidades individuais ou para atender programas sociais (BARBON, 2004, p.2).

Ressalta-se que muitos deslocamentos ocorrem de forma compulsória, principalmente, quando afeta as populações pobres. Um bom exemplo são as reformas urbanísticas feitas nas cidades com finalidade de modernização e embelezamento, que na maioria das vezes expulsam os moradores mais pobres para dar lugar aos projetos urbanos. Estes eventos, geralmente conflituosos, são bastante comuns nas cidades em todo o mundo. Para Becker (1997), quando há uma resistência quanto saída do local de moradia, chama-se este fenômeno de contramobilidade. Esta emerge como luta do direito à cidade, do direito à moradia, é a “expressão do direito de ‘não migrar’, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do ‘livre-arbítrio’ quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar” (BECKER, 1997, p.322).

É desta forma que a cidade vai se organizando e vai excluindo grupos populacionais de determinados territórios urbanos, grupos com pouco poder de compra que buscam moradia em locais mais baratos, em geral, mais distantes das áreas centrais, ou, ainda,

que resistem à expulsão de seus locais de habitação. Confirma-se, assim, a ideia de Lefebvre (2001) que afirma que a cidade é um ambiente das diferenças, local onde se revelam os conflitos de classes, em que cada classe luta por interesses diversos, mas que convergem ao uso da cidade de acordo com suas necessidades e desejos.

EXPANSÃO URBANA E MOBILIDADE POPULACIONAL EM FORTALEZA

Em seu processo histórico de formação e organização, Fortaleza começa a se expandir a partir de seu centro. Conforme Araújo e Carleial (2003) até a década de 1930, a população fortalezense concentrava-se no centro e na periferia oeste, local onde se desenvolvia a indústria na época. Mais ao sul, situavam-se sítios de propriedade dos grandes detentores de terra. Em razão do comércio e da indústria, localizados nas porções central e oeste da cidade, a grande massa trabalhadora passou a habitar estas áreas, bem como o litoral, área de pouco interesse do capital até então.

A produção espacial na cidade, entretanto, é dinâmica e logo outras porções da urbe começaram a adquirir novos usos, como o setor leste de Fortaleza. As camadas mais ricas da sociedade passam, então a se instalar nesta porção da cidade. Simultâneo a este processo, surgem novas centralidades na cidade, destaque para o bairro Aldeota.

Aos poucos, há uma migração dos capitais comerciais para outros bairros, notadamente, para a Aldeota, área de expansão urbana a leste do centro, que passou a ser um dos núcleos dos negócios das pessoas de alta renda. A abertura de grandes avenidas facilitou o acesso a este lado da cidade por veículos particulares e coletivos, simultaneamente (ARAÚJO, CARLEIAL, 2003).

Segundo Silva (2009), a procura por áreas nesta região da cidade promoveu alterações espaciais que proporcionaram a supervalorização de bairros como: Aldeota, Meireles, Praia de Iracema, Papicu, Bairro de Fátima e outros. Estes passaram a abrigar grande parte da classe abastada da cidade. Faria (2005) ressalta a relação existente entre a mobilidade social e a residencial entre as famílias das camadas média e alta de rendimento, concluindo que os comportamentos respondem a certa regularidade em relação aos grupos sociais, a uma tendência de tomada de decisões semelhantes quanto aos deslocamentos residenciais.

Esta intensificação do processo de ocupação no

sentido leste da cidade ocorre nos anos de 1970, e, nos anos 1980, há uma expansão no setor sudeste. A implantação de equipamentos como shoppings, instituições de ensino, unidades comerciais e de serviços, bem como de infraestrutura, como avenidas que facilitavam o acesso aos bairros deste lado da cidade, acelerou sua ocupação. Araújo e Carleial (2003) afirmam que os novos usos dados a esta porção da cidade, bem como a vida de grandes equipamentos, como o Shopping Iguatemi, resultaram na expulsão dos antigos moradores de baixa renda, que sobreviviam do ecossistema manguezal pertencente ao Parque do Cocó, e na vinda de uma população com renda mais elevada.

Neste período, também, o litoral passa a ser visto com outros olhos pelo capital que visa ali a uma nova fonte de acumulação. Conforme Dantas (2011), na década de 1970 há uma consolidação da ocupação das praias da zona urbana de Fortaleza, no entanto, havendo uma diferenciação entre o litoral leste e oeste. Enquanto no lado leste há instalação de hotéis, bares e restaurantes voltados para consumo turístico e das classes altas da sociedade fortalezense, no lado oeste permanecem as habitações de baixa renda e constituição de favelas.

Vale ressaltar que, nos anos de 1930, quando surgem as grandes favelas em Fortaleza algumas delas constituíram-se no litoral. A partir da década de 1960, iniciam-se as primeiras ameaças de retirada destas populações. Algumas resistiram, como a favela do Pirambu, cuja história é marcada por movimentos de resistência e luta por melhores condições de moradia. Outras não conseguiram permanecer, como a colônia de pescadores na região do Mucuripe, sendo expulsas para outras áreas da cidade e/ou formando outras favelas.

Na década de 1990, há um maior deslocamento populacional em direção aos municípios da região metropolitana, principalmente em razão de conjuntos habitacionais construídos para a grande massa trabalhadora e posteriormente condomínios fechados voltados para a classe média e alta. Neste período, ampliam-se as relações entre a metrópole e os municípios da região metropolitana.

Atualmente em Fortaleza, os bairros mais bem equipados de infraestrutura e serviços estão em grande parte localizados na parte leste e sudeste, em contraste com os da parte oeste e sudoeste que continuam como local de moradia da massa trabalhadora. Destaca-se, entretanto, que Fortaleza não se apresenta totalmente segregada, isto é, dividida em duas partes. Seu espaço urbano, assim como em outras cidades brasileiras, é apropriado de forma diferenciada pela população, de acordo com o seu poder de compra,

no entanto, estas áreas não conseguem se apresentar totalmente homogêneas, em razão da resistência de alguns grupos mais pobres em saírem de seus locais de moradia, muitos deles em bairros onde o preço da terra é bastante elevado.

Este processo ratifica os estudos feitos por Araújo e Carleial (2003), que revelam o conflito entre a população com diferentes níveis de renda pelo uso da terra urbana em toda a cidade, identificando em todo território fortalezense ricos e pobres, embora ainda de forma concentrada em bairros da cidade, em um misto de opulência e miséria, verificando uma das contradições socioterritoriais em Fortaleza.

Nota-se, em Fortaleza, a participação, em destaque, do Estado e do capital imobiliário no processo de mobilidade residencial na cidade. Essa combinação de ações produziu uma mobilidade entre as pessoas de diferentes níveis de renda, na qual os que possuíam menos rendimentos eram obrigados a se deslocar dos seus locais de moradia para dar lugar a residências e edifícios voltados para segmentos de classe média e/ou alta. Assim, as áreas centrais se confirmavam como locais de concentração de serviços, infraestrutura e moradias de população com altos níveis de renda e as zonas mais periféricas, voltadas para população de renda mais baixa.

FORTALEZA: MEGAEVENTO E REMOÇÕES

A partir de 2011, com mais intensidade em 2012, Fortaleza vivencia um intenso processo de produção espacial. São obras para instalação de infraestrutura e equipamentos que se inserem no contexto de preparação da cidade para a Copa 2014, além de equipamentos que não estão diretamente ligados ao megaevento, como os shoppings centers construídos na cidade. Ressalta-se, ainda, que alguns projetos em execução, ligados a Copa do Mundo 2014 em Fortaleza, já existiam anteriormente nos planos do Poder Público, estando apenas adaptados ao momento.

Sousa (2011) ressalta que Copa do Mundo e Olimpíadas vão além da construção de estádios, reformas em aeroportos e intervenções no trânsito, pois existem muitos outros interesses ocultos nestes eventos. Eventos deste porte trazem nova dinâmica às cidades onde ocorrem, interferindo na sua organização socioespacial e reproduzindo, principalmente, interesses do capital e do Estado. Para Mascarenhas (2007) os megaeventos são tomados como uma alavanca relevante para a dinamização da economia local e redefinição da imagem da cidade no competitivo cenário mundial. Essa interferência na organização

socioespacial da cidade influencia na mobilidade residencial, pois ela reorganiza socialmente os espaços da cidade.

Ressalta-se que a vinda de um megaevento esportivo a uma cidade traz consigo uma série de transformações espaciais que, em geral, contam com a ação do Estado e do capital. Para tanto, cria-se várias políticas atreladas a um planejamento, visando a obras de infraestrutura relacionadas ao lazer, ao turismo e à mobilidade urbana. Muñoz (2008) se refere aos estudos feitos por Marco Venturi ao falar do termo *festivalizzazione*, que explica o desenvolvimento de políticas criadas a partir da necessidade gerada por um grande evento.

Se trata de políticas cuya prioridad absoluta ha sido la participación de la ciudad en unos mercados de producción y consumo que se caracterizan por ser ya globales. (...) Los grandes eventos urbanos, como exposiciones universales o juegos olímpicos, siempre habían significado la creación de una imagen nueva para la ciudad, una imagen publicitado en la comercialización de los nuevos espacios urbanos (MUÑOZ, 2008, p.56).

Cria-se deste modo, exceções na legislação já existente permitindo interferências diretas e indiretas no espaço, bem como em setores da economia. Neste processo há uma relação de interesses do Estado e da iniciativa privada, que buscam acelerar o processo de acumulação de capital. De acordo com Rodrigues (2013) cria-se exceções inclusive nas legislações que definem as normas urbanísticas de cada cidade. “Assim, o espaço socialmente produzido, uma condição para a competitividade, torna-se o meio para um urbanismo que viabiliza a reprodução ampliada do capital no espaço urbano” (RODRIGUES, 2013, p.18).

Com o início das obras direcionadas ao megaevento Copa 2014, alguns bairros de Fortaleza já passam por transformações, principalmente, melhorias urbanas que, conseqüentemente, promovem a valorização da terra. Em Fortaleza, são várias as obras inseridas no contexto do megaevento, como: a ampliação do Aeroporto Internacional Pinto Martins, a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) – Ramal Parangaba-Mucuripe e do Terminal de Passageiros no Porto do Mucuripe; construção de BRTs e de túneis, e obras de melhoramentos em avenidas que dão acesso ao setor turístico da cidade.

Algumas destas obras, em especial as de mobilidade, vêm ocasionando desapropriações. Para Baliski (2013), utilizando-se de dados do Portal da Transparência, Fortaleza tem um gasto previsto de R\$ 119,7 milhões com desapropriações. Ainda segundo a autora, as cidades de Rio de Janeiro e Belo Horizonte são

as que apresentaram maior gasto referente às desapropriações, respondendo juntas 61% dos custos. Assim como Fortaleza, os maiores valores a serem gastos referem-se às obras de mobilidade.

Neste trabalho, dentre as obras citadas, dar-se-á destaque ao Veículo Leve sobre Trilhos – VLT. Conforme o Portal da Transparência¹, trata-se de um trem urbano de passageiros cujo tamanho permite que sua estrutura de trilhos se encaixe no meio urbano existente. Em Fortaleza, o Ramal VLT Parangaba-Mucuripe servirá de ligação da região hoteleira ao centro da cidade (na integração com a Linha Sul do Metrofor) e região do bairro da Parangaba. O ramal terá aproximadamente de 13 km, contando com 9 estações, passando por 22 bairros.

Este sistema de transporte utilizará uma via já existente e, atualmente, usada pela Transnordestina Logística S/A para o transporte de cargas. Ressalta-se que, em Fortaleza, as margens do ramal ferroviário foram historicamente ocupadas por populações de baixa renda que constituíram favelas em seu entorno, como as áreas do Lagamar, de Dom Oscar Romero, das Trilhas do Senhor, da Jangadeiro, dentre outras. Estas comunidades serão atingidas pelas obras, sendo parte delas retiradas. Estas áreas são alguns dos enclaves de pobreza da área nobre da cidade, que possuem forte movimento social, conseguindo resistir, até a atualidade, à pressão do Estado e do capital imobiliário.

A instalação do VLT promoverá a remoção de 1700 famílias que moram ao longo da linha ferroviária de carga, que será reaproveitada, conforme dados do Governo do Estado do Ceará². Segundo Fialho (2012), os proprietários, residentes, com imóveis avaliados em até R\$ 40 mil, além da indenização, receberão uma unidade habitacional dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, com prestações custeadas pelo Estado. As famílias irão para o condomínio Cidade Jardim, no bairro José Walter, periferia de Fortaleza. Já os proprietários de imóveis avaliados acima de R\$ 40 mil receberão o valor correspondente à desapropriação e poderão receber uma residência pelo Programa Minha Casa Minha Vida, mas arcando com as prestações. O condomínio está em fase de construção e moradores de algumas comunidades já estão sendo indenizadas.

Deste modo, parte da população de baixa renda,

que está no caminho do projeto, será removida. Fato parecido vem ocorrendo, também, nas demais cidades-sede, onde milhares de famílias estão sendo expropriadas de suas habitações. Na tentativa de melhores condições de vida estas resistem e cobram do Estado seus direitos básicos, enquanto cidadãos. Rodrigues (2013) explica que:

Como os lugares socialmente produzidos não estão “vazios”, o Estado cumpre o papel de “liberar” as áreas, removendo a parcela da classe trabalhadora que recebe baixos salários e que ocupa essas áreas, pois se considera que tanto a população como suas moradias constituem entraves ao desenvolvimento urbano previsto nos projetos. Nesse contexto, a população é compelida a se organizar para lutar por direitos já consagrados que podem ser usurpados, ou seja, organiza-se para tentar minimizar os efeitos do Estado de Exceção (RODRIGUES, 2013, p. 17).

Assim, ações como esta impulsionam, ou mesmo forçam, a mobilidade residencial na cidade. Segundo Vainer (2005), intervenções como: renovações urbanas, vias de transportes, grandes projetos de desenvolvimento, grandes polos industriais, por exemplo, compelem o deslocamento, a cada ano, de seis milhões de pessoas. Para ele “a violência que acompanha esses deslocamentos forçados é uma espécie de pedágio que se paga para trilhar a estrada do progresso” (VAINER, 2005, p.266). Dessa forma, as grandes intervenções, que já ocorriam antes da vinda de megaprojetos para o Brasil, se intensificaram neste período, expulsando muitos moradores dos seus locais de moradia³.

Este processo de reestruturação espacial pelo qual a cidade passa está gerando conflitos entre moradores e Poder Público, entre eles, conflitos gerados pela invasão dos territórios, ocupados por populações carentes, por megaprojetos de infraestrutura urbana, que irão expulsá-los dos seus locais de habitação. A vinda dessas novas estruturas aliada à saída de parte da população pobre destas áreas trará consigo um processo de valorização fundiária nestas porções da urbe, influenciado diretamente no habitar de uma camada considerável da população fortalezense, trazendo ônus para os mais pobres e bônus ao capital imobiliário.

1 Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/fortaleza/mobilidade-urbana/vlt-parangaba-ucuripe/>. Acesso em 17 fev. 2012.

2 Disponível em <http://www.metrofor.ce.gov.br/index.php/noticias/43839-governo-adequa-projeto-da-linha-parangaba-mucuripe-para-diminuir-impactos>. Acesso em 4 jan. 2014.

3 É importante destacar que muitas pessoas que vivem nestas áreas, no caso de Fortaleza refere-se a áreas de favelas, têm o desejo de morar em um lugar melhor, de ter a sua casa própria e por isso veem nas desapropriações a chance de uma vida melhor. Entretanto, o que se critica é a falta de opção dos moradores que terão de sair dos seus locais de moradia, sem consulta popular, sem opção de escolha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade populacional é um fenômeno bastante antigo e bastante discutido pelos estudiosos da população. Na cidade, o acesso diferenciado a terra urbana promove uma forma de mobilidade, a residencial. À medida que os espaços ganham novos usos, há um novo movimento populacional, que pode ser de atração ou repulsão a determinadas camadas da sociedade.

O processo de transformação nas quais passarão as doze capitais brasileiras e os impactos que ele causará à dinâmica urbana já começou a ser estudado em todo o país. Em Fortaleza, especula-se a valorização de algumas áreas e a intensificação do capital imobiliário nestas. Entretanto, parte da área de instalação dos projetos está ocupada por populações que construíram história nos movimentos sociais e que conseguiram permanecer em seus locais de moradia, mesmo com a pressão do capital, fortalecendo seu direito de contramobilidade.

Essas pessoas, entretanto, vêm tendo direitos negados, em razão de várias exceções que se abrem para garantir a produção do espaço e os interesses do capital. A cidade capitalista, que em seu movimento histórico presenciou remoções em massa desde a reforma de Haussmann em Paris no século XIX até os dias de hoje, continua a promover o mesmo processo no qual os mais pobres são expropriados de seus locais de moradia para dar lugar às grandes obras do Estado em benefício do capital, visando ao processo de acumulação de capital a partir da terra urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ana Maria Matos; CALEIAL, Adelita Neto. Oportunidade e miséria nos bairros de Fortaleza (Ceará/Brasil). **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidade de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Vol. VII, n. 146(030), 1 de agosto de 2003. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-117.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2005.
- BARBON, Ângela Luppi. Mobilidade residencial intra-urbana em grandes centros – Região Metropolitana de São Paulo – estudo de caso. In: **Anais XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, Caxambú – MG – Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_554.pdf>. Acesso em 30 jan 2012.
- BALISKI, Patrícia. As desapropriações no âmbito das obras previstas para a Copa 2014. In: **Copa em Discussão**. Ano III, v. 24, Curitiba, 30 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.copaemdiscussao.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2013.
- BARBOSA, Anna Emília Maciel. **Questão da habitação: territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha, Fortaleza, Ceará**. Fortaleza: UECE, 2009. (Dissertação de Mestrado).
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: Conceitos, Tipologias, Contextos. In: CASTRO, I.E de; GOMES, C.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs) **Explorações geográficas: percursos no fim do Século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. In: Uma leitura sobre a cidade. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. 2ª edição. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- FARIA, Teresa Cristina de Almeida. Favelização e mobilidade residencial no Rio de Janeiro. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A.P. (Orgs) **Cruzando fronteiras disciplinares: Um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- FIALHO, Gabriel. Ceará vai iniciar as obras do VLT em Fevereiro. In: Portal da Transparência, 05 jan 2012. Acesso em: <<http://www.copa2014.gov.br/noticia/ceara-vai-iniciar-obras-do-vlt-em-fevereiro>>. Acesso em: 17 fev 2014.
- JARDIM, Antônio de Ponte. Mobilidade Intrametropolitana no Rio de Janeiro. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro: UERJ, FFP, v.01, p.22-37, 2005. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_554.pdf>. Acesso em 30 jan 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. [Tradução: Rubens Eduardo Farias]. São Paulo: Centauro, 2001.
- MASCARENHAS, Gilmar. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos – 2007. In: **Colóquio Internacional de Geografia**. Los problemas del mundo actual. Soluciones y alternativas desde la Geografía y las Ciencias Sociales. Porto Alegre, 28 de mayo – 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/gilmar.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2012.
- MENDONÇA, Jurupira Gomes de. Mobilidade residencial e dinâmica das transformações socioespaciais na metrópole belo-horizontina. In: CA-

- DERNOS METRÓPOLE.** N.9, 1º sem. 2003. pp.39-79.
- MUÑOZ, Francese. **Urbanización:** Paisajes comunes, lugares globales. Barcelona: GGmixta, 2008.
- PAVIANI, Aldo; CAMPOS, Neio; FARRET, Ricardo. Mobilidade residencial em cidade planejada: Brasília – DF. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, 52 (2): 5-19, abr./jun. 1990.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Notas sobre a renda da terra urbana. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano I, n.1, jan/abr. 1986. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. pp.43-66.
- RODRIGUES, Arlete Moisés. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. In: **GeoTextos**, vol. 9, n. 2, dez. 2013. pp. 13-25
- SALIM, Celso Amorim. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **ABEP. VIII Encontros de Estudos Populacionais**, 1992.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros. In: VALADARES, Lícia do Prado (org). **Habitação em questão.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (pp. 17-47)
- SILVA, Érica Tavares da; RODRIGUES, Juciano Martins; RIBEIRO, Luiz Cezar de Querioz. Mobilidade Residencial e Reconfiguração Territorial nas Áreas Metropolitanas Brasileiras. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG, 2010.
- SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram:** uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- SILVA, José Borzacchiello da. Formação Socioterritorial Urbana. In: Dantas, E.W.C.; SILVA, J.B.; COSTA, M.C.L. **Da cidade à metrópole:** (trans) formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. [Tradução: Daniel de Mello Sanfelic]. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 21, 2007.
- SOUSA, Robson Sávio Reis. **A Copa do Mundo é nossa?**, 21 de setembro 2011. Disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=39:a-copa-do-mundo-%C3%A9-nossa?&Itemid=165&lang=pt. Acesso em: 13 out. 2011.
- VAINER, Carlos B. Reflexões sobre o poder de mobilizar e imobilizar na contemporaneidade. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A.P. (Orgs) **Cruzando fronteiras disciplinares:** Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. ■

Aristóteles Cantalice II e Ana Holanda Cantalice

Tectônica e estruturalismo sensorial na urbanística de Jean Renaudie: o caso de Ivry-sur-Seine

Resumo

Jean Renaudie (1925-1981) foi um arquiteto e urbanista francês de posição política esquerdista que possui projetos importantes no cenário internacional, mas que ainda é pouco explorado pela historiografia. As poucas publicações acerca de sua produção destacam principalmente a renovação do centro de Ivry-sur-Seine (1972-87) que, juntamente com o a renovação de Givors (1974), rendeu ao arquiteto o *Grand prix national d'architecture* (1978). Assim, este artigo busca contextualizar e entender o que a historiografia atual afirma sobre o projeto de Ivry-sur-Seine e submetê-lo a dois temas contemporâneos: a tectônica, sob o olhar de autores como Müller (1830) e Hartoonian (1994); e o estímulo sensorial do projeto, de forma a compartilhar a experimentação dos espaços públicos sob a visão de Merleau-Ponty (1945), Pallasmaa (1996; 2009), Rasmussen (1959), e Rodrigues (2009).

Palavras-chave: Jean Renaudie; Ivry-sur-Seine; Tectônica; Estruturalismo; Sentidos.

Abstract

Jean Renaudie (1925-1981) was a french architect and urbanist of leftist political orientation that owns important projects in the international context, but is still less explored by the historiography. The few publications about his production highlight the renewal of Ivry-sur-Seine downtown (1972-87), which with the renewal of Givors (1974) yielded the architect the *Grand prix national d'architecture* (1978). Thus, this article seeks to context and understand what does the current historiography relates about the Ivry-sur-Seine's project and to submit it to two contemporary themes: the tectonic, under the scope of authors like Müller (1830) and Hartoonian (1994); and the sensorial stimulation of the project, in order to share the experimentation of the public spaces under the gaze of Merleau-Ponty (1945) Pallasmaa (1996; 2009), Rasmussen (1959), and Rodrigues (2009).

Keywords: Jean Renaudie; Ivry-sur-Seine; Tectonic; Structuralism; Senses.

Aristóteles Cantalice II

é arquiteto e doutorando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Ipojuca - UNIFAVIP e da Faculdade Boa Viagem - FBV.

cantalice2@gmail.com

Ana Holanda Cantalice

é arquiteta e mestre em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. É professora do curso de arquitetura da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e da Faculdade Boa Viagem - FBV.

ana.holanda@gmail.com

INTRODUÇÃO

Jean Renaudie (1925-1981) nasceu na França, ingressou em 1945 na *École Nationale Supérieure des Beaux-arts* e obteve seu diploma governamental de arquiteto DPLG (*diplômé par le gouvernement*) em 1958 (THIBAULT, 2008, p.16). Logo após sua formação, integrou o Atelier de Auguste Perret por um breve período e em seguida se desligou devido a divergências ideológicas e políticas. Formou o *L'Atelier de Montrouge* em 1958, e estabeleceu seu escritório em Ivry-sur-Seine em 1968 (em parceria com sua esposa, René Gailhoustet e Nina Schuch), onde desenvolveu a maioria de suas obras tardias – estas, consideradas as mais importantes de sua carreira.

A ideologia de arquitetura e urbanismo de Renaudie é influenciada pelos debates do *Team-X*, um grupo que surgiu em 1956 e que organizou a edição do CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) de Dubrovnik no mesmo ano. Nessa ocasião o grupo propôs a extinção do CIAM e devido a estar à frente da décima – e última – edição do Congresso, o grupo passou a ser conhecido como *Team-X* (BARONE, 2002, p.62). A origem do grupo é marcada pela necessidade de discutir a humanização dos espaços produzidos como arquitetura moderna a partir da crítica ao funcionalismo proposto pelos CIAM. Entre os mais importantes documentos publicados pelo *Team-X* podemos citar a *Declaração do Habitat* e o *Manifesto de Doorn* ambos vastamente difundidos a partir da segunda parte da década de 1950.

Segundo Barone (2002) a noção do *Habitat* defendida pelo *Team-X* se sustentava num conceito ampliado que considerava não apenas a unidade residencial, mas os espaços de convívio e os espaços públicos, domínios que permitiam a existência de uma vida coletiva no âmbito da moradia. A intenção dos arquitetos do *Team-X* era questionar a validade dos princípios universais da arquitetura moderna pregados pelo CIAM. No entanto, alguns críticos afirmam que a visão da cidade como organismo vivo – que em diversas situações permite arrasar extensas áreas da cidade – que o *Team-X* defende, aproxima-o do Movimento Moderno em diversos aspectos.

Renaudie fez parte dessa nova geração de arquitetos do pós-guerra que pregavam uma renovação na arquitetura e urbanismo (BRESSON, 2010, p.59; CHALJUB, 2007, p.32), e foi com esse mote que ele formou o *L'Atelier de Montrouge*, juntamente com os arquitetos Pierre Riboulet, Gérard Thurnauer e Jean-Louis Vêret. Nos projetos do atelier, percebe-se um urbanismo ousado que se solidariza com diversos conceitos do *Team-X*, principalmente com a

vertente¹ que apoia os princípios de combinação de estruturas celulares (THIBAULT, 2008; BRESSON, 2010, p.93), principalmente devido à noção de estruturas construídas num *continuum* espacial que privilegia a integração dos blocos em detrimento da visão tradicional moderna de edifícios individuais – proveniente da política de reconstrução em massa que passou a ser empregada sem sucesso desde o período entre guerras (FORTY, 2004, p.28-45). Nas edificações propostas para esses planos, nota-se o desenvolvimento do conceito de ‘combinação’ – uma abordagem que procura conexões espaciais internas e externas por meio de diversas passarelas e torres em níveis distintos, e que busca relacionar a arquitetura com o entorno permitindo diversas visadas. Este sistema também foi utilizado por outros arquitetos adeptos do *Team-X*, a exemplo de Denys Lasdun, que batizou o conceito como *urban landscape* ou ‘*strata*’ (CURTIS, 1997, p.543-545). Dentro da produção do *L'Atelier de Montrouge*, os estudos urbanos mais relevantes são o de Gigaro (La Croix-Valmer), o de Bonneterrasse (Ramatuille) e o de Le Vaudreuil.

Durante a década de 1970, Renaudie desenvolveu diversos projetos arquitetônicos e urbanísticos relevantes em seu escritório de Ivry-sur-Seine. Entre eles, podem-se citar a escola de Cergy-Pontoise (1970-72) e as renovações dos centros de Givors (1974) e de Ivry-sur-Seine (1972-87). Estes dois últimos o levaram a receber o *Grand prix national d'architecture* de 1978, e marcaram fortemente sua arquitetura tardia, principalmente a renovação de Ivry-sur-Seine.

Este artigo se detém sobre o projeto de Ivry-sur-Seine estando subdividido em dois momentos: o primeiro, que busca contextualizar e entender o que a historiografia atual afirma sobre o projeto; e o segundo, que procura explorar o projeto sobre a ótica de dois temas contemporâneos: a tectônica e o estímulo sensorial. A questão da tectônica procura entender como Renaudie utiliza a noção de pluralidade celular construtiva aplicando-a a teoria da tectônica trabalhada por autores como Karl Otfried Müller (1830) e Gevork Hartoonian (1994). Já a questão sensorial procura compartilhar a experimentação dos espaços públicos do projeto de Ivry-sur-Seine de for-

1 O *Team 10* é identificado a partir de três vertentes principais: a primeira que pregava a continuidade da crença corbusiana na elaboração de modelos formais arquitetônicos para a resolução dos problemas sociais; a segunda que desenvolveu critérios próprios para a concepção da forma e das relações do homem com o espaço que foi denominada estruturalista holandesa; e a terceira que se afirmou pela valorização das tradições locais, através do uso de referências formais e do respeito às questões culturais pela arquitetura (BARONE, p.62).

ma a demonstrar a percepção dos estímulos sensoriais trabalhada por autores como Maurice Merleau-Ponty (1945), Juhani Pallasmaa (1996; 2009), Steen Eiler Rasmussen (1959) e Sérgio Fazenda Rodrigues (2009).

A RENOVAÇÃO DE IVRY-SUR-SEINE

A renovação de Ivry-sur-Seine ocorreu entre 1972-87 e é apontada como a obra-prima de Renaudie, aquela que condensa a sua peculiar visão de arquitetura e urbanismo. É importante entender que, para Renaudie, arquitetura e urbanismo não se desvinculam, e o projeto da renovação de Ivry-sur-Seine reforça esta afirmação. De acordo com Bresson (2010), o pensamento de Renaudie se opõe violentamente às quatro funções da cidade moderna de Le Corbusier e aos princípios norteadores da Carta de Atenas, pois, para ele, estes aspectos não se adequam à realidade da segunda parte do século XX. Renaudie então concebe o projeto de renovação do centro de Ivry-sur-Seine

pensando arquitetura e urbanismo como um único organismo mutável, repleto de justaposições de funções e surpresas abstratas. No artigo intitulado *Urbanism is architecture* (Urbanismo é Arquitetura), publicado pela *L'Architecture d'aujourd'hui* (Julho 1968), Renaudie reforça essa integração quando defende o urbanismo como um elemento complexo que não pode ser concebido de forma racional, e que a arquitetura só consegue obter significação quando se adapta aos elementos intrínsecos de uma cidade (RENAUDIE, 1968 *apud* SCALBERT, 2004).

Em termos gerais, o complexo conta com sete partes conectadas como células: 1 - Casanova (1972); 2 - Spinoza (1972); 3 - Jeanne Hachette (1973); 4 - Liegát (1981); 5 - Cité du parc (1981); 6 - Marat (1986); e 7 - Cité Voltaire (1987) (THIBAUT, 2008, p.14-15) (ver figura 1). A quantidade de alojamentos das partes somam 830 unidades horizontais, que, unidas às dos edifícios verticais também projetados por Renaudie totalizam cerca de 1700 alojamentos (SCALBERT, 2004, p.45). Em Ivry-sur-Seine vê-se uma justaposição de elementos numa estrutura complexa como Renaudie (1968 *apud* SCALBERT,

Figura 1:
Planta geral
com os blocos
de Ivry-sur-
Seine. Croqui
dos autores





Figura 2: Vista das partes Jeanne Hachette e Cité Voltaire integradas sobre a rua. Foto dos autores.

2004) prevê em seus escritos: o térreo é majoritariamente dedicado ao comércio e serviços, os setores intermediários são dedicados a ateliers e escritórios, e os setores superiores à habitação.

O projeto de renovação de Ivry-sur-Seine é reconhecido pela historiografia atual como um dos principais exemplares relacionados à noção estruturalista na arquitetura e suas partes edificadas são comumente relacionadas ao movimento brutalista pelo vasto emprego do concreto. Em adição a isso, o trabalho de abstração aliado ao conceito de *strata* trabalhado por Renaudie confere um ar único ao conjunto (ver figura 2) que demonstra essa noção de organismo mutante ou célula biológica que cresce com o passar dos anos, e se conecta transmutando-se e adaptando-se como faria no meio natural.

A PLURALIDADE CELULAR CONSTRUTIVA E A TECTÔNICA

A tectônica é uma teoria que vem sendo explorada nas últimas décadas por uma série de pesquisadores, e procura estabelecer uma relação estreita entre herança projetual e tecnologia. Apesar de a abordagem tectônica encontrar precedentes em Karl Otfried Müller, Karl Gottlieb Wilhelm Bötticher e Gottfried Semper durante o debate alemão do século XVIII (HERRMANN, 1992, p.2-7), foi a partir de fins do século XX que a tectônica tomou corpo como uma teoria contemporânea válida, principalmente a partir dos escritos de Kenneth Frampton² em um artigo

intitulado *Rappel a l'ordre* (1990) e posteriormente em seu livro *Studies in Tectonic Culture* (1995). Após esse período, diversos outros teóricos debruçaram-se ao termo, assim como: Gevork Hartoonian, Peter Collins, Edward Ford, Ulrich Pfammatter, Vittorio Gregotti, Marco Frascari, Andrea Deplazes, Detlef Mertins, entre outros.

A palavra tectônica advém do termo grego *tekton*, que significa construtor ou carpinteiro (FRAMPTON, 1995). Em termos gerais, ela procura relacionar a arquitetura com a cultura construtiva local, atribuindo valor ao saber fazer, pois a concepção arquitetônica é essencialmente subordinada à definição dos materiais e técnicas construtivas. A tectônica procura “[...] introduzir a distinção entre a dimensão ‘ontológica’ e a dimensão ‘representacional’ das formas [...]” (LEGAULT, 1996, p.26), estabelecendo uma relação harmônica entre estrutura (teor objetivo) e herança cultural (teor subjetivo). O projeto de Ivry-sur-Seine pode ser visto sobre a ótica da teoria da tectônica apesar de Renaudie a ter utilizado de forma inconsciente, pois seus textos e reflexões demonstram indiretamente referências aos conceitos que também são abordados pela tectônica.

No artigo *Urbanism is architecture* (1968), Renaudie emprega o conceito de ‘pluralidade celular’. Este conceito baseia-se na ideia de que a cidade é uma complexa justaposição de necessidades que podem ser vistas como as células de um corpo, que conectadas fazem com que o organismo (cidade) funcione. Dentro dessa ‘pluralidade celular’ o autor procura definir a arquitetura como uma parte intrínseca do organis-

2 Onde se diz ‘retornado na contemporaneidade’, se faz referência a Frampton como aquele que resgatou a teoria da tectônica devido a seu esforço em divulgar o termo nos debates arquitetônicos. No entanto, vale citar que Peter Collins em

seu livro *Concrete* (1959) já retoma o termo de forma transversal, e que em 1964 Eduard Sekler escreveu um artigo intitulado *Structure, Construction, Tectonics* que resgata o termo trazendo-o para o debate atual.

Figura 3:
Perfil
longitudinal
esquemático
do bloco Marat
de Ivry-sur-
Seine. Croqui
dos autores.



mo urbanístico quando aponta que “nós podemos então afirmar que arquitetura e urbanismo são um todo único” (RENAUDIE, 1968 *apud* SCALBERT, 2004, p.24. Tradução dos autores), e, apesar da ‘pluralidade celular’ parecer ser deveras abstrata como conceito, ela tem seus alicerces muito bem estudados por Renaudie, que conseguiu implementá-la em sua totalidade em diversos projetos no correr de sua carreira. É fato que o princípio da ‘pluralidade celular’ e a própria obra construída de Renaudie se alinham em diversos aspectos com a teoria da tectônica, embora neste artigo sejam abordados apenas dois deles: a maneira com que Renaudie entende a cultura urbana de um local e propõe sua estruturação geral; e como Renaudie concebe as células arquitetônicas com o uso predominante do concreto.

Em relação ao primeiro aspecto, é possível entender que o conceito de ‘pluralidade celular’ como adotado em Ivry-sur-Seine, apesar de alinhar-se com o pensamento estruturalista (que será explorado mais a fundo a seguir), pode alinhar-se também com o conceito de *hearth* que foi desenvolvido por dois pioneiros da teoria da tectônica: Karl Otfried Müller em *Handbuch der Archäologie der Kunst* (Manual da Arqueologia da Arte), de 1830; e Gottfried Semper, em *Die vier Elemente der Baukunst* (Os quatro elementos da arquitetura), de 1851. O conceito de *hearth* remonta a criação conceitual de uma estrutura a partir de uma necessidade social subjetiva (MÜLLER, 1850 [1830], p.316), e pode ser exemplificado desde uma lareira de uma habitação (como ponto central e seguro para aqueles que ali habitam), até um desenho de uma praça de subúrbio (para referência de alguns quarteirões em um plano urbano).

No caso de Ivry-sur-Seine, a noção de *hearth* se apoia na justaposição dos setores que formam um ‘todo’ celular a partir da aglutinação das necessidades da sociedade. Essa concepção de justaposição expressa claramente a noção de comunidade citada por Semper (1989 [1851]) não de forma individual (construções isoladas), mas sim aplicada num espectro mais amplo, o da cidade. Nesse aspecto, o princípio celular de Renaudie guarda certa referência

com a expansão setorial quase caótica das cidades da Idade Média, que se verticalizavam para estabelecer as moradias enquanto se mantinham com todos os interesses comerciais ao nível da rua.

É possível perceber o resgate dessa setorização natural por Renaudie, pois, sendo ele oposto à setorização modernista, resgatava uma espécie de planejamento ‘natural’ das cidades, apoiando-se nessa retórica celular. Em Ivry-sur-Seine essa justaposição está bastante clara, e percebe-se a mistura de setores obedecendo a certos princípios estruturantes (ver figura 3): o setor do subsolo é destinado a estacionamento (roxo); o setor que tem início no nível da rua encontra-se voltado predominantemente para o comércio e serviços gerais (laranja); o setor mediano reserva espaços para escritórios, ateliers e demais atividades que não necessitam de tanta integração com a rua (amarelo), ou que exigem um ambiente mais calmo—este setor já pode incluir poucas unidades residenciais; e os setores mais altos são os que contêm as residências (vermelho), quando alto procuram integração visual através de terraços e jardins, fazendo com que os moradores possam observar tudo o que se passa nos setores mais baixos.

O segundo aspecto tectônico que pode ser aplicado a Ivry-sur-Seine diz respeito à maneira com que Renaudie concebe as células arquitetônicas. Mesmo que o uso vasto do concreto seja comumente relacionado a estruturas monótonas, o projeto de Ivry-sur-Seine demonstra que isso não ocorre, mas, pelo contrário, as soluções propostas por Renaudie renunciam a noção de unidade em prol de uma aleatoriedade calculada.

Esta renúncia da unidade de Renaudie pode ser vista sobre o olhar de Gevork Hartoonian, especificamente em seu livro *Ontology of Construction: On Nihilism of Technology in Theories of Modern Architecture* (1994). Nesse livro, Hartoonian explora o conceito de tectônica apoiando-se em um paralelismo entre a experiência estrutural e espacial através do conceito de *montage*, que trata de um processo de concepção que procura demonstrar os materiais empregados e os detalhes construtivos (sem ofuscá-

-los), para que a forma final não omita o processo de justaposição dos fragmentos constantes no ato de sua montagem. O conceito de *montage* está bastante claro em Ivry-sur-Seine, principalmente pelo fato de que os elementos construídos demonstram uma visão poética da construção, na qual cada pedaço é pensado individualmente, mas sem perder a noção de unidade. Dessa forma percebem-se claramente os encaixes de vigas com os pilares (ver figura 4); a integração dos gradis (ver figura 5), e as ordens de encaixe das placas de concreto, que encaixadas a 90° ou a 45° são marcadas por quinas distintas (ver figura 6).

No entanto, ao analisarem-se todas as partes de Ivry-sur-Seine considerando a *montage*, vê-se que o manejo dos materiais e soluções volumétricas empregadas por Renaudie tem a finalidade de diminuir a noção de unidade, uma vez que uma unidade muito clara tornaria o projeto monótono e repetitivo. O processo de *montage* de uma única parte é semelhante em termos de solução e material (assim como o seria ao se considerar a cultura de construção de uma cidade e os materiais disponíveis). No entanto, cada fachada, cada setor e cada quina são confeccionadas de forma distinta, fazendo com que a noção de fachada única de um 'conjunto' se dissolva frente a tantos detalhes. Estes são representados por reentrâncias e saliências, cheios e vazios, aberturas e pilares distintos (ver figura 7) que se complementam simulando um organismo caótico que se assemelha a construções distintas de uma cidade que cresce espontaneamente. Além disso, cada parte possui suas características distintas, uma vez que cada uma das sete foi concebida com soluções específicas que são facilmente percebidas em relação ao traçado de planta e fachada. Estes traçados podem ser classificados basicamente em cinco grupos principais: ângulos agudos; 45° e 90°; ângulos obtusos; estrelado; e retangular (ver figura 8),

fazendo com que a ideia de cidade torne-se intrínseca ao conjunto dissolvendo ainda mais a noção de unidade.

O ESTRUTURALISMO SENSORIAL DE IVRY-SUR-SEINE

Pode-se dizer que o projeto de renovação do centro de Ivry-sur-Seine se expressa por meio de uma arquitetura e urbanismo de possibilidades. Para Renaudie, seguir um método projetual com critérios pré-definidos e previsíveis resulta quase sempre numa repetição cansativa de habitações, o que é algo negativo e impessoal, onde o habitante não consegue identificar a sua ligação com o lugar – um dos grandes problemas enfrentados pela habitação social. Em 1976, Renaudie publicou o texto *To give voice to that which was silent* (Para dar voz àqueles que estavam silenciados), onde ele defendeu sua arquitetura livre de pré-definições e criticou os padrões usados para determinar o que é bom ou ruim para cada grupo de pessoas, baseado no que estas pessoas supostamente anseiam para suas vidas de acordo com sua classe social. Assim, ele defendeu que a utilização de uma organização classificada atualmente por alguns como caótica ou desregrada, é o que produz espaços únicos e mais valorosos:

O inesperado na organização das formas de habitação – a descoberta, diversidade, e complexidade – proporcionam todas as condições favoráveis para nos tornarmos atores, e não se pode haver percepção do espaço que não seja em ação. A diversidade do interior, o que incentiva o morador a se apropriar do espaço, torna-se ainda mais importante no caso de grandes blocos de apartamentos... (RENAUDIE, 1976 *apud* SCALBERT, 2004, p.53. Tradução dos autores)

(da esq. para dir.)

Figura 4:
Encaixes de vigas com os pilares.
Foto dos autores.

Figura 5:
Detalhe do gradil.
Foto dos autores.

Figura 6:
Marcação de quinas em concreto encaixadas a 90° e a 45°. Foto dos autores.



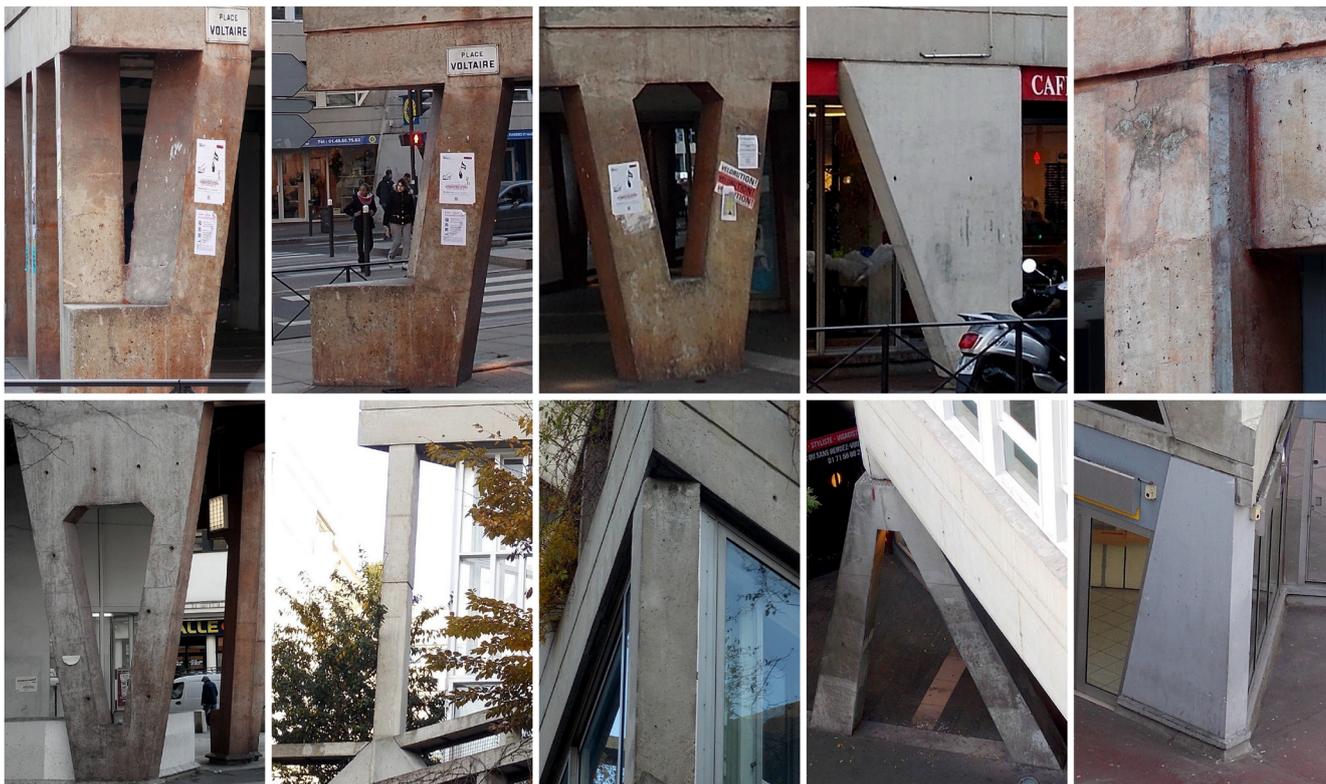


Figura 7:
Soluções de pilares distintos. Fotos dos autores.

Vale salientar que esta questão de espacialidades únicas não se restringe apenas à escala da unidade habitacional, mas também atinge a escala da cidade. A postura arquitetônica e urbanística de Renaudie de negar-se em classificar pessoas em padrões para habitações o fez perceber a arquitetura e a cidade – sobretudo no âmbito da habitação social – não como unidades básicas e tipos de consumo, mas como uma oferta de complexas relações espaciais e pessoais, e é justamente por este sentido que se pode pensar na arquitetura de Renaudie como estruturalista.

Ele [Renaudie] tinha o hábito de dizer *‘les gens, je ne pas connaît’s’* (as pessoas, eu não sei quem elas são), assim como Lévi-Strauss havia declarado ‘eu não sei o que a sociedade humana é.’ Não conhecendo as pessoas, ele procurou então estabelecer critérios para a luz, pontos de vista, flexibilidade e a amplitude aplicável a toda sociedade humana. (SCALBERT, 2004, p.50. Tradução dos autores)

A tal postura estruturalista de Renaudie busca a liberdade, é abrangente, e busca atender a todos de uma forma única, não padronizada e não repetitiva. Os critérios de luz, pontos de vista, flexibilidade e amplitude resultam em uma multiplicidade de ambientes ímpares. Há então uma pluralidade de espacialidades e ambiências criadas entre as complexas relações dos critérios. As relações entre essas materialidades e imaterialidades são, por sua vez, interpreta-

das pelos sentidos dos habitantes, que podem obter uma infinidade de experiências diferenciadas dependendo do local em que eles se encontram e considerando as diferentes condições de tempo ou clima. Seria então uma arquitetura estruturalista sensorial.

Em se tratando de sentidos e experimentação, vale destacar a contribuição do teórico francês Maurice Merleau-Ponty em seu livro *Phénoménologie de la perception* (1945), que defendeu que a experiência é o meio necessário para se apreender o espaço. Para Merleau-Ponty a apreensão é captada pelos sentidos, que se comunicam entre si e que, em consonância, formulam e definem a mensagem do espaço interpretado. Ou seja, a experimentação pelo corpo é necessária para o entendimento do espaço: “Eu não poderia apreender a unidade do objeto sem a mediação da experiência corporal.” (MERLEAU-PONTY, 1994, p.273). Os sentidos não possuem uma ordem hierárquica ou de prevalectimento para a interpretação espacial, pois todos eles trabalham juntos: “Toda experiência tocante da arquitetura é multissensorial; a qualidade de espaço, matéria e escala são mensuradas igualmente pelo olho, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e pelos músculos.” (PALLASMAA, 2005 [1996], p.41. Tradução dos autores).

Para o caso do projeto de Ivry-sur-Seine, percebe-se que os critérios/estruturas do projeto resultam num verdadeiro cardápio estimulante de sentidos para o corpo do transeunte. O jogo de aberturas e fechamentos, de leveza e peso, claro e escuro rebatem

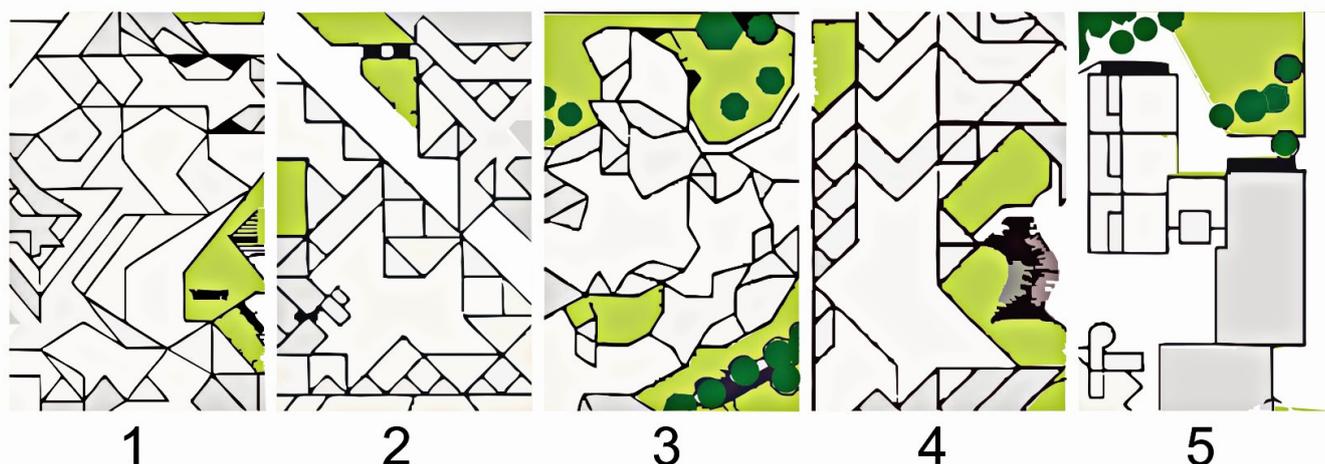


Figura 8: Classificação básica dos traçados das partes: 1-ângulos agudos; 2-45° e 90°; 3-ângulos obtusos; 4-estrelado; 5-retangular. Desenho dos autores.

nas formas e nas superfícies que estimulam os cinco sentidos de forma conjunta. A cada ambiente em que se adentra, seja mais aberto ou mais fechado, um novo conjunto de fatores se apresenta: sons abafados ou canalizados, cheiros diferentes, descobertas de texturas e novas visualizações. A interpretação da sobreposição dos blocos pontiagudos em alguns trechos parecem até mais pesados que outros, e relembra a passagem em que Rasmussen (1998 [1959], p.22) destaca que “impressões de dureza e maciez, de peso e leveza, estão relacionadas com o caráter superficial dos materiais” – ou seja, percebe-se a “fala” dos elementos materiais e imateriais do projeto de Renaudie.

A não repetição e o uso do não óbvio surpreende o transeunte a cada momento. Para aqueles que possuem os cinco sentidos funcionais, logo à saída da estação Mairie d’Ivry primeiro impacto é ligado à visão quando se percebe as grandes massas de concreto pontiagudas empilhadas num ritmo não constante, como uma festa de rotações que resulta num grande jogo de balanços. Sobre a Av. Georges Gosnat uma conexão entre os edifícios é feita desorientando o transeunte que se questiona se os edifícios se desenvolveram sobre a rua ou se a rua passou por entre os blocos de concreto (ver figura 9). A dinamicidade

é destacada em todos os aspectos, seja na forma ou no funcionamento da estrutura urbana. Os carros passam por entre as massas de edifícios e as pessoas podem ora permanecer no nível da rua – ao mesmo tempo que observam outros níveis acima –, ora subir pelas escadas que se abrem através de diagonais convidativas e patamares generosos (ver figura 10).

A relação entre os diferentes planos e o jogo de permeabilidade e fechamento visual é bastante explorada em todos os níveis do projeto. As várias escadas que dão acesso aos terraços públicos e às unidades habitacionais e comerciais aparecem como elementos ativos na experimentação desses espaços, embora não se destaquem no conjunto, pelo contrário, se anulam e se escondem entre o grande jogo de volumes. A participação das escadas na experimentação espacial é destacada por Rodrigues (2009, p.55):

Para além da sua forma, do seu tamanho, ou daquilo que também encerra, a escada é um elemento que introduz uma outra dimensão na maneira como ocupamos o espaço. Na verdade, seja para percorrer, seja para nela permanecer, a escada obriga a um movimento e a um contacto deliberado com o corpo do seu utilizador. É nesse contacto que cada escada encerra uma experiência própria. Na maneira como a tocamos, segurando um firme



Figura 9: Conexão entre as partes Jeanne Hachette e Cité Voltaire sobre a Av. Georges Gosnat. Foto dos autores.



Figura 10: Vista da dinamicidade das massas a partir de uma das escadas. Foto dos autores.



Figura 11:
Vista da Place
Voltaire ao
nível da rua.
Foto dos
autores.

corrimão de madeira ou uma frágil guarda metálica, esforçando o nosso passo à altura dos degraus.

Acima da estrutura da passarela-terraço, por cima da Av. Georges Gosnat, o transeunte percebe-se circundado pelas mais diferentes funções: abaixo dos seus pés está um restaurante de comida chinesa que exala os cheiros mais variados, o que também estimula o paladar, positivamente ou negativamente. No mesmo nível da passarela há diferentes escritórios. Estendendo-se a visão aos patamares superiores, percebe-se que muitas células são habitações em meio a tantos jardins e escadas que fazem a conexão e a disposição dinâmica dos volumes. Dentre as passarelas a noção de comunidade e variedade de usos pode ser observada a partir dos diferentes espaços criados.

Ao passar por vários jardins e passarelas o transeunte percebe uma nova visada, assim como o som, cheiro, ou a orientação dos ventos, que provocam sensações de maior ou menor acolhimento. Os edifícios funcionam como verdadeiros empilhamentos de funções da cidade, e esta, por sua vez, pode ser vista, cheirada, ouvida, assim como Rodrigues (2009, p.48) destaca que se deve “ouvir os sons que se produzem, mas, sobretudo, ouvir a reverberação do que nos envolve. [...] trata-se de ter atenção e ouvir a forma como os edifícios espelham ou absorvem a vida que os circunda.” Ao mesmo tempo, o tato é constantemente estimulado pelas diferentes texturas

(concreto, vidro, esquadrias metálicas, grandes áreas de jardins – terra e massa verde), e também é posto em prática através dos outros sentidos, pois, segundo Pallasmaa (2013 [2009], p. 102-103) “todos os sentidos, inclusive a visão, são extensões do tato; os sentidos são especializações da pele e todas as experiências sensoriais são modos de toque e, portanto, relacionados à taticidade.”

O fator surpresa é outro elemento que sempre está presente no experimentar dos espaços do projeto de Renaudie. A exemplo disso pode se citar o espaço da *Place Voltaire*, que possui quatro diferentes acessos ao nível da rua, e que se apresenta como um espaço octogonal livre com grandes dimensões, funcionando como um grande respirador para o observador após passar por tantas massas empilhadas de concreto (ver figura 11). As diferentes maneiras com que os blocos suspensos tocam o piso também chamam atenção do observador, que nota os espaços cobertos que formam galerias com pés-direitos variados (ver figura 12). Os blocos são dispostos como se estivessem avançando para o centro da praça, acentuando a noção de dinamicidade do conjunto.

As gradações dos estímulos sensoriais permitem ao transeunte perceber que, mesmo estando a todo o momento numa parte externa – experimentando o espaço urbano - a multiplicidade criada pelos diferentes posicionamentos dos volumes, aberturas, fechamentos, disposição de usos, sombras, luz e cores

resultam em ambiências completamente distintas, mas que pertencem a um grande conjunto idealizado pelo mesmo arquiteto. Há inúmeras identidades diferentes, mas que se comunicam fazendo parte de um mesmo todo. Ao mesmo tempo em que os espaços são diferentes, eles possuem uma linguagem semelhante, mesmo tendo partes que admitem cor, texturas, ou até mesmo traçados diferenciados (como foi visto anteriormente na figura 8).

A experiência corporal vivida no projeto de Renaudie é bastante rica para o transeunte, tanto na escala urbana quanto na escala do edifício. O que vale destacar no projeto de Renaudie é que sua postura projetual com base na 'pluralidade celular' possibilita uma interação corporal muito mais rica e que é levada para a rua de forma acessível, intrigante e convidativa. No caso do projeto de renovação de Ivry-sur-Seine, percorrer ruelas, subir e descer escadas, experimentar os claros e escuros, sentir as diferentes texturas e os diversos cheiros, é algo que não se limita ao interior da área edificada, mas que perpassa para todo o perímetro dela.

CONCLUSÃO

Através dessa análise, é possível observar que a obra de Jean Renaudie trabalha de maneira exaustiva as esferas objetiva (tectônica) e subjetiva (sensorial). Na questão objetiva, foi destacado o conceito de 'pluralidade celular' visto sob a ótica da tectônica, quando o arquiteto demonstra de forma efetiva, através das montagens e combinações distintas, que a reprodução de seu modelo pode ser entendida como algo natural e não controlado em termos construtivos. Já no aspecto subjetivo, a postura estruturalista do arquiteto proporcionou uma multiplicidade de ambiências expressas por cores, texturas, jogos de volumes, luz e sombras e diferentes tipos de organização que se comunicam entre si, estimulando o corpo do transeunte de maneiras diversas sem perder o sentido de completude do projeto.

Por fim, fica claro que Renaudie vai além de somente demonstrar solidariedade com conceitos arquitetônicos como o brutalismo e conceitos urbanísticos como os do *Team-X*, pois é possível identificar que o projeto transforma-se em uma expressão única de seu intelecto, principalmente quando visto sobre a ótica da teoria da tectônica e das questões sensoriais que remetem a seus escritos. Renaudie procurou desenvolver em seus escritos ideais arquitetônicos e urbanísticos que pudessem melhorar as relações sociais de uma cidade e a vida das pessoas que a habitam e, sem dúvida, esse objetivo foi alcançado com maestria na renovação de Ivry-sur-Seine.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARONE, Ana Claudia Castilho. **Team 10: Arquitetura como crítica**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.
- BRESSON, Sabrina. **Du plan au vécu. Analyse sociologique des expérimentations de Le Corbusier et de Jean Renaudie pour l'habitat social**. Thèse doctorale: Université François Rabelais de Tours, 2010.
- CHALJUB, Bénédicte. **Les oeuvres des architectes jean renaudie et renee gailhoustet - 1958-1998**. Thèse doctorale: Université Paris VIII – Saint-Denis, 2007.
- CURTIS, William. **Modern Architecture since 1900**. London: Phaidon Books, 1997.
- FORTY, Adrian. **Cold War Concrete**. In: Eesti Kunstiakadeemia & Autorit. *Constructed Happiness Domestic Environment in the Cold War Era*. Estonian Cultural Endowment, Estonian Academy of Arts: 2004.
- FRAMPTON, Kenneth. **Rappel à l'ordre: argumentos em favor da tectônica**. 1990. In: NESBITT, Kate. *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory, 1965-1995*. Princeton: Princeton Architectural press, 1996.
- _____. **Studies in Tectonic Culture**. Cambridge,

Figura 12: Diferentes formas de toque dos blocos circundantes à Place Voltaire. Notam-se os pés-direitos ao nível da rua com alturas distintas. Foto dos autores.



- Massachusetts: The MIT Press, 1995.
- HARTOONIAN, Gevork. **Ontology of Construction: On Nihilism of Technology in Theories of Modern Architecture**. Cambridge: University Press, 1994.
- HERRMANN, Wolfgang. **In What Style Should We Build? The German Debate on Architectural Style**. Santa Monica CA: The Getty Center publication, 1992.
- LEGAULT, Réjean. **The Tectonic Trajectory**. In: CHUPIN, Jean-Pierre; SIMONNET, Cyrille (Orgs.). *Le projet tectonique*. Gollion: Infolio, 2005.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1994.
- MÜLLER, Karl Otfried. **Ancient and its remains; a Manual of the archeology of art**. London: A.Fullarton and Co. Newgate Street, 1850.
- PALLASMAA, Juhani. **The Eyes of the Skin. Architecture and the Senses**. New York: John Wiley, 2005.
- _____. **As mãos inteligentes: a sabedoria existencial e corporalizada na arquitetura**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- RASMUSSEN, Steen Eiler. **Arquitetura vivenciada**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- RODRIGUES, Sérgio Fazenda. **A casa dos sentidos**. Lisboa: ARQCOOP, 2009.
- SCALBERT, Irénée. **A right to difference: the architecture of Jean Renaudie**. London: Architectural association, 2004.
- SEMPER, Gottfried. **The Four Elements of Architecture**. 1851. In MALLGRAVE; HERRMANN [org.]. *The Four Elements of Architecture and Other Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- SERGE, Thibault. **Espaces habités, Espaces Anticipés: Cités territoires environnement et sociétés**. Paris: Rapport de Recherche - Agence Nationale de la Recherche (ANR), 2008. ■

Larissa Rodrigues de Menezes

O Coque e a convenção urbana no Recife

Resumo

O presente artigo tem como objetivo debater as recentes investidas que o capital imobiliário tem feito em áreas pobres consolidadas e outras áreas protegidas no Recife - Pernambuco -, contando inclusive com a ajuda de decretos e aprovações irregulares por parte do governo municipal. A discussão tomará como base a noção de convenção urbana e de fragmentação.

Palavras-chave: Convenção Urbana; Fragmentação; Verticalização; Recife; Coque.

Abstract

This article aims to discuss the recent advances performed by the real estate market over consolidated poor areas and other protected areas in Recife - Pernambuco - which also count on the help of decrees and irregular approvals by the municipal government. The discussion will be based on the notion of urban convention and fragmentation.

Keywords: Urban Convention; Fragmentation; Highrise; Recife; Coque.

Larissa Rodrigues de Menezes

é arquiteta e mestranda no programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE.

larissarmenezes@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca lançar luz sobre as recentes investidas do capital imobiliário em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e outras áreas protegidas na cidade do Recife – capital de Pernambuco –, em especial no que diz respeito à ZEIS Coque, no centro da cidade. Para tanto, serão usados como fundamentação os conceitos de convenção urbana, como explicitado por Abramo (1995), e de fragmentação, baseado no trabalho de Lacerda (2012).

A ZEIS Coque está localizada na região central do Recife, nos bairros de Ilha Joana Bezerra e São José, o qual, por sua vez, é o bairro com o maior número de monumentos históricos tombados em nível federal da cidade, possuindo também parte de sua área protegida como patrimônio histórico-cultural em esfera municipal. O Coque tem, portanto, localização privilegiada. É cortado pela via perimetral que conecta as zonas norte e sul da cidade – e da região metropolitana – e pela linha do metrô, possuindo um Terminal de Integração (TI) em seu território. Além de fazer fronteira com um bairro de grande importância histórica, também está próximo ao polo médico do Recife, um dos maiores do país.

Apesar de suas vantagens locais, em 2005, o Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife¹ publicou um ranking do Desenvolvimento Humano, no qual o Coque ficou em último lugar dentre as ZEIS. De acordo com as lideranças locais, lá residem cerca de 40 mil pessoas, que enfrentam diversas dificuldades, inclusive em conseguir empregos fora do Coque, devido ao preconceito associado ao lugar. No entanto, em vez de se mudar, a população luta por melhorias² em seu local de moradia que não signifiquem a expulsão dos moradores, assegurando o direito de permanência reconhecido para habitantes de ZEIS.

AS ZEIS NO RECIFE E A TERRA DO COQUE

A lógica da necessidade faz com que as famílias excluídas do mercado imobiliário procurem nos interstícios da urbanização formal locais de escasso valor fundiário, em decorrência da localização: distante, em encostas ou áreas inundáveis (MORA, 2010). Os mangues do Recife foram sendo ocupados aos pou-

cos, desde o século XVII, adensando-se após a abolição da escravatura. Os moradores dos mocambos nos mangues estabeleciam uma luta diária contra as águas, aterrando e criando eles mesmos os terrenos onde iam morar. “Assim surgiram o Coque, os Colhos, a Ilha de Joaneiro, e outras favelas que, hoje, ainda guardam a história remota da ocupação das áreas pobres da cidade” (SOUZA, 2002, p.138).

Em relação ao surgimento do Coque, existem diversos relatos. De acordo com Freitas (2005), a região começou a ser densamente povoada, com a construção de mocambos, no final do século XIX – à época da abolição da escravatura – com picos mais acelerados no início dos anos 1940-50 e 1970-80. A área era revestida de mangues e árvores, tendo passado por aterros sucessivos feitos pelos próprios moradores.

Na década de 1930, o interventor Agamenon Magalhães resolve erradicar os mocambos recifenses, vistos como “males que atravancavam o progresso” (MORA, 2010, p.401). Em 1939, foi criada a Liga Social contra o Mocambo – entidade privada –, através da qual foram destruídos 13 mil mocambos e construídas 7 mil casas, deixando um saldo de desabrigados que emigraram do Recife ou deslocaram-se para os morros de Casa Amarela. A densa vegetação e os mocambos foram substituídos por avenidas, viadutos e aterros com grandes edificações. No entanto, algumas comunidades resistiram. A luta pela moradia mudou de lugar e de forma: de luta contra as águas, passou a luta pela posse da terra (Souza, 2002).

As comunidades do Recife começaram a se mobilizar a partir de 1931 (FREITAS, 2005) e a comunidade do Coque esteve inserida nessa rede de mobilização desde o princípio. A partir das décadas de 1970/80, começam a surgir as principais associações da comunidade que, com assessoria de ONGs externas, lutavam pelo direito de permanência. Em conjunto com as lutas de outras comunidades tradicionais, como Brasília Teimosa, na zona sul da cidade, foram dados os primeiros passos para o reconhecimento oficial dos direitos de permanência da população.

Em resposta a essas mobilizações, em 1978, a União cedeu as terras do Coque à população, devendo o município regularizar a questão fundiária e urbanizar a área (FREITAS, 2005). Em 1983, a Prefeitura do Recife sancionou a Lei 14.511 de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), na qual se reconhecia a existência de 27 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) – dentre as quais, o Coque –, constituídas por assentamentos espontâneos, habitados por população de baixa renda, e que seriam regidos por normas urbanísticas especiais para assegurar a permanência da população. O Plano de Regularização das Zonas

1 Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/atlas-municipal/>>

2 Ver exemplos da organização da comunidade em <<http://coqueresiste.tumblr.com/>>; <<http://coquevive.wordpress.com/>>; entre outros.

Especiais de Interesse Social (PREZEIS), que definia os princípios, diretrizes, estratégias e mecanismos institucionais necessários para regularização fundiária e urbanização, foi aprovado pela Câmara Municipal em 1987 e incluído na Lei Orgânica Municipal em 1990. Atualmente, a cidade conta com 66 ZEIS, que correspondem a 80% do território de áreas pobres municipais (Mora, 2010).

Apesar da proteção definida pela ZEIS e da obrigação de regularização fundiária, para o Coque (e para a maioria das ZEIS do Recife), isso não aconteceu, a despeito da concessão do terreno por parte da União ainda em 1978. O Coque passou a ser uma área cobiçada, por sua excelente localização no centro, às margens do Rio Capibaribe, vizinho ao polo médico e no caminho para as áreas nobres da zona sul. Em 40 anos, o Coque perdeu cerca de 51% do seu território (Coque (R)Existe, 2013).

Em 1975, um projeto de readequação urbanística para evitar cheias realocou moradores para o Ibura e o Jordão, afastados do centro. Em 1978, famílias foram desalojadas para a construção do viaduto Capitão Temudo. Em 1980, 700 famílias foram expulsas da comunidade devido às obras do metrô. Em 1985, parte do terreno do Coque foi cedida para a construção do Fórum Rodolfo Aureliano. Em 2012, mais famílias foram desapropriadas para as obras de alargamento do viaduto Capitão Temudo e para a ampliação da Estação de Metrô Joana Bezerra.

Observa-se que a municipalidade tem feito uso extensivo de um terreno que pertence à União – e que foi cedido para a regularização de posse –, ao mesmo tempo que não cumpre a determinação legal de regularização fundiária da ZEIS. Nenhuma dessas obras trouxe benefícios diretos para a comunidade. Para a construção do Fórum, alegou-se que esse traria empregos para a população. De acordo com as lideranças do Coque, somente sete empregos foram criados para os habitantes locais.

DIVISÃO ECONÔMICO-SOCIAL DO ESPAÇO (DESE) E CONVENÇÃO URBANA

A situação acima explicitada para o Coque se insere no atual “regime urbano” do Recife. De acordo com Abramo (1995), o regime urbano identifica fases particulares da relação do capital e da estrutura urbana e é formado pela articulação entre essas partes, que varia ao longo do tempo e do espaço, a depender das características particulares do regime de acumulação em vigor. As características do espaço construído da cidade sob o regime de acumulação fordista serão di-

ferentes daquelas que se estruturarão a partir de um regime de fordismo periférico, por exemplo.

Para Lipietz (*apud* Abramo, 1995), as formas como as classes sociais se apropriam da espacialidade – o regime urbano – se reproduzem sob a lógica de uma determinada relação social de produção, portanto, do regime de acumulação vigente. Nesse sentido, o autor espacializa a divisão social do trabalho a partir da definição do conceito de Divisão Econômico-Social do Espaço (DESE). Para que a DESE vigente se reproduza ao longo do tempo, é necessário que haja um mecanismo regulador, o qual pode apresentar-se de diferentes formas, duas das quais seriam o regime concorrencial e o regime monopolista ou fordista.

No regime concorrencial, os produtores residenciais não são capazes de modificar as características socioeconômicas da DESE. Eles concorrem entre si por meio das ofertas de preço do terreno, que seriam determinadas pela escala social do bairro na DESE, definida historicamente – os chamados “bairros nobres” teriam preços mais altos.

A partir das propostas dos chamados “reformadores urbanos”, de colocar em prática novas formas de vida (por exemplo, a cidade-jardim de Howard), foram lançadas as bases para a forma de regulação monopolista, na qual os capitais individuais conquistam o poder de modificar a DESE e passam a elaborar propostas de novas espacialidades que negam a DESE preexistente. Essa nova forma de regime urbano libera os capitais em seu processo de autoexpansão, mas amplifica as incertezas quanto à oferta de moradias, pois a DESE futura, a ser criada, será o resultado agregado de um conjunto de decisões individuais descentralizadas.

Citando Lipietz, Abramo menciona que esse problema da incerteza se aplica também em operações de renovação e de criação de novos centros urbanos, fazendo com que o Estado intervenha através de expropriações, alocação de unidades administrativas e/ou culturais, eliminando as possibilidades de bloqueio da operação de negação da antiga espacialidade e dando à sociedade sinais de que o Estado ratifica a nova espacialidade proposta pelos capitais privados (ABRAMO, 1995).

O processo acima explicitado vem sendo verificado consistentemente no Recife ao longo dos anos e, como vimos, descreve o que vem acontecendo na terra do Coque pelo menos desde a década de 1970 – a partir do reconhecimento de sua posição de centralidade –, com diversas desapropriações e expulsões para obras consideradas de utilidade pública, negando e impedindo a permanência e reprodução da espacialidade daquela ZEIS.

Outra forma encontrada pelo mercado para lidar

com as incertezas do regime monopolista é a “convenção urbana”, que guia a tomada de decisão sobre os empreendimentos nos quais investir (ABRAMO, 1995). Uma vez que a DESE futura é incerta, os empreendedores imobiliários especulam sobre as intenções de produção dos outros empreendedores, num processo em que o receio de um investimento errado pode produzir ou um comportamento imitativo ou uma “opinião média”, que seria a “convenção urbana”.

A convenção urbana configura-se como a forma de coordenação dos empreendedores imobiliários quando suas ações são guiadas pela negação da DESE preexistente. Além de aumentar as certezas dos empreendedores, a convenção urbana influencia na tomada de decisão dos consumidores, que, ao temerem mudanças na DESE que produzam uma “variação hierárquica” da sua localização, com desvalorizações monetárias de suas propriedades, também procuram um horizonte de maiores certezas, validando a nova espacialidade proposta. Essa ratificação por parte dos consumidores transforma a convenção urbana numa “profecia autorrealizadora”, estabilizando temporariamente as incertezas da DESE futura (ABRAMO, 1995).

Será necessária uma breve descrição da formação da cidade brasileira e, em especial, do Recife, para compreender como as formas de morar nessa cidade, com suas “variações hierárquicas” de localidade, determinam as atuais convenções urbanas que têm levado às contínuas investidas sobre o estoque construído e sobre as comunidades consolidadas da cidade.

A FORMAÇÃO FRAGMENTÁRIA DA CIDADE BRASILEIRA

As cidades brasileiras, de acordo com Leitão (2005), desenvolveram-se reproduzindo as mesmas características da organização social que formou a casa-grande patriarcal: centralismo, domesticidade, rejeição aos espaços públicos.

O sobrado urbano, que veio a substituir a casa-grande rural como moradia dos antigos senhores de engenho, herdou a sua marca de distinção, de prestígio social e pretensa fidalguia (LEITÃO, 2005). A arquitetura refletia – na forma, nos materiais, volumetrias e número de pavimentos – o *status* social de cada morador. A negação da rua e o desprezo pelo rés do chão fez surgir a verticalização e o distanciamento da rua como forma de distinção social, processo que se verifica acentuadamente no Recife, marcando a convenção urbana adotada pelos empreendedores imobiliários.

Como consequência dessas características priva-

tistas, a cidade brasileira produziu e continua produzindo ambientes fragmentados, centrados no espaço privado. A primazia do espaço privado materializa-se na construção de condomínios fechados; na proliferação de edifícios verticalizados com muros altos, guaritas e equipamentos de lazer internos; nos *shopping centers*; em conjuntos ou polos administrativos, universitários, jurídicos etc. Em comum, todos esses espaços “se fecham em si mesmos” (LEITÃO, 2005, p. 238) e apresentam pouca integração com a cidade que os contém e articula.

A divisão da cidade em partes que podem ser individualizadas é classificada por Lacerda (2012) como “fragmentação”. Essas partes podem ser identificadas – tanto pelos diferentes padrões de uso e ocupação do solo quanto pelos níveis de provimento de infraestruturas – e estão espacialmente articuladas por meio de infraestruturas que garantem a mobilidade de matéria, de pessoas e de informações. Essas articulações acontecem, no entanto, em diferentes graus de integração, com fragmentos mais bem integrados do que outros.

De acordo com Lacerda (2012), a fragmentação espacial está presente nas cidades desde o período colonial, conforme afirma também Leitão, sendo um movimento que norteou e continua a nortear o processo de configuração espacial metropolitana, diferenciando-se de acordo com os regimes de acumulação capitalista, tal qual o “regime urbano” como classificado por Abramo.

Com o início da expansão em larga escala da cidade, Lacerda destaca duas fases de fragmentação distintas:

Fragmentação com continuidade espacial (1960 – 1990): fase marcada por modelos de ocupação extensiva e intensiva. A ocupação extensiva aconteceu com a expansão urbana para as periferias e cidades vizinhas, gerando diversos fragmentos pouco articulados no tecido urbano. A ocupação intensiva caracterizou-se pela substituição de estruturas construídas, através da verticalização de áreas residenciais de alta qualidade ambiental. Esse processo de negação da DESE preexistente ocorreu no ambiente de certezas fornecido pelos chamados “bairros nobres” – onde as classes média e alta intencionavam habitar, criando uma nova convenção urbana de edifícios verticalizados e fechados para as ruas e afetando grandemente bairros tradicionais como Espinheiro e Casa Forte, na zona norte do Recife. Um dos instrumentos privilegiados dessas transformações foi a dinamização do mercado imobiliário, impulsionado pela fragmentação social decorrente da crescente diferenciação social, largamente impulsionada pela divisão técnica e social do trabalho.

Fragmentação com e sem continuidade espacial

(a partir de 1990): potencialização das características acima descritas, através da inserção da economia brasileira na globalização, o que acarreta uma nova recomposição social, fundamentada nos hábitos de consumo. Multiplicam-se os condomínios fechados para as classes altas. O processo de substituição do estoque construído dos bairros residenciais continua, surgindo o componente dos megacomplexos imobiliários, com diversos usos além do residencial, em especial de lazer. A inserção do Brasil na economia global após a década de 1990 inaugurou uma nova ordem urbana, que manteve uma continuidade com a ordem preexistente. Não houve, portanto, ruptura. Assim, as metrópoles brasileiras continuam a assumir “formas responsáveis por uma gama de riscos sociais, ambientais, políticos e culturais, decorrentes dessa nova ordem” (LACERDA, 2012, p.22).

Em decorrência de políticas neoliberais aplicadas a partir da década de 1990, a produção do habitat passa a ser majoritariamente regida pelas leis do mercado, baseada na lógica da rentabilidade para permitir a acumulação ampliada do capital. No entanto, o acesso ao mercado imobiliário depende do acesso ao mercado de trabalho. Assim, a convenção urbana está voltada para as famílias de classe média e alta, as quais podem arcar com os custos de habitação, geralmente através de financiamentos ou empréstimos bancários. Já as famílias com níveis de renda médio-baixa ou baixa precisam recorrer à produção estatal do habitat ou à autoconstrução, ocupando espaços menos valorizados e, em geral, com menos integração ao tecido da cidade, em termos de serviços e infraestruturas disponíveis.

O Coque, como vimos, apresenta localização central, embora isso não assegure sua integração com as áreas circundantes. Apesar de ser cortado por importantes eixos, o território permanece como um fragmento pouco integrado, como lugar de passagem para a maior parte da população da cidade. A maioria dos moradores locais, de acordo com as lideranças locais, não faz uso desses equipamentos viários, que se configuram como barreiras. Em termos de serviços e infraestruturas, o atendimento é precário.

AS RECENTES INVESTIDAS NA ÁREA DO COQUE E EM OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS

A contínua substituição do estoque construído por edificações verticalizadas no Recife é, em grande parte, motivada pelo desejo de ascensão social da classe média emergente e pela busca de símbolos de status, poder e prestígio associados a determinadas áreas da cidade, permanecendo as formas de morar das classes

altas, desde a cidade colonial – como afirmado por Leitão –, caracterizadas atualmente pela convenção urbana de edifícios altos em pilotis, afastados do solo por vários andares de estacionamento e separados das ruas por muros sem permeabilidade com a vida urbana. Os edifícios de mais alto padrão contam também, em sua maioria, com vistas voltadas para a água, seja ela o mar ou o Rio Capibaribe.

No entanto, os terrenos disponíveis para a reprodução dessa convenção urbana nos “bairros nobres” e áreas adjacentes estão se tornando escassos, em especial no que diz respeito às frentes d’água. Assim, os empreendedores imobiliários têm se voltado para novas áreas nas quais seja possível manter a atual convenção urbana, negando a DESE preexistente em algumas áreas e tentando transformá-las em ambientes desejáveis para as classes de altos ingressos. Nesse caso, não seria o “bairro nobre” o fator de certeza, mas a tipologia padrão da convenção urbana, associada, em especial, à vista desimpedida para a frente d’água.

Como vimos, a convenção social do regime monopolista busca negar a DESE preexistente, apresentando sempre o “novo”, ainda que diversas vezes, apostando no esquecimento da população de que o “novo” não traz de fato tantas mudanças assim. Um exemplo claro disso foi a construção das torres gêmeas no bairro de São José, bairro histórico no centro do Recife. Normalmente, não se suporia que as classes altas da cidade iriam desejar morar no centro da cidade, nas bordas de um bairro histórico degradado (DESE preexistente). A força da grife da construtora, as torres extremamente altas, a vista sem obstáculos para a água, todos esses foram fatores que contribuíram para o sucesso do empreendimento. Interessante ressaltar que, mesmo erguendo torres num lugar completamente distinto na paisagem recifense, interferindo num dos principais cartões-postais da cidade, a tipologia edilícia repetiu a mesma convenção urbana, sem nenhum esforço de distinção, podendo as torres estar localizadas em qualquer lugar da cidade.

Agora, as principais construtoras da cidade parecem estar voltadas a ocupar toda a “frente atlântica” da cidade, desbravando novos territórios, como no caso do projeto Novo Recife, no Cais José Estelita, também no bairro de São José. Não existem dúvidas de que, vencidas os obstáculos ao projeto – inclusive os de ordem legal –, as unidades habitacionais ali serão vendidas. Mas, ainda que esses projetos pareçam sinalizar o “novo”, as tipologias, os materiais, as volumetrias e, acima de tudo, a forma de morar das classes altas, permanece a mesma observada em outras áreas nobres da cidade. O antigo desejo de distinção social é perpetuado calcando-se num discurso de modernidade.



Fonte: <<http://direitosurbanos.wordpress.com>> Acesso em 16 ago. 2013.

Figura 1:
“Novo Recife”
com a “velha”
Boa Viagem em
segundo plano.

A necessidade de encontrar novos territórios traz as atenções para áreas protegidas na cidade, vistas como possíveis áreas de expansão do mercado imobiliário e, portanto, de negação da DESE preexistente através da implantação da convenção urbana nessas áreas. A formação fragmentária do Recife levou à criação de algumas “Zonas Especiais”, merecedoras, portanto, de “especial” atenção do poder público. Além das já mencionadas ZEIS, das quais faz parte o Coque, o Plano Diretor da Cidade do Recife conta também com Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH), das quais fazem parte trechos do bairro de São José, e Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPA), das quais faz parte a Ilha do Zeca, que faz fronteira com o Coque.

Para que a acumulação urbana seja sempre permitida, é de essencial portância apropriar-se do acúmulo útil e descartar o acúmulo tornado indesejável, como o exemplifica a moradia do pobre em “áreas nobres” [...]. A acumulação também necessita do valor agregado pelo patrimônio histórico, de recursos naturais excepcionais e da força simbólica das tradições populares (RIBEIRO, 2010, p.40, grifos nossos).

Portanto, no caso em tela, a “moradia do pobre em áreas nobres” corresponde ao Coque, considerado área nobre por sua localização, o “valor agregado pelo patrimônio histórico” corresponde ao bairro de São José e os “recursos naturais excepcionais” correspondem à Ilha do Zeca, única ilha do Recife que permanece sem nenhum tipo de construção. Todas essas áreas aparecem como de interesse para a reprodução da acumulação e da convenção urbana.

Coincidentemente, essas três localidades foram alvo de ações por parte da gestão municipal, que aprovou ou facilitou sua exploração, diminuindo, portanto, o ambiente de incertezas futuras para os

empreendedores. Nos últimos dias da gestão do prefeito João da Costa, em 2012, foi enviado para a Câmara Municipal um projeto de lei modificando a lei de 2010 que definia a Operação Urbana Consorciada (OUC) Joana Bezerra – que institui o Polo Jurídico na ZEIS Coque – retirando as contrapartidas à comunidade e elevando o potencial construtivo de 4,5 para 7. Além disso, foi aprovado de maneira irregular o projeto Novo Recife, no Cais José Estelita (bairro de São José), e emitido decreto que retira a proteção ambiental da Ilha do Zeca, permitindo a construção de edificações residenciais privadas com até 28 pavimentos (CISNEIROS, 2013).

Além das ameaças sobre os sítios históricos e as poucas áreas de preservação ambiental que permanecem, a situação do Coque é especialmente preocupante, pois essa terra é um marco na história da resistência popular do Recife. A abertura para grandes operações urbanas numa ZEIS é assunto grave, especialmente sem que haja contrapartidas para a comunidade, e pode abrir precedente para ações semelhantes em outras ZEIS que se encontrem nos caminhos.

Além do Polo Jurídico, as obras de mobilidade voltadas para a Copa do Mundo de 2014 provocaram desapropriações devido à ampliação do Terminal Integrado (TI) Joana Bezerra, localizado no Coque. Para ampliação do sistema viário de acesso ao TI, 58 famílias foram ameaçadas de desapropriação. Algumas famílias receberam cartas de despejo, mas se recusaram a sair de suas moradias. Os moradores entrevistados no vídeo *Despejo #1* vivem em suas casas há pelo menos duas décadas e construíram suas vidas lá. Eles enfatizam o fato de que os valores oferecidos não são suficientes para comprar outra casa, que vão perder o dinheiro que investiram em suas residências e que vão perder as relações de vizinhança, construídas ao longo de décadas. Os moradores expressam grande tristeza com a ideia de sair do Coque, local onde gostam de morar e onde querem permanecer.

Após resistência da comunidade e mobilização de

Figura 2: Proposta para a Ilha do Zeca (edificações no lado esquerdo). Novas frentes d’água, perpetuando a atual convenção urbana.



Fonte: <<http://www.moreiralima.arq.br>>. Acesso em 17 ago. 2013.

um grupo de arquitetos para elaborar uma proposta viária alternativa, o Governo do Estado anunciou que faria modificações no projeto, evitando as desapropriações³. Essa mudança ressalta, portanto, que elaborar um traçado evitando as desapropriações não estava nas prioridades iniciais do projeto.

A proposta de implantação do Polo Jurídico no Coque amplifica para outro nível as pressões especulativas sofridas na área. O Polo Jurídico, como proposto, previa a construção de oito prédios, em um espaço que podia chegar a 217 mil metros quadrados, para funcionamento do TJPE, o MPPE, a OAB, o Fórum Criminal, a Defensoria Pública, a Escola Superior de Magistratura (já em construção), além de um edifício-garagem para mais de 4.300 vagas. O projeto destrói áreas de lazer e outros espaços públicos e ocupa áreas que deveriam ser destinadas a obras de interesse da comunidade, aprovadas no Orçamento Participativo. O polo conflita diretamente com a legislação de proteção das ZEIS. Entre os objetivos da instituição de ZEIS estão inibir a especulação imobiliária e respeitar a tipicidade e características das áreas (CISNEIROS, 2013).

O projeto não traz nenhum benefício na forma de contrapartidas e os benefícios em relação à geração de empregos são duvidosos, uma vez que projetos passados não conseguiram assegurar vagas de emprego para os moradores. O projeto também desrespeita a tipicidade da área, inserindo tipologias comuns da convenção urbana habitacional da cidade: altas torres, afastamento do solo, edifícios-garagem etc. Em relação ao impacto que pode ser gerado no sistema viário, não foram desenvolvidos estudos.

Além disso, o Polo foi proposto em regime de parceria público-privada, com uma grande incorporadora local como responsável pela construção e gerenciamento das edificações. O projeto de lei que institui a OUC Joana Bezerra foi retirado de pauta pela nova gestão, para a realização de novos estudos e, no momento, não parece estar sob discussão, inclusive com a prefeitura retomando o terreno que havia sido cedido para a OAB⁴ e anunciando novos projetos para o Coque.

No entanto, as pressões permanecem. Durante evento promovido pela rede Coque (R)Existe, realizado em agosto de 2013, foi informado que moradores têm recebido cartas de despejo sem que se saiba para quais projetos e que alguns já haviam sido convencidos a vender suas casas.

³ Ver a notícia oficial em:

<http://www.portais.pe.gov.br/web/secid/exibir_noticia?groupId=12855&articleId=8314330&templateId=15537>



Foto de Bruna Monteiro. Fonte: Cisneiros, 2013.

CONCLUSÕES

Embora em princípio não pareça haver relação entre o Polo Jurídico no Coque e a convenção urbana de habitação no Recife – apesar da similaridade tipológica das edificações –, consideramos que a relação é bastante forte. A proposta de implantação do Polo Jurídico no Coque faz parte de um processo que, aos poucos, agrega quase toda a frente d'água do Rio Capibaribe e a frente atlântica para a especulação imobiliária, movida pela busca de mais terrenos que atendam às necessidades da convenção urbana criada para o Recife.

Além disso, não é à toa que essas ações estão acontecendo ao mesmo tempo que se tenta deslanchar o projeto Novo Recife e que se retira a proteção ambiental da Ilha do Zeca. Esses lugares estão articulados espacialmente, e o centro do triângulo formado pelas três localidades é a ZEIS Coque.

Abrir espaço para especulação imobiliária ali fará com que, aos poucos, a população seja expulsa, o que, como vimos, vem acontecendo. Percebe-se que, como explicado por Abramo, o poder público tem feito o possível para diminuir as incertezas dos

Figura 3: Imagem do projeto “Não saio daqui porque” versão Coque.



Figura 4: Plano de massas do Polo Jurídico.

Fonte: <<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoess/projetos/polo-juridico/>>. Acesso em 27 jan. 2014.

investimentos imobiliários, inclusive doando terras que não poderia ter doado, garantindo a alocação de equipamentos públicos e expropriando moradores no entorno de grandes empreendimentos privados.

Se essas ações se concretizarem, pessoas poderão ser expulsas de suas casas, do habitat que elas mesmas construíram, levando consigo a história de suas vidas, a história de sua luta e uma parte da história da cidade. Assim, o Recife se torna uma cidade cada vez mais fragmentada. Conforme atesta Leitão (2005), a forma física que a cidade expressa reflete os valores da sociedade que a criou e permitem que esses valores sejam mantidos ao longo do tempo.

Num plano teórico, pode ser desejável que não houvesse a necessidade de “Zonas Especiais” e que a preservação da tipicidade dessas áreas fosse assegurada por um planejamento urbano adequado. No entanto, no ambiente extremamente fragmentário do Recife e no contexto do atual regime urbano em que nos inserimos, permitir a redução de área de uma ZEIS e a presença de especulação imobiliária em seu território é um retrocesso, e coloca quase a metade da população do Recife numa situação de insegurança ainda maior do que aquela em que eles já vivem, pela falta de regularização fundiária e de serviços e infraestrutura básicos. No caso do Coque, a violência da desapropriação, da expulsão de suas casas, é potencializada pela perda da terra que eles mesmos construíram e pela qual sempre lutaram. Assim,

[A] sociedade brasileira ainda não se deu conta, aparentemente, da necessidade de rever o modelo de identificação que a tem constituído de modo a favorecer a exibição de uma outra face social, capaz de produzir uma nova paisagem edificada, mais adequada à vida que se quer urbana (LEITÃO, 2005, p.232).

Não será possível, portanto, assegurar garantias sociais plenas para os habitantes das ZEIS, nem a preservação do patrimônio histórico e de reservas ambientais, da qualidade de vida de todos os habitantes do Recife, enfim, sem que se modifique nosso modelo de construção da cidade.

Figura 5:
Espacialização das
relações entre
Ilha do Zeca, Novo
Recife e Polo

Fonte: Google Earth, editado pela autora.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro. A regulação urbana e o regime urbano: a estrutura urbana, sua reprodutibilidade e o capital. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, (16) 2:510-555, 1995.
- CISNEIROS, Leonardo. O Polo Jurídico que não seguia as leis. **Direitos Urbanos**. Recife, 03 mai. 2013. Disponível em: <<http://direitosurbanos.wordpress.com/2013/05/03/o-polo-juridico-que-nao-seguia-as-leis/>>. Acesso em: 04 mai. 2013.
- FREITAS, Alexandre Simão. **Fundamentos para uma sociologia crítica da formação humana: um estudo sobre as redes associacionistas da sociedade civil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFPE, Recife, 2005.
- LACERDA, Norma. Fragmentação e integração: movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira (Org.). **Desafios ao Planejamento: produção da metrópole e questões ambientais**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Anour, 2012.
- LEITÃO, Lúcia. Quando um muro separa e nenhuma ponte une. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, n. 13, p. 229-253, 1º sem. 2005.
- MORA, Luis de la. Produção social do habitat: estratégia dos excluídos para a conquista do direito à cidade e à moradia. In LEAL, Suely; LACERDA, Norma (Org.). **Novos padrões de acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil – França**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Acumulação urbana: uma breve leitura a partir da sociologia. In LEAL, Suely; LACERDA, Norma (Org.). **Novos padrões de acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil – França**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.
- SOUZA, Maria Ângela de Almeida. O Recife das “Terras de Marinha”. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife, n. 59, jan. 2002.

VIDEO

DESPEJO #1 Coque. Realização Coque (R)Existe. Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/video/coque-vive>>. Acesso em: 13 ago. 2013. ■



Pedro Paulo Bastos

Praça Saens Peña, entre a urgência e a quietude

Sendo um dos subcentros mais tradicionais da cidade do Rio de Janeiro, a Praça Saens Peña é uma região pulsante. Logo nas primeiras horas após o despertar da alvorada, quando os raios solares já estão incidindo sobre os seus prédios e calçadas, um amontoado de ônibus e automóveis vai tentando se enfileirar na pista sentido Centro da rua Conde de Bonfim, a principal via comercial da Tijuca, bairro onde se localiza a Praça Saens Peña. Ou melhor dizendo: “a Praça”, como é usualmente referida pelos vaidosos moradores dali, os tijuicanos.

Num dia comum de labuta, em meio a tantos outros transeuntes que circulam por essa região, muitos desses tijuicanos rumam afoitos à estação do metrô ou aos pontos de ônibus. Isso acontece ao mesmo tempo em que a faixa de pedestre, no primeiro indício

de um sinal vermelho, recebe uma leva de pisadelas que só cessa quando o motorista, alvoroçado ao deparar com seu sinal verde de volta, dá uma buzina e ameaça invadir aquele espaço de tiras horizontais brancas. Numa fração de segundos, tais tiras já estarão sob aqueles pneus, sem mais pedestre algum para “atrapalhar” o tráfego dos automóveis.

E quanto a esse pedestre, pode ser que ele abandone a rua e resolva adentrar a Praça. Se o fizer, certamente estará cruzando o limiar entre a urgência e a quietude – do corpo, do espírito, do espaço. Deixa de lado o posto de pedestre para transformar-se num passeador.

No cenário visto a partir de então, esse passeador avistará pessoas resfolgadas em bancos verdes de madeira com um jornal ou livro sobre os palmos das

mãos. Perceberá, ainda, que tais pessoas são imperturbáveis, a não ser pelo ruído da pirueta dum certo peixinho que nada naquele lago artificial ou pelo incômodo causado diante do inconsolável mendigo que roga por esmolas.

Ali, no interior da Praça Saens Peña, esse passeador descobrirá também que só quem se presta à movimentação contínua dos braços e das pernas, de modo a exercitá-los, são os ginastas da terceira idade. Ou então aquelas poucas crianças que saltam e correm ao longo do *playground* perante o olhar atento dos seus responsáveis. E, por fim, a alguns metros de altura, o passeador poderá contemplar os pombos que repousam sobre os postes e fiações da Praça – na verdade, singelos espectadores daquele mundo babélico que a ronda, um mundo completamente sem barreiras, absolutamente permeável. ■



Pedro Paulo Bastos

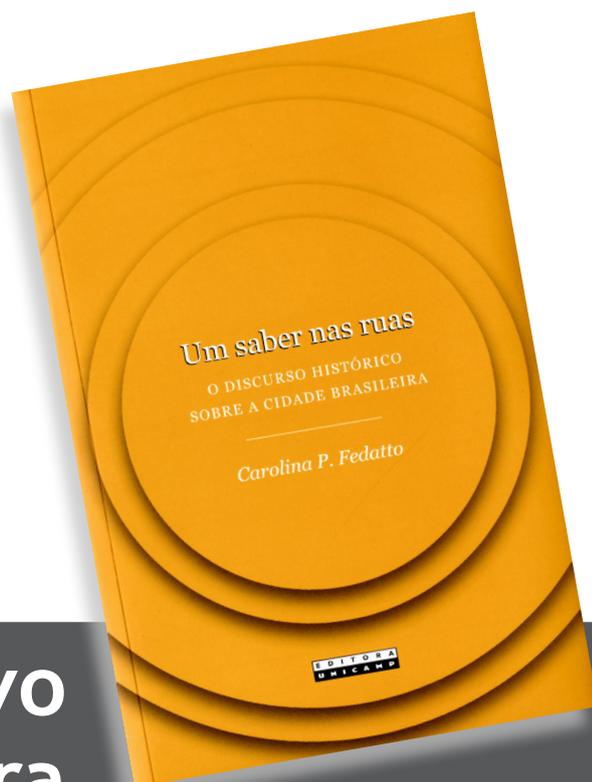
é administrador público, cursa especialização em Política e Planejamento Urbano no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ. É bolsista extensão do Observatório das Metrôpoles.

pedropmbastos@gmail.com









Fernanda Luzia Lunkes

Um passeio discursivo pela cidade brasileira

Uma pesquisa filiada à análise de discurso francesa coloca em suspenso efeitos de sentidos de evidências que circulam nas práticas discursivas e, ao mesmo tempo, situa alguns dos processos que possibilitam tais produções de evidências. Ao colocar em questão, a Análise de Discurso, a partir de seus dispositivos teórico-analíticos, traz à cena a opacificação do dizer, o que está em jogo nos processos de construção de determinados efeitos de sentidos e outros que sofrem processos de silenciamento (ORLANDI, 2002). Sem desconsiderar, entretanto, que a “ideologia é um ritual com falhas” (ORLANDI, 2010) e que são muitas as tensões que compõem os rituais discursivos em uma determinada formação social.

A obra de Carolina P. Fedatto é resultado de sua pesquisa de doutorado, premiada como melhor tese na área de Letras e Linguística de 2012 pela Capes, e demonstra o percurso de uma pesquisadora inquieta com os saberes e os sentidos que se produzem na cons-

tituição do espaço urbano e do sujeito. Saberes produzidos no e sobre o espaço urbano, para e no sujeito que habita e circula por este espaço. Sua pesquisa de mestrado já se debruçou sobre questões referentes ao sujeito, à língua e à cidade, e teve como objetivo principal situar os modos de significação do sujeito na cidade.

Nesta obra, articulando História das Ideias, Linguísticas e Análise de Discurso francesa, a autora situa o(s) saber(es) da e sobre a cidade. Tal empreendimento resulta em um percurso às voltas com a construção cotidiana deste saber, nos diferentes contornos que as formulações assumem historicamente. Para tanto, é vasto e complexo o *corpus* com o qual se construiu a pesquisa: romances, crônicas, cartões-postais, fotografias, cartas argumentativas, leis, decisões, documentos historiográficos, relatos, descrições, planos de governo, artigos de jornal etc.

Vale ressaltar que a proposta teórico-analítica da autora apresenta, já em sua formulação, um aspecto radi-

**Uma perspectiva
sobre a construção
dos saberes
e dos olhares**

Fernanda Luzia Lunkes

é doutora em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense -UFF. É tutora no curso de Letras da Universidade Federal Fluminense e Integra os Grupos de Pesquisa: Teoria do Discurso e Discurso, historicidade e subjetividade.

flunkes@gmail.com

FEDATTO, Carolina P. Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, 215 p. ISBN: 978-85-268-1044-0.

cal, e que se inscreve ao longo de toda a sua obra: o abandono das maiúsculas. A respeito destas, explica a autora que tal escolha busca “acentuar o poder heurístico do estranhamento e da experiência com a alteridade” (FEDATTO, 2013, p. 17). Desta maneira, Fedatto inscreve na materialidade linguística seu gesto de leitura. O efeito de estranhamento coloca o leitor às voltas com o efeito de evidência da maiúscula do e no discurso científico, e também permite compreender, pela força desta tomada de posição, a afirmação da autora a propósito daquilo que se dilui no cotidiano. Para Fedatto, escrita e cidade “especializam saberes e inscrevem uma história amiúde, em grandes ou pequenas inscrições, que o imaginário se ocupa de esquecer ou sedimentar.” (*idem, ibidem*, p. 18).

Considerando a riqueza teórico-analítica da obra e o espaço para nossa exposição, foi necessário estabelecer um gesto de leitura a partir do qual serão destacados pontualmente alguns dos percursos do trabalho de Fedatto.

Na introdução, a autora situa o leitor acerca de algumas questões referentes à construção da história do saber, enfatizando o texto enquanto materialidade que comporta um saber legitimado a partir de uma determinada instituição. Esta trama discursiva aponta, deste modo, para a constituição do espaço na relação com a língua (a “nacional”), pois os processos de identificação de uma língua não ocorrem fora do espaço. É objetivo da pesquisa compreender como o saber se espacializa cotidianamente no espaço urbano. A autora explica que uma cidade se constitui a partir “de acomodações e resistências silenciosas que se escondem nos detalhes, debaixo de camadas de tinta, sob uma fachada de concreto, atrás de um novo nome ou no vazio da demolição”. (FEDATTO, 2013, p. 26-27). Este fragmento aponta para uma das grandes contribuições deste trabalho, que está em situar os processos de sentidos nos desenhos arquitetônicos, nas fotografias e nos processos de designação de instituições e ruas.

No primeiro capítulo, a propósito das formulações teóricas, um dos destaques está na compreensão do funcionamento da metáfora a partir da perspectiva discursiva. Elaborando um trajeto que contempla os estudos linguísticos e psicanalíticos, Fedatto alcança assim a visada materialista que constitui os estudos discursivos e assinala: “consideramos que as propriedades da poesia (entre elas a metáfora, o equívoco, a falha) não são alheias ao funcionamento ordinário da linguagem.” (FEDATTO, 2013, p. 49). Neste capítulo, a autora também se debruça sobre o discurso literário, a partir de recortes de obras de Mia Couto, Orhan Pamuk e Italo Calvino, e mostra como esta

materialidade significativa escapa ao estatuto daquilo que se opõe à realidade, marcada comumente na materialidade da língua pelo adjetivo “ficcional” ou pelo adjunto “de ficção”, mas que, ao contrário, produz sentidos de identificação do sujeito em relação ao espaço que o constitui.

No segundo capítulo, a fim de traçar, de maneira consequente e consistente, a relação entre a formação das línguas nacionais e os “ideais urbanos”, a autora situa alguns dos processos em jogo quando da criação das cidades no período medieval, renascentista e barroco. Destacamos aqui a definição da autora a respeito do “ponto de referência”, compreendido como “um lugar no espaço urbano duplamente afetado pela temporalidade” (FEDATTO, 2013, p. 71) e cujo funcionamento ocorre sincrônica e diacronicamente. No primeiro, “um ponto de referência é construído pelo imaginário da localização (estando aqui eu acredito saber onde estou, saber que estou aqui e não lá)”; no segundo, “ele [ponto de referência] incorpora um imaginário de retrospectiva, sua existência é uma lembrança de outro tempo-espaço: marca de alteridade, ainda que não sabida.” (FEDATTO, 2013, p. 71-72, *itálicos do original*).

A autora explica que há um ponto de esquecimento referencial, designado como “imaginário de retrospectiva”, no qual ocorre um estranhamento pela não identificação, ainda que seja desconhecido ao sujeito, e que desfaz, deste modo, os processos de historicidade da língua. Este apagamento coloca em evidência, em contrapartida, um outro imaginário, o “da localização”, que produz evidências para o sujeito sobre o espaço em que está.

Este funcionamento em relação ao espaço pode ser compreendido também no efeito de sentido da estabilidade da língua nacional. A autora, deste modo, traça um percurso das “revoluções tecnológicas”, a partir de Auroux (1992), e conclui que

tanto a escrita quanto os conhecimentos metalinguísticos materializados em gramáticas e dicionários são tecnologias urbanas que constroem a cidade como lugar de civilização e escolarização, lugar de uma língua ideal: urbana e nacional (FEDATTO, 2013, p. 78, *itálicos do original*).

No terceiro capítulo, a autora busca traçar a relação entre língua nacional e o espaço urbano a partir dos processos de construção e fundação de três diferentes instituições fundadas em momentos distintos da formação político-social do Brasil: 1) A Igreja de São Francisco (Salvador/BA), criada no período colonial; 2) A Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro/RJ), criada no período imperial; 3) O Colégio Culto à

Ciência (Campinas/SP), criado no período republicano. Contando com diferentes materialidades (documentos, fotografias, mapas arquitetônicos, entre outras), a autora aponta para os processos de constituição destes espaços, os saberes e poderes em jogo em cada um destes processos. A análise de Fedatto nos permite compreender, entre outros aspectos, que a distribuição das instituições no espaço urbano não escapa à ordem do político. Um desenho de um prédio, por exemplo, não se relaciona somente a questões estéticas; uma construção inscreve os sentidos da formação discursiva oficial vigente, escapando, portanto, ao imaginário de neutralidade.

Também o gesto de nomeação é alvo de análise. Quando uma instituição é designada de um determinado modo, há um efeito de particularização, assim como a mudança de nome indica para outros dizeres em jogo historicamente.

Fedatto aponta para os modos de funcionamento de materialidades significantes que atuam como registro das construções. Nas imagens fotográficas, o jogo de presença-ausência na relação entre os prédios e seus arredores que formam o cenário da cidade aponta para a construção de saberes da(s) cidade(s) em um determinado momento histórico, para aquilo que (não) se permite ver no processo de formulação e que constitui o conjunto de saberes sobre um espaço urbano.

A pesquisa de Fedatto atesta a urgência e as contribuições que uma análise discursiva pode oferecer a outros campos de saber sobre o espaço urbano, os patrimônios nacionais e os saberes sobre estes produzidos. Espaços e instituições que possuem uma imagem cristalizada no senso comum como representação da história nacional. A análise de Fedatto desconstrói estes saberes cristalizados e faz comparecer a historicidade dos espaços e dos sujeitos, aqueles que são legitimados a inaugurá-los e a produzir saberes sobre eles. O trabalho traz à cena a constituição do espaço como sendo da ordem do político, por comportar a disputa de sentidos, e que, se o coti-

diano insiste em apagar, os gestos de resistência não cessam de se inscrever na cena da cidade.

Para encerrar, retomo uma passagem do texto de Fedatto que faz referência ao trabalho do sociólogo e urbanista Thibaud (2002) a propósito dos efeitos de ambiência e de como estes constituem os sujeitos. Gesto que, de minha parte, visa a produzir um efeito de fechamento deste texto sobre a pesquisa de Fedatto, pesquisa esta que nos convida a um passeio menos filiado às práticas discursivas que nos deixam alheios ao andarmos por uma rua ou praça consideradas comuns e/ou que nos fazem ficar emocionados diante de um monumento histórico:

“[...] ao olharmos para os diferentes modos de estruturação do espaço, considerando que sujeitos históricos aí habitam, se identificam e produzem sentidos, estamos considerando que ele atua materialmente na formulação das práticas sociais; o espaço enquadra, determina, situa, põe em relação.” (FEDATTO, 2013, p. 26, itálicos do original).

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- FEDATTO, C. P. **Margens do sujeito no espaço urbano**. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2007.
- ORLANDI, E. Análise de Discurso. In: _____; LAGAZZY, Suzy. (orgs.). **Discurso e Textualidade**: Introdução às ciências de linguagem. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010, p. 11-32.
- _____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- THIBAUD, J.-P. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Revue Communications**, Paris: Ehes, n. 73, p. 185-201, 2002. ■

REALIZAÇÃO



APOIOS

